C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

178 jan.-mar. 2013

ISSN 1413-1536

Entrevista:
Wasmália Bivar
"Nossa missão é retratar o Brasil"

Ponto de vista:
Carlos Borel
A implementação da Basileia III e seus efeitos sobre os bancos brasileiros

Gastos públicos e tributação *versus* crescimento econômico na Bahia

Oferta de educação profissional na Bahia

publicações SEI

Sabe onde encontrar informações precisas e atualizadas sobre a Bahia? SEI.

Mais do que coletar dados nas áreas econômica, social, demográfica e geoambiental, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – é responsável por informações que ajudam no desenvolvimento de todo o estado. São indicadores e análises que trazem de forma atual, precisa e imparcial o que acontece nos 417 municípios baianos.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

www.sei.ba.gov.br @eu_SEI facebook.com/imprensasei

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

178 jan.-mar. 2013

Sumário

5
Carta do editor

Economia em destaque

6
Desempenho da economia baiana em 2012 e perspectivas 2013

Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Rafael Cunha, Rosangela Conceição

Entrevista

22
"Nossa missão é retratar o Brasil"

Wasmália Bivar

Artigos

29
Aderência das recomendações de boas práticas de governança corporativa em quatro cooperativas brasileiras do segmento de laticínios

Gisela Schaffer, Marcos Crepaldi

41
Gastos públicos e tributação *versus* crescimento econômico na Bahia: uma análise não linear

Laércio Damiane Cerqueira da Silva, Sinézio Fernandes Maia

53
Modelagem estatística da criminalidade: o estado da arte

Aloísio Machado da Silva Filho, Gilney Figueira Zebende, Luis André de Aguiar Alves

62
Mercado baiano de salas de cinema: uma análise a partir do comportamento dos preços dos ingressos

Thiago Cavalcante de Souza, Mônica de Moura Pires

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOSÉ SERGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosangela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Dilciele Nascimento de Sousa (Estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO
Laura F. Dantas (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

PRODUÇÃO
Erika Encarnação (Estagiária)

FOTOS
Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

71
Panorama do emprego formal brasileiro em 2011 (RAIS)

Lucas Marinho Lima, André Luís Melo de Oliveira

Seção especial

79
Oferta de educação profissional na Bahia: um quadro comparativo com as experiências brasileira e nordestina

Laumar Neves de Souza, Lavínia Maria de Moura Ferreira

Ponto de vista

94
A implementação da Basileia III e seus efeitos sobre os bancos brasileiros

Carlos Borel

Investimentos na Bahia

96
O estado da Bahia deverá atrair cerca de 433 empreendimentos até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade

100
Livros

102
Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores conjunturais

115
Indicadores Econômicos

122
Indicadores Sociais

132
Finanças Públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2013.
n. 178
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

CONHEÇA OS RESULTADOS DOS **DIÁLOGOS TERRITORIAIS**

Construindo a Bahia

COM A VOZ DE TODOS NÓS

Mais de um milhão e meio de baianos participaram das plenárias do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) em 2007 e 2011, das conferências territoriais temáticas, seminários, encontros, caravanas e fóruns por toda a Bahia. Em 2013, o Governo do Estado, por meio das secretarias do Planejamento (Seplan) e Relações Institucionais (Serin), irá novamente ao seu encontro, mas desta vez para apresentar à sociedade os resultados. O que foi definido e o que foi atendido.

Também será o momento de apresentar o planejamento futuro do Estado e falar de instrumentos de gestão que ampliam a eficácia das políticas públicas, reduzem os custos e otimizam os investimentos estaduais e municipais nas áreas de saneamento (água e esgoto), gestão de resíduos sólidos e planejamento, gestão territorial e mobilidade. Isto tudo é possível com a construção de um Consórcio Público.

Os consórcios podem ser utilizados em diversas áreas: gestão, proteção ao meio ambiente, prestação de serviços, assistência técnica, execução de obras, mobilidade e fornecimento de bens. Se o seu município ainda não faz parte de um Consórcio Público, acesse o site www.consorciospublicos.ba.gov.br

DIÁLOGOS TERRITORIAIS
CONSTRUINDO A BAHIA COM A VOZ DE TODOS NÓS

Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Carta do editor

A dinâmica da economia brasileira no ano de 2012 ficou comprometida, considerando-se o seu desempenho no ano anterior. Nesse período, pela ótica da demanda, a variável investimento foi a mais prejudicada. A partir dessa percepção, a edição 178 da revista *Conjuntura & Planejamento* apresenta, em suas análises estruturais e conjunturais, o comportamento da economia brasileira e os fatores determinantes para o crescimento apresentado pela economia baiana no ano passado.

Na avaliação da equipe de conjuntura, a desaceleração da economia brasileira em 2012 refletiu os efeitos da economia global. Nesse aspecto, a ação do governo brasileiro foi adotar um conjunto de medidas de política de incentivo ao crescimento da economia, incluindo estímulos ao consumo, desonerações na carga tributária de importantes setores, redução da taxa básica de juros e aumento dos investimentos públicos em infraestrutura. Entretanto, a expectativa é que essas medidas sejam maturadas em 2013, quando o mercado de trabalho e os investimentos associados aos preparativos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas deverão ser apurados.

Entre os colaboradores, esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, a percepção de Carlos Borel, assessor financeiro do Ibametro, acerca da implementação da Basileia III. Em sua análise, Borel faz uma reflexão sobre as diretrizes adotadas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia para garantir maior solidez ao sistema bancário global. Na seção Entrevista, têm-se a contribuição de Wasmália Bívar, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na sua explanação, ela analisa os trabalhos e desafios encontrados por essa instituição, as implicações da Lei de Acesso à Informação no IBGE e a relevância dos trabalhos realizados por essa instituição ao país, bem como a previsão das mudanças dos indicadores para os próximos anos.

Na seção Artigos, o trabalho de Laércio Damiane Cerqueira da Silva e Sinézio Fernandes Maia, intitulado *Gastos públicos e tributação versus crescimento econômico na Bahia: uma análise não linear*, traz a questão emblemática do crescimento do produto na Bahia, analisando gastos públicos e impostos. Já na seção Especial, o trabalho de Laumar Neves de Souza e Lavínia Maria de Moura Ferreira, com a temática *Oferta de educação profissional na Bahia: um quadro comparativo com as experiências brasileira e nordestina* resgata a discussão sobre a educação profissional. De acordo com esses autores, a partir de 2007 houve um expressivo crescimento da rede estadual de educação profissional na Bahia.

Assim, na edição 178 da *C&P* há discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana. Nesse aspecto, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sem pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, esboça, através da sua publicação, um panorama das perspectivas para o ano 2013, bem como convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento das economias brasileira e baiana a curto e longo prazos.

Desempenho da economia baiana em 2012 e perspectivas 2013[1]

Carla do Nascimento*
Elissandra Britto**
Rafael Cunha***
Rosangela Conceição****

A desaceleração da economia brasileira em 2012 refletiu os efeitos da economia global, que ainda sofre com as consequências da crise depressiva na Europa, a queda de crescimento na China e o longo período de recuperação da economia norte-americana.

A economia mundial cresceu em torno de 3,0% em 2012, desacelerando em relação aos 3,9% de 2011. Ocorreram expansões nos EUA e na China e contrações na área do Euro e no Japão. As variações anuais evidenciaram crescimento na China (8,2%), estabilidade nos Estados Unidos (0,1%) e contrações no Japão (-0,4%) e na área do Euro (-2,3%).

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela UFBA e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rafaelcunha@sei.ba.gov.br

**** Mestre em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB), economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

1 Os autores agradecem os comentários de Jorge Tadeu Dantas Caffé.

O governo brasileiro tentou reverter a tendência de queda do crescimento econômico adotando um conjunto de medidas de política econômica, que incluía estímulos ao consumo, desonerações na carga tributária de importantes setores, redução da taxa básica de juros (Selic) e aumento dos investimentos públicos em infraestrutura.

O Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2012), apresentou variação positiva de 0,6%, na comparação do quarto trimestre de 2012 em relação ao terceiro trimestre do referido ano, considerando-se a série com ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2011, houve aumento do PIB de 1,4% no último trimestre do ano. De tal modo, o PIB encerrou 2012 com crescimento de 0,9% em relação a 2011, contrariando as expectativas iniciais do mercado, que prognosticavam um crescimento em torno de 3% a 4%.

No ano de 2012, a indústria – setor que mais teve problemas decorrentes da crise mundial – apresentou decréscimo na produção em nove dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As quedas foram registradas no Amazonas (-7,0%), Espírito Santo (-6,3%), Rio de Janeiro (-5,6%), Paraná (-4,8%), Rio Grande do Sul (-4,6%), São Paulo (-3,9%), Santa Catarina (-2,7%), Ceará (-1,3%) e Pará (-1,1%).

Na Bahia, o PIB cresceu 3,1% em 2012. Este resultado ponderado foi devido ao acréscimo de 3,8% na indústria e de 4,2% em serviços, e queda de 9,0% na agropecuária (PIB..., 2012). Corroborando os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou acréscimo de 2,3% no quarto trimestre, acumulando 2,8% em 2012, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A dinâmica do crescimento da economia baiana no quarto trimestre – com taxa de 4,9% – foi gerada principalmente pelo bom desempenho do setor industrial (8,1%) e pela expansão do setor de serviços (4,4%), em especial do comércio varejista (6,0%), sustentado pelo ritmo de crescimento do mercado de trabalho e da massa dos rendimentos.

Tendo por base o breve panorama da conjuntura, o presente artigo analisa os principais resultados setoriais das economias brasileira e baiana, em 2012, na forma como são expostos nas seções que se seguem.

A dinâmica do crescimento da economia baiana no quarto trimestre – com taxa de 4,9%– foi gerada principalmente pelo bom desempenho do setor industrial (8,1%) e pela expansão do setor de serviços (4,4%)

SECA REDUZ SAFRA AGRÍCOLA

A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas de dezembro de 2012 foi estimada em 162,1 milhões de toneladas, superior em 1,2% à obtida em 2011 (160,1 milhões de toneladas) e 0,3% menor que a estimativa de novembro, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE (2012). Para as grandes regiões brasileiras, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou-se de forma distinta em 2012: Região Centro-Oeste, 70,8 milhões de toneladas; Sul, 55,5 milhões de toneladas; Sudeste, 19,2 milhões de toneladas; Nordeste, 11,9 milhões de toneladas, e Norte, 4,7 milhões de toneladas. Em relação à safra passada, foram constatados incrementos nas regiões Norte (de 7,3%), Sudeste (de 11,7%) e Centro-Oeste (de 26,2%) e decréscimos nas regiões Sul (de 18,3%) e Nordeste (de 18,4%).

Na Bahia, a safra de grãos exibiu queda de 13,5%, que correspondeu à produção de 6,5 milhões de toneladas ante as 7,5 milhões de toneladas em 2011, Esta queda foi puxada por feijão (-44%), algodão (-20%) e soja (-8,5%). Contrariamente, o destaque positivo foi a cana-de-açúcar, com um incremento de 20,4% na produção, em razão do aumento de área plantada e das favoráveis condições

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas 2011/2012 – Bahia – Dezembro

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (3)	2012 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.966	2.294	-22,7	255	346	35,8	253	224	-11,4	11.735	10.236	-12,8
Cana-de-açúcar	6.992	8.420	20,4	116	147	26,7	116	138	18,6	60.191	61.112	1,5
Cacau	156	160	2,5	533	542	1,7	533	534	0,1	293	300	2,4
Café	152	140	-7,4	154	169	9,7	154	157	2,4	987	892	-9,6
Grãos	7.531	6.513	-13,5	2.922	2.543	-13,0	2.594	2.193	-15,5	2.903	2.970	2,3
Algodão	1.580	1.258	-20,4	416	433	4,1	416	397	-4,6	3.800	3.172	-16,5
Feijão total	223	124	-44,4	551	316	-42,7	398	222	-44,2	561	559	-0,2
Feijão 1ª safra	116	58	-49,4	242	201	-16,8	208	135	-35,2	554	481	-13,2
Feijão 3ª safra	107	66	-38,9	309	114	-63,0	189	87	-54,2	567	592	4,3
Milho	2.052	1.886	-8,1	799	592	-25,9	625	407	-35,0	3.282	4.638	41,3
Milho 1ª safra	1.743	1.750	0,4	506	425	-16,0	395	316	-20,0	4.412	5.504	24,7
Milho 2ª safra	309	136	-56,1	455	167	-63,3	230	91	-60,6	1.343	1.767	31,5
Soja	3.513	3.213	-8,5	1.045	1.113	6,4	1.045	1.113	6,4	3.361	2.888	-14,1
Sorgo	163	32	-80,3	110	90	-18,5	110	55	-50,2	1.486	588	-60,4
Total	**-**	**-**	**-**	**3.980**	**3.747**	**-5,8**	**3.650**	**3.246**	**-11,1**	**-**	**-**	**-**

Fonte: IBGE–LSPA/PAM-BA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) IBGE–LSPA 2011.
(2) IBGE–LSPA previsão de safra 2012 (dez. 2012).
(3) Rendimento = produção física/área colhida.

climáticas no sul do estado. Outro destaque foi a recuperação do cacau, com expectativas de crescimento de 2,5% na produção.

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2012), singulares aos dados do IBGE, a safra baiana de grãos caiu 13,8%. Os destaques desse descenso foram, em ordem de importância, feijão (-55%), algodão (-23%) e soja (-9,3%). Segundo especialistas do campo, as culturas foram afetadas pelos baixos índices pluviométricos no período de desenvolvimento da planta.

O desempenho dos principais produtos agrícolas no estado é analisado a seguir, iniciando-se pelo algodão. A produção desta cultura na Bahia fechou 2012 com queda de 20,4%, totalizando 1,2 milhão de toneladas. A queda do rendimento médio (16,5%) foi decorrente da grande seca que imperou em quase todo o Nordeste em 2012.

O feijão apresentou produção de 124 mil toneladas, com queda de 44,4%. A seca persistente fez com que muitos produtores reduzissem a área plantada da terceira safra com receio de aumento de perdas, contribuindo para o resultado fortemente negativo.

A cultura do milho também exibiu queda (-8,1%), fechando o ano com 1,8 milhão de toneladas. Na primeira safra do milho ainda houve um bom desempenho, crescendo 0,4%, mesmo diante das condições adversas, pois grande parte da produção do milho no estado está concentrada no oeste, com muitas fazendas irrigadas, o que contribuiu para esse resultado. Já na segunda safra, que começa a ser plantada em maio, o cenário de seca foi determinante para a diminuição drástica da área plantada (-56%).

Na Bahia, os dados da soja não foram diferentes dos demais grãos, sua produção também caiu devido à adversidade climática no desenvolvimento da cultura. A produção, conforme ilustrado na Tabela 1, foi de 3,2 milhões de toneladas, 8,5% menor que a safra passada.

A produção de mandioca caiu 22,7% no estado. Os maiores municípios produtores, dentre eles, Cândido Sales, Crisópolis e Feira de Santana, estão em situação de emergência devido à seca, o que diminui muito a produção agrícola.

A produção de café alcançou 140 mil toneladas, uma redução de 7,4%. O rendimento do café caiu 9,6%, o que contribuiu para o baixo desempenho em 2012.

A produção de mandioca caiu 22,7% no estado. Os maiores municípios produtores, dentre eles, Cândido Sales, Crisópolis e Feira de Santana, estão em situação de emergência devido à seca, o que diminui muito a produção agrícola

A seca, mais uma vez, foi a grande responsável pelo baixo desempenho da cultura.

Os destaques positivos na safra de 2012 mostraram grande concentração na região do Litoral Sul da Bahia que, por suas condições edafoclimáticas privilegiadas, não foi afetada pela seca. Cacau e cana-de-açúcar acenderam a produção, respectivamente, em 2,5% e 20,4%.

O cacau está recuperando-se aos poucos da grande queda de produção ocorrida nos anos 90, porém seu principal entrave recente, além da vassoura-de-bruxa, tem sido a concorrência internacional num ambiente de estagnação do mercado desta *commodity*. Por sua vez, a cana-de-açúcar surpreendeu as expectativas com bom rendimento (1,5%) e aumento significativo da área plantada (+26,7%).

Referente à estimativa da safra baiana de grãos para 2013, o IBGE–LSPA divulgou em janeiro o resultado de 7,8 milhões de toneladas, representando 20,1% em relação à safra anterior. As expectativas de melhora do clima na época de desenvolvimento das culturas e a expansão da área plantada fundamentam o cenário apontado.

Dentre os principais grãos, soja (18,9%), milho (33%) e feijão (95%) são os grandes responsáveis pelos ganhos de produção. Para a soja estima-se incremento de área plantada de 9,1%, apoiado por favorável cenário de preços e demanda internacional aquecida. Para milho e feijão, as estimativas de produção mostram-se otimistas, amparadas pelo aumento de área plantada e maior rendimento físico. Em termos relativos, as variações da

Tabela 2
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – jan. 2012/2013

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (3)	2013 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.294	3.533	54,0	346	285	-17,5	224	285	27,3	10.236	12.384	21,0
Cana-de-açúcar	8.420	6.205	-26,3	147	108	-26,6	138	108	-21,5	61.112	45.040	-26,3
Cacau	160	146	-8,8	542	523	-3,5	534	523	-2,0	300	274	-8,8
Café	140	143	1,6	169	163	-3,5	157	163	3,4	892	906	1,6
Grãos	6.513	7.825	20,1	2.543	2.651	4,2	2.193	2.651	20,9	2.970	2.952	-0,6
Algodão	1.258	1.067	-15,2	433	305	-29,5	397	305	-23,1	3.172	3.496	10,2
Feijão total	124	243	95,4	316	351	11,0	222	351	57,9	559	692	23,7
Feijão 1ª safra	58	171	191,9	201	238	18,2	135	238	76,1	433	717	65,8
Feijão 3ª safra	66	72	9,5	114	113	-1,6	87	113	29,7	756	638	-15,6
Milho	1.886	2.509	33,0	592	668	12,9	407	668	64,4	4.638	3.753	-19,1
Milho 1ª safra	1.750	2.210	26,2	425	475	11,8	316	475	50,3	5.540	4.655	-16,0
Milho 2ª safra	136	299	120,2	167	194	15,8	91	194	113,6	1.498	1.544	3,1
Soja	3.213	3.821	18,9	1.113	1.214	9,1	1.113	1.214	9,1	2.888	3.146	9,0
Sorgo	32	186	477,7	90	112	25,0	55	112	105,1	588	1.656	181,7
Total	**-**	**-**	**-**	**3.747**	**3.730**	**-0,4**	**3.246**	**3.730**	**14,9**	**-**	**-**	**-**

Fonte: IBGE–LSPA/PAM-BA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) IBGE–LSPA 2011.
(2) IBGE–LSPA previsão de safra 2013 (jan. 2013).
(3) Rendimento = produção física/área colhida.

produção e área plantada de feijão e milho apresentam resultados expressivos devido à comparação com uma base comprimida pela perda da safra 2012, que foi afetada pela seca.

A estimativa da produção de algodão exibe queda de 15,2%, em 2013, em decorrência de redução significativa na área destinada ao plantio dessa cultura (-29,5%), devido a dois aspectos econômicos: formação de preços pouco atrativos do algodão e uso alternativo do solo com soja, que deverá ser o destaque desta safra.

A mandioca, que obteve grande queda na safra passada devido à seca, apresenta uma forte recuperação, podendo chegar a 54% de incremento na produção. Esse significativo aumento ocorre em razão do aumento do rendimento físico e das condições climáticas mais favoráveis ao desenvolvimento da cultura (Tabela 2).

As estimativas de cana-de-açúcar e cacau, que foram destaques positivos na safra passada, apresentam expectativas pessimistas, com queda na produção, respectivamente, de -26,3% e -8,8%, em razão da diminuição da área plantada. Para o café, as previsões são positivas, estimando-se aumento na produção de 1,6%, influenciado pelo maior rendimento esperado da cultura.

Ainda com relação à estimativa da produção agrícola de 2013, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) igualmente aponta expansão da safra 2012/2013 em comparação à passada. Assim, a safra de grãos poderá chegar a 7,5 milhões de toneladas, representando um aumento de 10,8% puxado pela expansão da soja, com produção esperada de 3,8 milhões de toneladas (+20,8%). Os preços elevados e a demanda internacional aquecida convergem para o aumento da área plantada de soja.

O 5º levantamento da produção de grãos da safra 2012/2013 do IBGE também aponta para uma queda expressiva da produção de algodão, podendo perder 12,1% da produção em relação à última safra, alcançando 1,09 milhão de toneladas. A previsão pessimista para o algodão advém da menor área disponibilizada para a cultura, uma vez que a soja é a cultura melhor cotada desta safra em curso. Outros dados importantes observados no referido levantamento são a recuperação da produção de feijão e milho, que, em relação à safra passada, podem crescer 119,2% e 0,3%, respectivamente. No entanto, entende-se que as expectativas tanto do IBGE como da Conab ainda são preliminares, e dependem muito da questão climática, principalmente neste primeiro trimestre do ano, onde ocorrem as grandes colheitas de algodão, soja, feijão e milho para o estado. Não obstante as boas chuvas de janeiro, a redução forte de chuvas em fevereiro indica que há uma grande probabilidade de se reduzirem as previsões divulgadas por esses órgãos nos próximos levantamentos.

Tabela 3
Estimativas da produção física 2012/2013 e evolução – Bahia

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Produção física Variação (%)		VPA (1)
	2011/2012	12/13-jan (1)	12/13-fev (1)	12/13-jan (1)	12/13-fev (1)	Peso (%)
Grãos	6.774	7.526	7.504	11,1	10,8	37,7
Algodão	1.240	1.140	1.090	-8,1	-12,1	9,0
Feijão total	118	258	258	119,2	119,2	5,4
Feijão 1ª safra	71	141	141	98,6	98,6	-
Feijão 3ª safra	47	117	117	150,4	150,4	-
Milho total	2.174	2.181	2.182	0,3	0,3	7,4
Milho 1ª safra	1.954	1.855	1.855	-5,1	-5,1	-
Milho 2ª safra	220	326	327	48,1	48,3	-
Soja	3.183	3.818	3.846	20,0	20,8	15,6
Sorgo	59	129	129	117,9	117,9	0,3

Elaboração: SEI/CAC.
(1) Conab: quarta e quinta previsão da safra de grãos (janeiro e fevereiro 2013).
(2) Valor da produção retirados da PAM 2012 (IBGE).

RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL COM MENOR RITMO DO COMÉRCIO EXTERIOR

A produção física industrial no país acumulou taxa negativa de 2,7%, em 2012, comparada ao mesmo período de 2011, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2012). As categorias de uso recuaram no período, com queda mais intensa nos setores de *Bens de capital* e *Bens de consumo duráveis*, com variação percentual negativa de 11,8% e 3,4%, respectivamente. As categorias *Bens intermediários* e *Bens de consumo semi e não duráveis* assinalaram, concomitantemente, taxas de -1,7% e -0,3% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2012).

O indicador de faturamento da indústria cresceu 2,4%, em 2012 (PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS, 2012), evidenciando recuperação das vendas industriais, ainda que a maioria dos demais indicadores – horas trabalhadas, utilização da capacidade instalada e emprego – tenha registrado queda no período. Na análise trimestral, com a série ajustada sazonalmente, o faturamento cresceu 2,5% no quarto trimestre de 2012 ante o trimestre anterior (0,3%). O nível de utilização da capacidade instalada ficou praticamente estável, atingindo 80,9% em dezembro, 0,1 p.p. abaixo da taxa observada no trimestre findo em setembro, na série com ajuste sazonal. Tal comportamento indica a necessidade de aumento do investimento na atividade industrial ante a baixa competitividade do setor.

Não obstante o governo ter aumentado os investimentos, principalmente em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e anunciado parcerias com o setor privado e concessões de incentivos para os setores automobilístico, ferroviário, aeroportos, como também apoio aos estados nos investimentos, mesmo assim ocorreu queda de 4,0% na formação bruta de capital, demandando mais ações do governo federal para motivar os empresários do país. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atingiram R$ 155,992 bilhões em 2012, com aumento de 12,3% na comparação com o ano de 2011 (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012).

Tal comportamento indica a necessidade de aumento do investimento na atividade industrial ante a baixa competitividade do setor

No quarto trimestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, a taxa de crescimento da indústria de transformação foi negativa (-1,9%), segundo evidenciam os dados estatísticos para o setor nas Contas Nacionais Trimestrais (2012). A desaceleração da indústria nacional de transformação foi basicamente marcada pela ausência de confiança dos agentes econômicos para a realização de novos investimentos, em razão da falta de competitividade das empresas nacionais em meio à crise econômica global.

A desaceleração da indústria nacional de transformação foi basicamente marcada pela ausência de confiança dos agentes econômicos para a realização de novos investimentos, em razão da falta de competitividade das empresas nacionais em meio à crise econômica global

Localmente, a produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) na Bahia, em 2012, apresentou acréscimo de 4,2% quando comparado com o mesmo período de 2011. No Nordeste, a taxa de crescimento anual foi de 1,7%, segundo dados da PIM (2013) do IBGE.

É interessante ressaltar que a dinâmica de crescimento do setor industrial baiano em 2012 foi influenciada pela baixa base de comparação observada em 2011, causada pelo "apagão" de energia elétrica na Região Nordeste, no mês de fevereiro. Esse evento resultou em interrupção da produção de importantes empresas do setor químico, impactando a produção em toda a cadeia produtiva nos meses seguintes. Entretanto, o último trimestre evidenciou um dinamismo do setor acima das expectativas.

A análise setorial evidencia que a performance da produção industrial baiana foi influenciada pelos resultados positivos apresentados pelo segmento *Produtos químicos* (9,9%), seguido por *Refino de petróleo e produção de álcool* (5,2%), *Celulose e papel* (3,2%), *Borracha e plástico* (10,8%), *Alimentos e bebidas* (1,0%), *Minerais não metálicos* (3,4%) e *Veículos* (1,2%). Sendo o setor de *Metalurgia* (-10,0%) o único a apresentar taxa negativa em 2012.

Na análise trimestral, a produção industrial baiana apresentou avanço significativo de 9,6% no quarto trimestre de 2012 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, impulsionando o crescimento industrial no estado que havia registrado crescimento de (2,0%) no terceiro trimestre. Esse resultado foi atribuído principalmente ao acréscimo nos setores de *Refino de petróleo e produção de álcool* (22,9%), *Produtos químicos* (8,1%), *Borracha e plástico* (13,8%) e *Veículos* (51,0%).

Entre os fatores que contribuíram para o avanço do crescimento industrial no estado, no quarto trimestre, listam-se o aumento dos preços de óleo combustível no mercado externo e a retomada da produção de derivados de petróleo, ocorrida no segundo trimestre, após paradas programadas e não programadas de manutenção em unidades da Refinaria Landulpho Alves (RLAM). Há que se considerarem também nesse rol de fatores os empuxos provocados pela recuperação na demanda por petroquímicos.

Quanto aos derivados de petróleo da refinaria baiana, observou-se expansão de 28,5% no quarto trimestre de 2012, com aumento de 92,9% em gasolina e 21,5% em óleo diesel, 11,5% em óleo combustível e 16,0% em nafta.

Apesar da expectativa de melhoria de demanda, em linha com a tendência de crescimento da economia global, o cenário ainda é de cautela e de baixa previsibilidade

No ramo petroquímico, o cenário de curto prazo ainda é de grande variação de preços e custos. No que tange ao mercado de *commodities*, a contínua volatilidade dos preços do petróleo, decorrente das incertezas do cenário atual, tem impactado o preço da nafta, principal matéria-prima utilizada pela indústria petroquímica. Apesar da expectativa de melhoria de demanda, em linha com a tendência de crescimento da economia global, o cenário ainda é de cautela e de baixa previsibilidade. Em médio e longo prazos, o crescimento da demanda deverá ser superior à oferta, levando assim à melhoria do ciclo petroquímico.

Mesmo com a recuperação na produção física da indústria baiana, o nível de emprego em 2012, registrou decréscimo de 3,2%, comparando-se com o mesmo período de 2011, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) (2012) do IBGE. Por sua vez, o indicador horas trabalhadas, que responde mais rapidamente às oscilações da produção industrial, pois não incorre em aumento de custos para o setor, registrou queda mais intensa, com taxa de 8,2% no acumulado de 2012, sendo que, no quarto trimestre, o recuo foi de 5,7%.

Dentre os segmentos que influenciaram negativamente o resultado do indicador do emprego industrial em 2012, destacaram-se *Calçados e couro* (-29,0%), *Máquinas e equipamentos* (-16,2%) e *Alimentos e bebidas* (-4,4%). Em contrapartida, os principais segmentos que impactaram positivamente o número de pessoas ocupadas nesse período foram *Produtos químicos* (11,8%),

Fabricação de meios de transporte (8,3%), *Metalurgia básica* (9,4%) e *Borracha e plástico* (2,4%).

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram razoável desempenho, pois exportaram US$ 202 bilhões em 2012, representando recuo de 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações, com volume de US$ 185 bilhões, registraram decréscimo de 0,9%. O resultado no percentual das importações, comparativamente às exportações, mostrou queda no saldo da balança comercial para US$ 17 bilhões, contra US$ 25 bilhões no mesmo período de 2011. Nesse período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US$ 387 bilhões, com decréscimo de 2,9% sobre 2011, atingindo US$ 399 bilhões (BRASIL, 2013a).

Com um ritmo um pouco mais forte, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US$ 3,5 bilhões em 2012, ante o superávit de US$ 3,3 bilhões no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2012).

As exportações baianas, em 2012, alcançaram US$ 11,3 bilhões, com acréscimo de 2,3% comparado ao mesmo período de 2011. O desempenho das exportações proveio especialmente do aumento nas vendas nos segmentos *Petróleo e derivados* (9,0%), *Soja e derivados* (11,6%) e *Algodão e subprodutos* (7,2%). Em sentido contrário, com taxas negativas destacaram-se *Químicos e petroquímicos* (-0,2%), *Papel e celulose* (-6,9%) e *Metalúrgicos* (-31,6%).

Na comparação com 2011, a venda de produtos básicos na Bahia cresceu 13,7%, os manufaturados ampliaram-se em 12,5% e os semimanufaturados exibiram recuo de 16,9%

Na comparação com 2011, a venda de produtos básicos na Bahia cresceu 13,7%, os manufaturados ampliaram-se em 12,5% e os semimanufaturados exibiram recuo de 16,9%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 72,8% do total exportado pela Bahia no ano de 2012.

Por mercados de destino, destacam-se as vendas para a União Europeia (28,5%) e a Ásia (24,7%). Para a União Europeia, que se mantém na primeira posição como mercado comprador de produtos baianos, as vendas aumentaram em 1,7% em 2012, superando as da Ásia e do Nafta, que registraram aumento no período de, respectivamente, 4,4% e 3,0%. Dentre os produtos vendidos à União Europeia, destacam-se celulose, soja e óleos combustíveis.

As importações registraram acréscimo de apenas 0,2%, com valores de US$ 3,5 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) registrou aumento de 1,4% no período considerado.

Em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 43,8% da pauta total, e as de Bens de capital, 17,2%, demonstrando que a pauta baiana de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de *Bens de consumo* representaram 18,0%, e as de *Combustíveis e lubrificantes,* 20,9%. Em termos de variação, em 2012, as categorias *Bens de consumo* e *Combustíveis e lubrificantes* (3,2%) apresentaram crescimento de 16,7%, com *Bens de consumo duráveis* e *Bens de consumo não duráveis*, aumentando, respectivamente, 18,3% e 5,3%. As categorias *Intermediários* (-3,8%) e *Bens de capital* (-7,0%) registraram taxas negativas no período.

Em síntese, o desempenho da indústria baiana na margem foi bastante satisfatório nos últimos dois meses de 2012 (4,3%, em novembro; 4,7%, em dezembro), uma vez que os estoques ficaram reduzidos e houve a necessidade de reposição destes, principalmente no setor *automotivo*. Segundo dados da Sondagem Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) (2012), o nível

No âmbito nacional, o governo brasileiro tem reagido à ausência de dinâmica do setor através da introdução, em 2012, de estímulos para melhorar a competitividade da indústria brasileira, buscando maior equilíbrio na competição com produtos importados

de estoques de produtos finais começou a se reduzir em outubro (54,8 pontos) e situou-se em 51,2 pontos em fevereiro, acima da linha divisória de 50 pontos.

Ainda de acordo com os dados da Sondagem Industrial (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2013), a atividade industrial baiana estava menos aquecida em fevereiro do que no mês anterior. A evolução da produção industrial reduziu 0,9 ponto ante janeiro, situando-se em 45,1 pontos em fevereiro. A indústria baiana operou, em média, com 73,0% da capacidade instalada em fevereiro. O indicador reduziu 1,0 p.p. entre janeiro e fevereiro, sendo o mesmo do mês de fevereiro de 2012. Assim, a Sondagem Industrial (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2012) indica que as empresas industriais baianas mantêm uma postura otimista para os próximos seis meses, tanto no que se refere à demanda (57,8 pontos), quanto em relação à quantidade exportada de produtos (54,0 pontos).

No âmbito nacional, o governo brasileiro tem reagido à ausência de dinâmica do setor através da introdução, em 2012, de estímulos para melhorar a competitividade da indústria brasileira, buscando maior equilíbrio na competição com produtos importados. Estas iniciativas incluíram: aprovação da Resolução 13, do Senado Federal, que reduziu os incentivos fiscais que alguns estados concediam para produtos importados; aumento seletivo de imposto de importação; disponibilização de financiamentos a juros menores para investimentos produtivos; redução do custo da energia elétrica a partir de fevereiro de 2013, e implementação do Programa Reintegra, que proporciona incentivos às empresas exportadoras de alguns segmentos manufatureiros via reintegração de custos tributários residuais existentes nas cadeias produtivas.

Evidenciando boas expectativas para a indústria nacional, em 2013, o Índice de Confiança da Indústria (ICI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elevou-se 1,2% entre novembro e janeiro, ao passar de 105,2 para 106,5 pontos. O resultado decorreu, sobretudo, da melhora do otimismo em relação aos meses seguintes e, mais especificamente, de um ajuste nas previsões para a produção física em curto prazo. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) aumentou de 84,0% para 84,4%, entre novembro e janeiro, mantendo-se um pouco acima da média histórica recente de 83,7% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2012).

Neste sentido, o desempenho da indústria brasileira e, consequentemente, das relações comerciais com o exterior em 2012 foi afetado, principalmente, pela contínua desaceleração da economia que, apesar da oferta de incentivos do governo brasileiro, não apresentou o crescimento esperado.

O desempenho da indústria brasileira e, consequentemente, das relações comerciais com o exterior em 2012 foi afetado, principalmente, pela contínua desaceleração da economia que, apesar da oferta de incentivos do governo brasileiro, não apresentou o crescimento esperado

Por sua vez, a indústria baiana apresentou uma dinâmica diferenciada da média nacional, favorecida não apenas pela baixa base de comparação no primeiro semestre de 2011, mas também pelo dinamismo provocado pelas recentes políticas macroeconômicas.

VAREJO MANTÉM CRESCIMENTO NAS VENDAS

Os instrumentos de política econômica adotados em 2012 favoreceram a manutenção do crescimento das vendas no comércio varejista do país, a despeito da instabilidade verificada no cenário internacional. De acordo com os dados apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), realizada em âmbito nacional pelo IBGE, e analisados pela SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, no ano de 2012 o varejo registrou um crescimento de 8,4%.

Em 2012, a implantação de medidas de incentivo ao consumo pelo governo – como aumento do crédito, baixas taxas de juros, associadas à redução da taxa de desemprego e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para linha branca, móveis e alguns artigos de decoração, como luminárias e papel de parede – contribuiu para o aquecimento nas vendas no varejo. Na Bahia, observou-se que o comportamento do varejo foi ainda mais expressivo que o nacional, pois alcançou taxa de 9,7% ao ano (Gráfico 1).

De acordo com a PMC, dos oito segmentos que compõem o comércio varejista restrito, somente a atividade Livros, jornais, revistas e papelaria registrou comportamento negativo (-0,2 %). Os demais segmentos apresentaram crescimento nas vendas, com destaque para: *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (32,1%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,6%); *Móveis e eletrodomésticos* (11,7%); *Tecidos, vestuário e calçados* (11,2%), e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (7,0%) (Tabela 4).

O segmento denominado *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* foi favorecido pela incorporação de novos produtos – como microcomputadores, celulares, notebooks ou laptop – nos hábitos de consumo das famílias. Já as atividades *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* e *Tecidos, vestuário e calçados* apresentaram aquecimento nas vendas devido ao crescimento da massa de salários e do crédito.

A disponibilidade de crédito e a manutenção do crescimento do emprego e do rendimento também impulsionaram, em 2012, a atividade *Móveis e eletrodomésticos*. Outro aspecto positivo ao consumo foi a redução dos preços, decorrente da redução do IPI, efetivada pelo governo para a linha branca, desde dezembro de 2011, e para móveis, a partir de março de 2012.

No segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* houve expansão nas vendas, apesar da elevação dos preços. Segundo dados do IBGE, a inflação, medida pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),

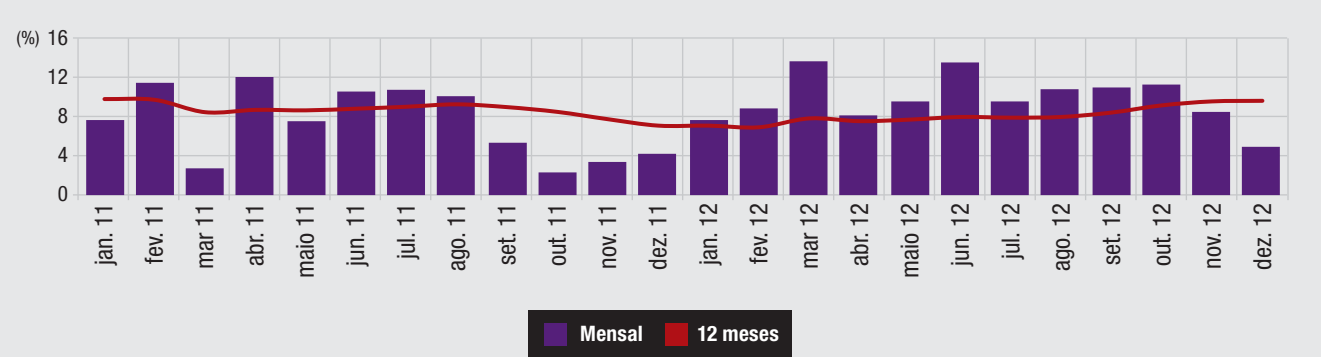


Gráfico 1
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – jan. 2011-dez. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 4
Variação do volume de vendas no comércio varejista, por atividade – Bahia – 2012

Atividade	Volume de vendas (1)				
	Mensal (2)			Ano (3)	Acumulado 12 meses (4)
	Out.	Nov.	Dez.		
Comércio varejista	11,3	8,6	5,5	9,7	9,7
1 - Combustíveis e lubrificantes	-5,6	-8,6	-8,2	6,5	6,5
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,4	10,2	6,8	7,0	7,0
2.1 - Hipermercados e supermercados	9,4	11,3	12,3	6,8	6,8
3 - Tecidos, vestuário e calçados	12,8	16,5	16,7	11,2	11,2
4 - Móveis e eletrodomésticos	18,7	7,4	4,0	11,7	11,7
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	16,8	6,7	-1,8	8,0	8,0
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	17,2	53,6	45,8	32,1	32,1
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	33,0	17,0	-4,6	-0,2	-0,2
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	38,4	40,8	21,8	22,6	22,6
Comércio varejista ampliado (5)	18,3	10,4	6,8	11,0	11,0
9 - Veículos, motos, partes e peças	38,7	14,2	18,1	15,1	15,1
10 - Material de construção	11,7	11,2	-6,6	5,9	5,9

Fonte: IBGE–PMC.
(1) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.
(2) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.
(3) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.
(4) Compara a variação acumuada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.
(5) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

alcançou 0,79% em dezembro, consignando 0,19 ponto percentual acima da de novembro. Como nos demais segmentos, a atividade foi favorecida pelo avanço do poder de compra da população.

Para o Comércio Varejista Ampliado, que inclui, além do varejo, as atividades *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*, foi observado crescimento de 11,0% no volume de negócios. No mês de dezembro, enquanto o primeiro ramo apresentou expansão nos negócios, o segundo registrou variação negativa.

O segmento *Veículos, motos, partes e peças* registrou variação positiva de 18,1% em dezembro, em relação a igual mês do ano anterior. Em 2012, a expansão de vendas registrada pelo segmento foi de 15,1%. O boom de vendas é atribuído à política de redução de IPI, que vigorou até dezembro desse ano.

No que tange ao segmento Material de construção, este apresentou, em dezembro, variação negativa nas vendas de 6,6% em relação a igual mês do ano passado. No ano de 2012, a expansão atingiu taxa de 5,9%. O comportamento negativo do segmento, no mês em análise, corrobora com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), nos quais se constata a eliminação de 4.387 vagas no setor da construção civil. O arrefecimento na dinâmica da atividade reflete também em queda na confiança da construção civil. Segundo informações da FGV, o ramo da construção civil findou 2012 com menos confiança, a despeito das medidas de incentivo ao consumo promovidas pelo governo, no início de dezembro, como a desoneração da folha de pagamentos, redução de 6% para 4% da alíquota do Regime Especial de Tributação (RET) e a criação de uma linha de capital de giro de R$ 2 bilhões, por meio da Caixa Econômica Federal (CONFIANÇA ..., 2013).

Diante do cenário de crescimento moderado, o governo pretende continuar reduzindo o custo tributário, econômico e financeiro para promover competitividade à economia brasileira. Em prol do crescimento econômico, o país deverá prosseguir, em 2013, com taxa de câmbio "mais real", redução dos juros e da carga tributária.

A tentativa de reaquecer a economia e acelerar o crescimento leva à adoção de medidas de incentivo ao mercado interno. "A preferência por medicamentos

brasileiros nas aquisições do governo, ainda que seus preços sejam superiores ao ofertado pelos concorrentes internacionais", constitui em uma dessas medidas (MEDIDAS..., 2012). Esse mesmo estímulo deverá ser utilizado para máquinas e equipamentos.

Nessa perspectiva, espera-se que, em 2013, as vendas do varejo nacional e baiano sejam mais intensas, embora o Índice de Confiança do Comércio, da FGV, revele uma evolução desfavorável no otimismo dos consumidores já nos primeiros dois meses deste ano. Ainda de acordo com esta instituição de pesquisa, o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 2,3%, passando de 136 pontos, em novembro, para 133,5 pontos, em dezembro. Nessa direção, a FGV revela que o indicador que mede o grau de otimismo sobre a situação econômica futura caiu 3,1% no último mês do ano de 2012 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2013).

DESEMPENHO MODESTO DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho metropolitano nacional apresentou modesto desempenho na geração de postos de trabalho em 2012. No entanto, para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), mesmo com expansão da ocupação, observou-se tendência crescente da taxa de desemprego em ritmo mais intenso, em relação à média das regiões metropolitanas pesquisadas e quanto ao comportamento verificado em 2011, segundo indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Observou-se tendência crescente da taxa de desemprego em ritmo mais intenso, em relação à média das regiões metropolitanas pesquisadas e quanto ao comportamento verificado em 2011

A taxa de desemprego apurada pela PED para as regiões metropolitanas pesquisadas, na comparação das médias trimestrais, cresceu 0,5 p.p. no quarto trimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011. Ao longo de 2012, a taxa ficou relativamente estável (0,3 p.p.), passando de 9,5%, em janeiro, para 9,8%, em dezembro. Na RMS aumentaram as taxas médias trimestrais de desemprego em 2,3 p.p., na mesma base de comparação. A taxa, que era 15,0%, em janeiro, passou para 16,6%, em dezembro, acrescendo 1,6 p.p. ao longo do ano, como pode ser notado no Gráfico 2.

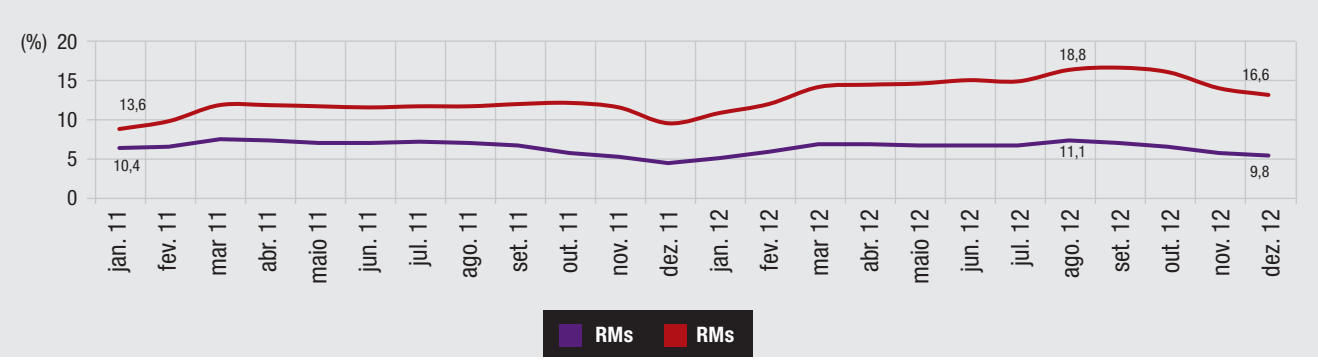


Gráfico 2
Taxa de Desemprego: total das RMs e RMS

Fonte: Dieese–PED, SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Os avanços consecutivos na taxa de desemprego total em 2012, na RMS, foram decorrentes da expansão da População Economicamente Ativa (PEA), que assinalou variação positiva de 1,8%, em relação ao mesmo período de 2011. Apesar de o nível de ocupação apresentar crescimento de 5,1% na mesma análise, a oferta de empregos não foi suficiente para atender ao crescimento da PEA, impactando, assim, o resultado final da taxa de desemprego. A expansão do nível de ocupação foi fortemente estimulada pelo setor da *construção civil*, que cresceu 5,7%.

Seguindo a mesma análise, a evolução da população ocupada do setor privado, com carteira assinada, registrou acréscimo de 8,7%. Já os empregados sem carteira assinada aumentaram 4,1%, cabendo destacar que o setor público figurou com expansão expressiva (9,3%) e os empregados domésticos com retração (-3,1%), no período em análise.

Em termos de rendimento médio real, as regiões metropolitanas, em 2012, apresentaram expansão para os ocupados (1,8%) e estabilidade para os assalariados (-0,1%) em relação a 2011. Por sua vez, a massa salarial dos ocupados e dos assalariados cresceu 4,8% e 2,7%, respectivamente, no mesmo período. Na RMS, o rendimento médio real diminuiu tanto para os ocupados (-1,9%) como para os assalariados (-2,2%), na comparação de 2012 com o mesmo período de 2011. Em sentido oposto, a massa de rendimentos reais cresceu para os ocupados e os assalariados, com variações de 1,3% e 7,3%, respectivamente, no período considerado. O avanço mais rápido da massa de salários em relação aos rendimentos ocorreu em razão do aumento mais significativo do emprego do que dos rendimentos.

Quanto ao emprego formal, o Brasil contabilizou, em 2012, mais de 1,3 milhão de postos de trabalho com carteira assinada; o Nordeste, 190.367, e a Bahia, 36.847, sem ajuste, de acordo com os dados do Caged, divulgados pelo MTE (BRASIL, 2012b), correspondendo à variação percentual do estoque de emprego de 2,2%, situado abaixo da média nacional (3,4%) e da média nordestina (3,2%). Apesar da elevação no estoque, o saldo líquido apresentado neste período é bem inferior aos 76.041 registrados em 2011.

Setorialmente, o setor de serviços, com 23.017 vagas, respondeu pelo maior saldo, resultando em uma participação de 62,5% do saldo total. Vale observar que, no referido setor, os três subsetores mais dinâmicos foram *Serviços de alojamento* (7.717); *Serviços médicos, odontológicos e veterinários* (5.286), e *Comércio e administração de imóveis* (4.799). O setor de comércio apurou resultado de 14.908 vagas de emprego, e o de construção civil criou 5.287 novos empregos. Outro setor que apresentou saldo positivo, porém menos expressivo, foi o de *extrativa mineral* com 423 postos de trabalho gerados em 2012. Por sua vez, os setores da *agropecuária*, da *indústria de transformação*, de *serviços industriais de utilidade pública* e da *administração pública* apuraram saldo de negativo de 2.174, 3.280, 968 e 418 postos de trabalho, respectivamente.

Diante deste cenário, levando-se em consideração os indicadores disponíveis, é possível afirmar que há sinais de acomodação no nível de emprego para os próximos meses. É sabido que o resultado do emprego formal foi bem abaixo do esperado e daquele evidenciado em 2011, e que o desemprego manteve-se no mesmo patamar de 2011. Ao mesmo tempo, a massa dos rendimentos médios metropolitanos apresentou expansão nos últimos meses de 2012, com perspectivas de dinamizar a demanda doméstica nos próximos meses. Neste sentido, a Ata do Copom avalia

> que a demanda doméstica tende a se apresentar robusta, especialmente o consumo das famílias, em

Diante deste cenário, levando-se em consideração os indicadores disponíveis, é possível afirmar que há sinais de acomodação no nível de emprego para os próximos meses

> grande parte devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito. Esse ambiente tende a prevalecer neste e nos próximos semestres, quando a demanda doméstica será impactada pelos efeitos das ações de política recentemente implementadas, que, de resto, são defasados e cumulativos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013a).

No entanto, o mesmo comportamento não foi observado na RMS, onde ocorre aumento da taxa de desemprego e redução do saldo de empregos formais. O desemprego apontou taxa média de 17,4% ao longo de 2012, com perspectivas de expansão para os próximos três primeiros meses de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores econômicos observados nas seções anteriores evidenciaram comportamento setorial distinto, que se expressaram no crescimento da economia baiana e na desaceleração do PIB em âmbito nacional. Apesar de ter sentido os efeitos da instabilidade financeira internacional, a economia baiana obteve resultado significativo. De um lado, em razão do efeito estatístico na série de produção industrial; de outro, por ter sido beneficiada pelas medidas de política econômica que atuaram principalmente nos setores de *serviços* e *construção civil*. Em sentido contrário, a seca prejudicou o desempenho da *agricultura* baiana, o que, se não tivesse ocorrido, ampliaria ainda mais a grandeza do produto baiano.

A atual política econômica do governo – que ofertou estímulos à geração de empregos mediante desonerações tributárias e flexibilidade monetária, com o intuito também de instigar o consumo das famílias, beneficiar a indústria e o comércio varejista – foi efetivada com baixa taxa de investimento. Tanto é assim que a taxa de investimento reduziu de 19,3% para 18,1% do PIB, enquanto a participação do consumo das famílias no PIB brasileiro subiu de 60,2%, em 2011, para 62,3%, em 2012, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

Para 2013, os analistas atenuaram a previsão da expansão da atividade econômica de 3,1% para 3,09% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013c). Essa queda na aposta do crescimento do país teria sido causada, principalmente, pelas perspectivas do setor industrial, que deverá ter uma retomada menos vigorosa que o previsto.

Os analistas do mercado mantiveram a previsão de que os juros ficarão estáveis em 7,25% ao ano, em 2013. A projeção para o IPCA, índice usado oficialmente no sistema de metas para a inflação, apresentou um leve aumento de 5,69% para 5,70%. A aposta para o câmbio no fim do ano manteve-se estável em R$ 2,00 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013c).

A grande ameaça, em 2013, refere-se ao comportamento dos preços, que, até fevereiro, já cresceram 6,77% nos últimos 12 meses, destacando-se, nesse contexto, a elevação dos preços dos alimentos. Estes subiram menos do que em janeiro, mas, ainda assim, ascenderam com intensidade, por causa, sobretudo, de fatores climáticos, além do reajuste do frete. A nova safra já está começando a escoar, mas ainda é impossível dizer quando começará a ter efeito sobre o índice, porque depende do comportamento de cada lavoura. O governo adotará, a partir de março, medida emergencial de desoneração da cesta básica para melhorar a dinâmica da inflação. No entanto, o aumento geral dos preços persiste alimentado conjunturalmente pelos preços dos serviços. A inflação de fevereiro teve dois destaques opostos. De um lado, a Habitação puxou a inflação para baixo por causa da desoneração da tarifa de energia elétrica; de outro, a Educação, que, embora seja item indexado em acordo, teve um aumento relativamente acentuado.

No cenário externo, a expectativa é de crescimento em 2013. No entanto, este aumento deverá ser mais gradual do que o observado nas projeções do Relatório Econômico Mundial, de outubro 2012. Ainda segundo o World Economic Outlook (WEO) Update (2013), ações políticas têm reduzido os riscos de crise aguda na Zona do Euro e nos Estados Unidos. Nos EUA, o PIB deverá registrar crescimento de 2%, em 2013, com a ajuda dos mercados financeiros e a melhora no mercado imobiliário. Porém, na Zona do Euro, o retorno à recuperação econômica está demorado e incerto. Prevê-se aí retração da atividade econômica em torno de menos 0,2%, em 2013. Exceto a China, onde se espera crescimento em torno de 8,2%, em algumas economias emergentes

observa-se aumento modesto do PIB por causa das incertezas que ainda perduram na demanda externa fragilizada e nos gargalos domésticos. Diante desse complexo quadro da economia mundial, avalia-se que, se os riscos de crise não se concretizarem e as condições financeiras continuarem a melhorar, o crescimento global poderá ser mais forte do que o previsto.

Nesse cenário, a expectativa presente é de uma alta do PIB brasileiro em torno de 3%. O vigor do mercado de trabalho e os investimentos associados aos preparativos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas constituem-se também em fatores positivos, que poderão refletir numa maior demanda por produtos industriais. Os fatores de risco exógenos à economia brasileira continuam ligados ao desempenho da economia da Zona do Euro e dos EUA, bem como a sua influência no crescimento dos mercados emergentes.

As perspectivas sinalizadas para a economia brasileira devem se refletir sobre a economia baiana, cujo nível de atividade deverá apresentar taxa positiva, proporcionada pelo bom desempenho esperado para a *indústria* e para o setor de *serviços*, uma vez que os prognósticos para a *agropecuária* são insatisfatórios, diante da instabilidade climática observada nos primeiro bimestre do ano. A seca atinge em especial a produção de grãos. Dados preliminares já indicam produção agrícola acima da obtida em 2012, que foi reduzida severamente pela seca.

No setor industrial, espera-se crescimento na *Construção civil* sustentado pelas obras para a realização das copas das Confederações e do Mundo. Além disso, o segmento continua sendo incentivado pelo governo federal, por meio da desoneração do IPI e pela adoção de outras medidas de incentivo com efeito sobre os custos de produção. Outro fato mais recente e que tenderá a beneficiar as atividades de *Construção civi*l no estado são os investimentos em infraestrutura de mobilidade e logística já iniciados, com maturação prevista ainda em 2013. As perspectivas para a *indústria de transformação* estão atreladas aos investimentos industriais, em fase inicial de operação, que provocarão efeitos multiplicadores no mercado de trabalho, na renda e no consumo, impactando positivamente o PIB 2013/2014 pelo ângulo da demanda agregada.

REFERÊNCIAS

BAHIA criou mais de 36 mil postos de trabalho em 2012. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, dez. 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_dez12.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 15 e 16 janeiro 2013.* Brasília: BACEN, 2013a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/copom/not20130116172.asp>. Acesso em: 6 mar. 2013.

_____. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR).* [Brasília]: BACEN, dez. 2012b. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br >. Acesso em: 1 mar. 2013

_____. *Focus*: relatório de mercado. [Brasília]: BACEN, 1 mar. 2013c. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20130301.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Desempenho: evolução do desembolso. Brasília: BNDES, dez. 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2012.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, dez. 2012a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, dez. 2012b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Décimo segundo levantamento da safra brasileira de grãos 2011/2012*. Brasília: CONAB, set. 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2013.

_____. *Quinto levantamento da safra brasileira de grãos 2012/2013*. Brasília: CONAB, fev. 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2013.

CONFIANÇA da construção civil cai 3,3% em dezembro, diz FGV. *Valor Econômico*, São Paulo, 07 jan. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2959562/confianca-da-construcao-civil-cai-33-em-dezembro-diz-fgv>. Acesso: 15 mar. 2013.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 4º trimestre de 2012*: visão geral. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2012. 23 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Comentarios/pib-vol-val_201204comentarios.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2013.

CONFIANÇA do consumidor recua em dezembro, diz FGV. *Folha Online*, São Paulo, 21 dez. 2012. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=402880811D8E34B9011D9CCFF7947F8F&contentId=8A7C82C53C29CBBF013C6CE77FAE2FBA>. Acesso em: 10 mar. 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Sondagem industrial*: Bahia. Salvador: FIEB, mar. 2013. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/SDI/2012/NOVEMBRO/Sondagem%20Industrial%20Bahia%202012-11.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Sondagem da indústria de transformação industrial*. Rio de Janeiro: FGV, dez. 2012. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/>. Acesso em: 1 mar. 2013.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2013.

INFORMATIVO FENABRAVE. São Paulo: Fenabrave, dez. 2012. Disponível em: <http://www.tela.com.br/dados_mercado/emplacamentos/index.asp?coditem=1>. Acesso em: 1 mar. 2013.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2013.

MEDIDAS de incentivo à economia irão amadurecer em 2013, diz Dilma. *Valor Econômico,* São Paulo, dez. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2949660/medidas-de-incentivo-economia-irao-amadurecer-em-2013--diz-dilma>. Acesso em: 27 fev. 2013.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *Diminui taxa de desemprego na RMS*. Salvador: SEI, dez. 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_dez12.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2013.

PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS. Brasília: CNI, dez. 2012. Disponível em: <http://www.cni.org.br/>. Acesso em: 1 mar. 2013.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2012. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2013.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2012. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/>. Acesso em: 1 mar. 2013.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 fev. 2012.

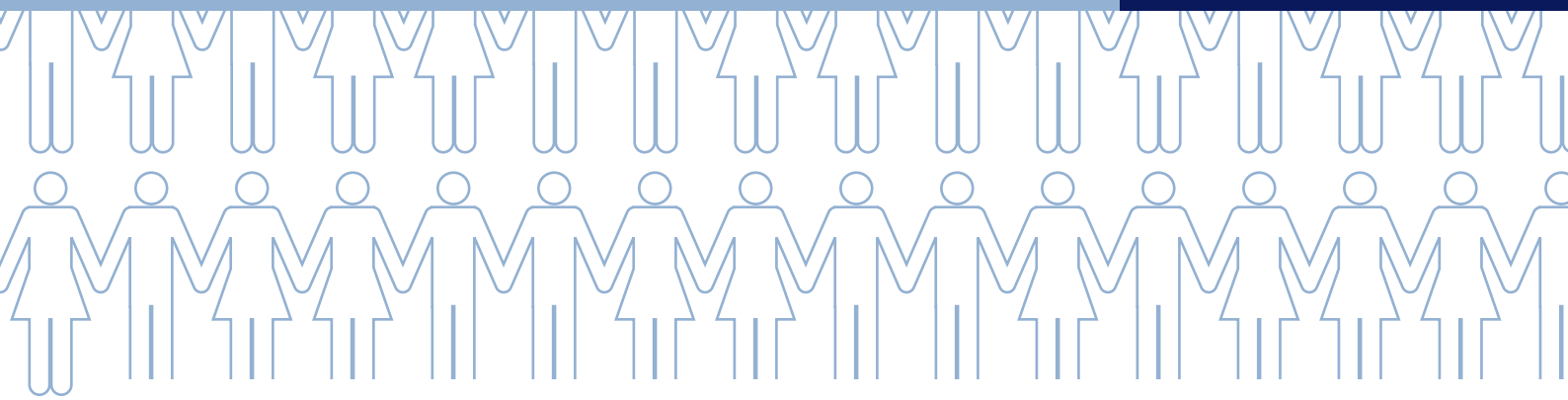
PIB baiano cresce 4,9% no quarto trimestre e 3,1% em 2012. *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 3, n. 4, out./dez. 2012.Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2012.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE *Gradual upturn in global growth during 2013*. 23 jan. 2013.Disponível em:<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/update/01/>. Acesso em:10 mar. 2013.

“Nossa missão é **retratar o Brasil**”

Wasmália Bivar

A amazonense Wasmália Bivar entrou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1986. Foi gerente de pesquisa e inovação tecnológica e assumiu, em 2004, a diretoria de pesquisas da instituição. Em 2011, a economista tornou-se a primeira mulher no cargo de presidente em 76 anos. Wasmália administra uma instituição com cerca de 7.000 funcionários permanentes e quase 4.000 temporários, além de 1500 agências nas 27 unidades da federação. Em entrevista à C&P, Wasmália conta quais os maiores avanços e dificuldades do IBGE, aponta novidades em pesquisas consagradas e também divulga novas pesquisas que estão por vir.



C&P – Quais os principais trabalhos realizados pelo IBGE nos últimos anos?

Wasmália Bivar – Obviamente, o censo demográfico de 2010 encabeça essa lista, uma vez que o censo é uma operação gigantesca que produz informações detalhadas para pequenas áreas em nível municipal e intramunicipal, nas esferas públicas e privadas. Mas, nos últimos anos, temos procurado atender às mais diversas demandas. Divulgamos em 2011, por exemplo, a oferta de leitos por parte do sistema de infraestrutura de hospedagem brasileira, um dado importante em função dos grandes eventos esportivos que nos esperam, e que atrairão uma grande massa de turistas para o Brasil. Para atender essa demanda, nós pretendemos refazer essa pesquisa entre o final de 2013 e o início de 2014.

C&P – Quais pesquisas na linha de trabalhos especiais, vêm sendo desenvolvidas pelo IBGE?

WB – Temos abordado temas mais delicados, como o comportamento dos adolescentes, uma pesquisa nova chamada Pesquisa Nacional sobre a Saúde do Escolar – a Pense, que adota uma metodologia interessante para levantar informações sobre essa população. Essa pesquisa consiste em visitar as salas de aula das turmas da oitava ao nono ano, todos já alfabetizados, e realizar alguns

Divulgamos em 2011 a oferta de leitos por parte do sistema de infraestrutura de hospedagem brasileira, um dado importante em função dos grandes eventos esportivos que nos esperam

questionamentos. Em virtude do seu caráter delicado, optamos por disponibilizar para os alunos que se dispuserem em participar, um notebook, onde eles deverão responder o questionário que constará na tela. Essas perguntas dizem respeito aos hábitos dos alunos, que vão desde fumo, álcool, sexo, drogas, relação familiar, com os adultos que não fazem parte desse núcleo, com a própria escola, dentre outros. Por todas essas questões elencadas, eu acho que a Pense é uma pesquisa que evidencia um grande potencial. Nós a realizamos, inicialmente, somente nas capitais e agora a expandiremos para todo o território nacional. Acredito que ela vai, novamente, produzir resultados bastante interessantes.

C&P – Quais são os principais desafios a serem enfrentados pelo IBGE?

WB – Eu acho que os principais desafios são os que nós brasileiros enfrentamos com qualquer projeto. O Brasil é um país de dimensões continentais, uma heterogeneidade muito grande, com uma infraestrutura diferenciada. A logística que se define para operar no Sul-Sudeste não se aplica ao Norte-Nordeste ou Centro-Oeste. A rede de telecomunicações, por exemplo, ainda tem vazios no território e isso, para quem se dispõe a fazer o trabalho de forma mais moderna, é sempre um transtorno, uma limitação que se tem que superar. Por outro lado, o Brasil ainda oferece campo para muitas pesquisas, então isso é objeto de investigação, de estudo e, portanto, de formulação de pesquisa de estatísticas. Então, os nossos desafios são, ao mesmo tempo, nossas oportunidades de estudo e de colocar isso em termos numéricos à disposição dos usuários.

C&P – Quanto a projetos, a senhora poderia falar um pouco sobre a PNAD Contínua?

WB – Temos uma política no IBGE de que os dados disponíveis, sejam com cobertura nacional, mas que forneçam estimativas para os estados brasileiros. Em termos de informações de natureza estrutural, as pesquisas anuais que realizamos já há algum tempo vem atendendo a essa demanda. No caso das conjunturais, existem ainda grandes desafios para o

IBGE superar. O primeiro deles, que a PNAD Contínua vai tratar, é que hoje, em curto prazo, o Brasil só dispõe de informações sobre o mercado de trabalho para as seis maiores áreas metropolitanas e capitais do País. E óbvio, essa é uma necessidade de informação não só para os governos estaduais, mas também para os próprios trabalhadores: saber o quanto o mercado de trabalho está aquecido ou não, qual é a renda média, qual é a taxa de desocupação, entre outras questões. Essas são informações imprescindíveis para qualquer mesa de negociação em que se sentem patrões e trabalhadores. Além disso, para os analistas de conjuntura e para os formuladores de políticas, informações como o nível de atividade e a participação da população no mercado de trabalho são fundamentais. Então, a PNAD Contínua vem justamente preencher essa lacuna. O objetivo dela é fornecedor informação, em curto prazo, de mercado de trabalho para todas as unidades da federação brasileira. As informações não vão ser mensais, mas a cada três meses, ou seja, ainda em

E óbvio, essa é uma necessidade de informação não só para os governos estaduais, mas também para os próprios trabalhadores: saber o quanto o mercado de trabalho está aquecido ou não, qual é a renda média, qual é a taxa de desocupação

As informações não vão ser mensais, mas cada a três meses, ainda a curto prazo todos os estados conhecerão as informações relativas ao seu mercado de trabalho

curto prazo, todos os estados conhecerão as informações relativas ao seu mercado de trabalho. Vamos começar a divulgar os primeiros resultados da PNAD ainda este ano, no segundo semestre.

C&P – E em relação à pesquisa sobre o setor de serviços?

WB – Ela é importantíssima porque, cada vez mais, os serviços crescem no peso da produção, e nas pautas de exportação. Existe uma grande necessidade de dispor de informações sobre esse segmento que é variadíssimo, ele abarca desde serviços prestados à família como alimentação, hospedagem e serviços pessoais, a serviços em que a tecnologia é extremamente importante, como telecomunicações e informática. A relevância desse setor se estende também a participação no mercado internacional. Os serviços de construção no Brasil, por exemplo, possui empresas que atuam na construção de pontes, metrô, entre outros serviços de infra-estrututra internacional. Há algum tempo atrás, nós não possuíamos informações diretas sobre o setor a curto prazo. Tínhamos estatísticas anuais para todo o país que forneciam informações para as esferas estaduais, mas nós necessitávamos de informações em curto prazo. A pesquisa mensal de serviços, que divulgaremos no início do segundo semestre vem preencher esta lacuna Essa pesquisa, assim como a de comércio, já vai nascer produzindo informações em nível estadual. Nossos projetos têm como objetivo de retratar cada vez melhor o Brasil, com informações em curto e longo prazos.

C&P – Quais são os principais entraves para oferecer essas informações?

WB – A extensão territorial é o principal deles. Para retratar adequadamente o país é preciso detalhamento geográfico. Em nível municipal, só grandes operações, como o censo, dão conta, dado o número e tamanho de municípios no país. Cerca de 60% deles tem uma população com menos de 20 mil habitantes. Dessa forma, é difícil criar metodologia para estimação de populações tão rarefeitas. Apenas os censos conseguem oferecer informações para todos os municípios brasileiros.

A boa notícia é que não vamos precisar esperar o censo de 2020 para ter novas informações, porque já estão fechados no orçamento deste ano os primeiros recursos para a atividade de planejamento da contagem

Nossos projetos têm como objetivo de retratar cada vez melhor o Brasil, com informações em curto e longo prazos

de 2015. Embora a gente chame "Contagem 2015", ela vai oferecer informações em nível municipal e intramunicipal. Começamos a trabalhar a base territorial para realização dessa contagem em 2014, consequentemente, a interrelação com os estados brasileiros já começa a ser requerida a partir do próximo ano para realização desse projeto.

C&P – Atualmente a taxa de desemprego é pesquisada em seis regiões metropolitanas. O IBGE pretende expandir essa pesquisa para outros municípios?

WB – Não. A PNAD Contínua vai dar resultados para unidades da federação, capitais e regiões metropolitanas das capitais. Para o tamanho do Brasil e pelo nosso número de municípios, eu diria que é impossível construir informações, em curto prazo, para o nível municipal. Para todos os 5565 municípios brasileiros é praticamente impossível.

O censo teve vários pontos fortes. O fato dele ter sido completamente informatizado é um desses pontos, mas nós tivemos outros avanços metodológicos importantes e também institucionais. A relação e a proximidade com os estados e municípios, por exemplo, é algo que contribui bastante

Se formos pensar, por exemplo, que no censo, onde contratamos e treinamos um exército de pessoas, esse exército fica três meses em campo para fazer a coleta das informações, então só aí já acabou o prazo para ser uma pesquisa de conjuntura. Porque só a coleta leva três meses, isso mesmo com a gente trabalhando a todo vapor.

C&P – Quais os aspectos a senhora considera positivos e negativos no censo demográfico de 2010 e o que pode mudar para o Censo de 2020?

WB – Olha, sempre tem alguma coisa a melhorar. O que nós fazemos é um enorme trabalho de avaliação: juntamos todas as equipes que participaram do projeto e também os usuários. As análises saem desse trabalho de planejamento que o IBGE inicia agora. O censo teve vários pontos fortes. O fato dele ter sido completamente informatizado é um desses pontos, mas nós tivemos outros avanços metodológicos importantes e também institucionais. A relação e a proximidade com os estados e municípios, por exemplo, é algo que contribui bastante. A participação ativa dos estados e municípios fortalece o trabalho do IBGE, ajuda-nos a identificar problemas e a encontrar, muitas vezes, soluções para diversas questões. O IBGE faz censo desde sempre, é uma atividade muito consolidada na casa, ninguém faz "saltos mortais". O trabalho é muito parecido entre um censo e outro, sempre existirá novidades em termos de novas tecnologias ou mesmo de novas metodologias, mas o trabalho é muito parecido: percorrer o território para

A participação ativa dos estados e municípios fortalece o trabalho do IBGE, ajuda-nos a identificar problemas e a encontrar

cobrir toda a população. É uma grande operação de logística.

C&P – Quanto à periodicidade dos indicadores do Brasil, ela pode ser considerada ideal? E o que seria uma periodicidade ideal para uma pesquisa?

WB – Olha, o ideal é aquilo que atende às necessidades dos usuários. A exceção, por exemplo, é da informação em nível municipal – que só tem a cada dez anos por censo. Nós temos uma periodicidade, para uma parte das nossas estatísticas, que não lembra aquilo que os usuários consideram adequado para acompanhar os fenômenos que eles acompanham. Também não adianta você ter informação diária, se não muda nada de um dia para o outro. Quem diz qual a periodicidade ideal é o próprio fenômeno. Se você tem uma informação que não muda em um ano, não adianta você fazer todo ano, porque não vai mudar nada, então você está jogando dinheiro fora. Eu considero a periodicidade ideal sim, no Brasil, porque ela é adequada. Uma das dimensões de avaliação da qualidade é justamente o que se chama de oportunidade com que essas informações são divulgadas. Se eu só sei o que está acontecendo com o preço do mês passado daqui a um ano, a relevância dessa informação se perdeu

muito. Então, uma das dimensões da qualidade é justamente essa coisa da informação ser divulgada com a maior brevidade possível, e existem parâmetros internacionais que nós buscamos acompanhar, especialmente as informações de conjuntura. Nós estamos dentro dos padrões internacionais, e acreditamos que esses padrões sejam uma boa referência.

C&P – No que diz respeito à informação, o que é que pode ser considerado dado estatístico de boa qualidade? A senhora acha que o Brasil se encaixa nessa categoria?

WB – Eu acho que o dado estatístico de boa qualidade é o dado reputado como confiável, e eu acho que o Brasil se encaixa nessa categoria sim. Não estou dando a minha opinião, estou simplesmente reproduzindo o que os organismos internacionais responsáveis por esse tipo de avaliação falam, que o Brasil hoje tem uma infraestrutura de informação muito boa. E quando eu falo infraestrutura de informação, eu estou falando do sistema estatístico nacional, que vai além daquilo que o IBGE produz. Porque tem-se as informações, por exemplo, do comércio de mercadorias, produzidas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – que fazem parte do Sistema Alice, reputado como um sistema que produz excelentes informações, temos também as informações do sistema financeiro produzidas pelo Banco Central, as do sistema tributário, produzidas pelo Tesouro Nacional, e muitas outras. As nossas estatísticas, nossas "brasileiras", sejam as do IBGE, ou as derivadas de registros administrativos, da RAIS, do Caged, do Ministério do Trabalho, e muitas outras, são reputadas internacionalmente como estatísticas de boa qualidade. Nós recebemos missões internacionais, do FMI, por exemplo, que avalia e avalia bem as informações brasileiras. Eu só poderia dizer que sim, as nossas informações são confiáveis e são reputadas como de qualidade.

Nós estamos dentro dos padrões internacionais, e acreditamos que esses padrões sejam uma boa referência

As nossas estatísticas, nossas "brasileiras", sejam as do IBGE, sejam as derivadas de registros administrativos, da RAIS, do Caged, do Ministério do Trabalho, e muitas outras, são reputadas internacionalmente como estatísticas de boa qualidade. Nós recebemos missões internacionais, do FMI, por exemplo, que avalia e avalia bem as informações brasileiras

C&P – Quais as implicações da Lei de Acesso à Informação, no IBGE, e como funciona o Serviço de Informação ao Cidadão?

WB – Olha, para a gente não teve muito impacto a Lei de Acesso à Informação, porque nós já trabalhávamos com essa orientação de que a informação só serve se for divulgada, se ela estiver disseminada. Então, a gente já tinha isso por princípio: os dados têm que ser divulgados, não se pode ficar com dado aqui preso, de forma alguma. Dado bom é o dado que está na rua. Então, do ponto de vista de mudança, nada se chocou com a orientação pré-existente. E quanto ao Serviço de Informação ao Cidadão, fizemos a nossa página e criamos o local físico aqui, inclusive na própria sede do IBGE. Na página, nós operamos o SIC da forma como ele foi concebido – as pessoas escrevem as suas demandas e nós temos o prazo legal para atender. Óbvio que se alguém chegar dizendo assim "eu quero uma pesquisa sobre...", não vai levar, porque a gente não vai pesquisar para uma pessoa, a gente faz pesquisa para a sociedade, então a gente vai explicar as razões do não atendimento e não vai atender. Se quiser dados que estão protegidos

Nós já trabalhávamos com essa orientação de que a informação só serve se for divulgada, se ela estiver disseminada. Então, a gente já tinha isso por princípio: os dados têm que ser divulgados, não se pode ficar com dado aqui preso, de forma alguma. Dado bom é o dado que está na rua

pela Lei de Sigilo das Informações, a gente também não terá como atender, quer dizer, a Lei de Acesso à Informação não mudou em absolutamente nada a vida do IBGE.

C&P – Como acontece, hoje, a parceria com órgãos estaduais de estatística, e qual a relevância dessa parceria?

WB – Nós valorizamos muito essa parceria, ela nos permitiu a construção de um projeto que hoje dá resultados benéficos não só ao IBGE, mas também aos estados, que é o projeto de Contas Regionais. Inclusive existem outras áreas do próprio IBGE que se interessam em desenvolver projetos com um arranjo institucional similar ao das Contas Regionais. É o caso, por exemplo, de estimativas e projeções de população. Ganha-se reforço na equipe, com pessoas que estão no local, pois elas conseguem ter uma visão mais qualitativa sobre os dados da localidade, do que as pessoas locadas no IBGE do Rio de Janeiro não conseguem ter sobre todo o Brasil. Embora estejamos presentes em todo o Brasil, não estamos como usuários desses dados, então é importante ter esse usuário "privilegiado" do dado, que contribui com sua construção e que pode aportar o projeto com suas avaliações e as suas críticas. Acho isso muito importante. Para o IBGE, essas parcerias são de grande relevância e o que nós esperamos é que elas possam crescer, possam se expandir, inclusive, para outros temas que não sejam apenas as Contas Regionais.

No caso da Bahia, a gente tem a SEI. Um órgão com tradição, com uma história, uma história técnica e institucional importante

C&P – Quais os principais parceiros regionais do IBGE e as expectativas de estudo em rede com outros órgãos?

WB – Com alguns estados a parceria é com a secretaria de planejamento, porque não tem um órgão específico que participe. No caso da Bahia, a gente tem a SEI. Um órgão com tradição, com uma história técnica e institucional importante. Quanto mais isso acontece, melhor para o IBGE, porque nesses espaços se encontra um quadro técnico já mais robusto, bem formado, com maior capacidade crítica, o que para a gente é muito importante.

Todos os estados são importantes, porque a nossa missão é retratar o Brasil, então nenhum estado pode ficar de fora. É claro que, dependendo do fenômeno que está se estudando, um ou outro estado fica de fora, mas a gente acaba tendo problemas, então a ideia é que todos os estados possam participar e eu acredito que existe um aprendizado mútuo – o IBGE se beneficia dos conhecimentos locais e, ao mesmo tempo, compartilhamos os nossos conhecimentos com os parceiros estaduais. Do ponto de vista institucional, as parcerias que o IBGE quer estabelecer são essas – com os estados, porque nós conseguimos desenvolver projetos de interesse comum, e com os ministérios, porque o ministério aporta conhecimentos específicos, que interessam ao IBGE e isso é muito importante. Assim, acho que esses seriam o que eu chamaria de "parceiros preferenciais".

C&P – Para finalizar, a senhora tem algo a acrescentar sobre a contribuição do IBGE ao País e a previsão das mudanças dos indicadores para os próximos anos?

WB – A gente sempre vai aumentando a nossa cobertura, avançando no sentido de cobrir mais temas, ampliar a cobertura geográfica. Por exemplo, o Índice de Preço ao Consumidor se refere a doze áreas, que são regiões metropolitanas ou capitais. Nós estamos trabalhando para, esse ano, divulgar mais duas áreas, que seriam Vitória do Espírito Santo, e o Mato Grosso do Sul. Queremos também incluir novas áreas de forma a avançarmos para que o IPC tenha cobertura nacional, e que, do mesmo jeito que a gente estava falando do mercado de trabalho, os *steakholders*, os diretamente interessados nesses assuntos, possam dispor dessas informações de mercado de trabalho e de inflação. Qualquer mercado que se vá estudar necessita dessas duas informações para planejamento público, mas também para as ações privadas, reivindicações etc. Acho que são as duas informações em curto prazo mais importantes e o IBGE está trabalhando para que todos os estados possam dispor dessas informações.

Aderência das recomendações de **boas práticas de governança corporativa** em quatro cooperativas brasileiras do segmento de laticínios

Gisela Schaffer*
Marcos Crepaldi**

Um dos conflitos trazidos pelo capitalismo, a separação entre propriedade e controle, amplamente exposto por Berle e Means (1932), pode ser considerado um assunto antigo, mas está presente na realidade de muitas organizações. A dificuldade que surge a partir desta ruptura é que, muitas vezes, o proprietário já não detém o controle da organização, porém continua tendo responsabilidades e obrigações. Formas de minimizar este conflito, através de custos de agência tratados por Jensen e Meckeling (1976), ou mesmo da adoção de boas práticas recomendadas por alguns órgãos privados e públicos em todo o mundo, têm sido alvo de estudos no Brasil, principalmente na última década.

* Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), especialista em Controladoria e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RS). gisela@terra.com.br
** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). marcos.crepaldi@unisul.br

O objetivo desta pesquisa é identificar boas práticas de governança corporativa em quatro cooperativas agropecuárias do ramo de laticínios

A Governança Corporativa (GC) pode ser explicada como arranjos institucionais que objetivam reger as relações entre acionistas (ou outros grupos) e administrações das empresas (LETHBRIDGE, 1997). De forma mais analítica, mas corroborando com a definição anterior, Leal, Ferreira e Carvalhal-da-Silva (2002) afirmam por GC um conjunto de práticas e processos formais de acompanhamento da gestão executiva de uma empresa, que objetiva resguardar os interesses dos acionistas e minimizar os conflitos de interesse.

Embora algumas práticas de GC sejam obrigatórias para empresas de capital aberto, as organizações do tipo cooperativas também estão aderindo, muitas vezes voluntariamente, a estas práticas, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2009). As cooperativas apresentam peculiaridades se comparadas a outros tipos de sociedade, mas também precisam se adaptar ao mercado globalizado para se manter em atividade (DAVIS; BIALOSKORSKI NETO, 2010). Neste sentido, esta pesquisa justifica-se pela carência de estudos tratando de governança corporativa, com foco em sociedades cooperativas. A relevância do negócio cooperativa também precisa ser considerada; Ferrari (2008) identificou participação em torno 6% do faturamento das cooperativas no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Exposta a participação das organizações cooperativas no cenário brasileiro, a contribuição deste estudo pode ser vinculada ao movimento crescente de pesquisas quando se trata de governança corporativa em organizações cooperativas. O objetivo desta pesquisa é identificar boas práticas de governança corporativa em quatro cooperativas agropecuárias do ramo de laticínios. São propostos os seguintes objetivos específicos para a pesquisa: a) analisar o estado da arte do tema; b) identificar as convergências e divergências das práticas de governança corporativa recomendadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o IBGC nestas cooperativas, e c) indicar pontos frágeis quanto a estas práticas nos casos avaliados. O método restringe-se a uma pesquisa descritiva com revisão literária e estudo múltiplo de caso. Para coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado, respondido pelos responsáveis da área de controladoria.

Este trabalho está estruturado em cinco seções (contando com esta introdução). Na seção 2, apresenta-se a revisão de literatura com destaque ao tema orçamento e a cooperativas. Em seguida, descreve-se a metodologia (seção 3). Posteriormente, os resultados são apresentados e discutidos na seção 4. Por fim, são apresentadas as conclusões (seção 5).

REVISÃO DA LITERATURA

Governança corportiva

A GC tem sido foco de estudos, principalmente a partir das crises norte-americanas de 2001 - 2003. De acordo com Winter (2011), as sanções por fraudes e manipulações estipuladas às empresas não foram suficientes para impedir comportamentos fraudulentos, assim surgiu a Lei Sarbannes Oxley, emitida com objetivo de estabelecer e deixar claros regras e procedimentos, minimizando riscos de novos problemas de GC. Na Europa, a resposta foi diferente, não através de legislação obrigatória, mas principalmente de códigos de governança corporativa com base em cumprir ou explicar.

No meio científico, este tema apresentou maior produção, principalmente nas últimas duas décadas, na visão de Chung e Zhang (2011). Evidenciações quanto à quantidade de publicações sobre o assunto podem ser observadas no estudo bibliométrico de Huang e Ho (2011) que efetuaram uma busca na

Social Science Citation Index (SSCI) no período de 1992 - 2008, através da base do Institute for Scientific Information (ISI) da Philadelphia USA, com a palavra--chave: governança corporativa. Neste estudo foi possível identificar que, a partir de 2004, ocorreu um aumento expressivo, ano a ano, na quantidade de artigos, e que o último ano considerado na pesquisa, 2008, teve a maior quantidade de artigos publicados.

Inclusive, Huang e Ho (2011) citam uma reforma na governança corporativa a partir das crises de 2007 e 2008, quando, mesmo diversos mecanismos de GC, não impediram muitas organizações de encerrarem suas operações, o que supõe uma ineficiência quanto a boas práticas ou até mesmo a necessidade de uma revisão para evitar tais situações.

No Brasil, pode-se observar que alguns estudos bibliométricos recentes apresentam uma tendência similar àquela observada em outras bases. Muritiba e outros (2010) analisaram periódicos nacionais com a nota A1, A2, B1 e B2 pela Qualis das áreas de Administração, Contabilidade e Economia, no período que compreende de 1998 até 2010. A palavra-chave utilizada foi governança. Constatou-se que a maior produção ficou concentrada no ano 2008. Quanto aos objetivos, os artigos documentais são os mais expressivos do grupo avaliado. Duarte, Cardozo e Vicente (2012) constataram em seu estudo bibliométrico que a governança tem sido debatida em âmbito científico, porém, a maior concentração está nas grandes empresas, na sua maioria de capital aberto, em que se tem a relação com os investidores.

As boas práticas, de forma geral, buscam minimizar riscos, conflitos de interesse, favorecimento, entre outros, apoiando os pilares da GC. O foco deste trabalho é avaliar estas boas práticas no contexto brasileiro. Neste caso, o estudo focará o que foi desenvolvido no Brasil com relação a recomendações da CVM e do IBGC.

Como forma de auxiliar a GC ao atingimento de seus objetivos, são utilizados mecanismos denominados "boas práticas". No Brasil, alguns órgãos ou institutos recomendam algumas práticas: a cartilha de recomendação da CVM, por exemplo, emitida em 2002, tem por objetivo orientar a relação entre administradores, conselheiros, auditores independentes, acionistas controladores e acionistas minoritários. Já o IBGC elaborou um código de boas práticas analisando diversos aspectos relevantes para a governança corporativa, tais como: propriedade, conselho de administração, gestão, auditoria independente, conselho fiscal e conflito de interesses.

Neste estudo foi possível identificar que, a partir de 2004, ocorreu um aumento expressivo, ano a ano, na quantidade de artigos, e que o último ano considerado na pesquisa, 2008, teve a maior quantidade de artigos publicados

Em termos de propriedade pode-se citar o poder político, representado pelo direito de voto, que deve estar sempre em equilíbrio com o direito econômico. Em uma organização cooperativa, os proprietários são seus associados que, por meio de voto e mecanismos de representação, elegem representantes.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) deve ser o órgão principal das organizações. A AGO deve seguir algumas regras, segundo a CVM (2002): deve ser realizada em data e hora que não dificultem o acesso dos acionistas; o edital de convocação de assembleias gerais deve conter descrição precisa dos assuntos a serem tratados; o conselho deve incluir na pauta matérias relevantes e oportunas sugeridas por acionistas minoritários, independentemente do percentual exigido por lei para a convocação de assembleia geral de acionistas.

As principais competências da AGO, de acordo com o IBGC, são:

- aumentar ou reduzir o capital social e reformar o estatuto/contrato social;

- eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros tanto de administração como fiscais;
- tomar, anualmente, as contas da gestão e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- decidir sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução entre outros;
- deliberar sobre a avaliação de bens que venham a integralizar o capital social; e
- aprovar a remuneração dos administradores.

Segundo o IBGC, é o conselho de administração, órgão colegiado, principal componente do sistema de governança, responsável pelo processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico. Deve ser o elo entre a propriedade e a gestão, pois recebe poderes dos sócios e presta contas a eles.

Corroborando com estas atribuições, porém focando em organizações cooperativas, Chaddad (2007) cita que a figura máxima do conselho é o presidente. O conselho exerce as funções de delinear a missão da cooperativa, o seu plano estratégico e recrutar e avaliar o desempenho do gerente-geral. Observa-se que a função do conselho de administração em cooperativas é muito semelhante àquela sugerida pelo IBGC.

Complementando as informações sobre as atribuições do conselho de administração, tem-se: proteger o patrimônio da companhia; buscar seu objeto social; orientar a diretoria, constituída entre cinco e nove membros tecnicamente qualificados; ter ao menos dois membros com experiência em finanças; ter o maior número possível de membros independentes da administração – para companhias com controle compartilhado, pode haver número superior a nove membros, o mandato deve ser unificado, com prazo de gestão de um ano, permitida a reeleição. Recomenda-se que os cargos de presidente do conselho e de diretor-presidente não sejam acumulados; esporadicamente, executivos poderão ser chamados para participações diversas; cabem aprovações e monitoramento de decisões estratégicas.

Observa-se que a função do conselho de administração em cooperativas é muito semelhante àquela sugerida pelo IBGC

Recomenda-se que os cargos de presidente do conselho e de diretor-presidente não sejam acumulados; esporadicamente, executivos poderão ser chamados para participações diversas; cabem aprovações e monitoramento de decisões estratégicas

Algumas premissas que envolvem a formação de um conselho administrativo, na visão de Alvares, Giacometti e Gusso (2008), incluem: conhecimentos e experiências dos membros do conselho devem corresponder ao contexto dos negócios e à estratégia da empresa; informações abrangentes, claras e concisas para fundamentar as análises e decisões; capacidade e comprometimento para exercer influência na implementação das decisões da gestão; reuniões com tempo suficiente e organizadas, dedicadas a discussões substanciais e à tomada de decisões.

Mais uma vez é possível identificar a semelhança da organização das cooperativas com empresas de capital aberto, levando-se em consideração que o conselho de administração normalmente é estatutário nas cooperativas, ou seja, órgão obrigatório. Em casos específicos de organizações cooperativas, Tosini e Bastos (2008) citam o risco de se contratar uma auditoria externa apenas para cumprimento legal e sem a independência necessária, por isso a auditoria externa deve ser aprovada pelo conselho de administração.

Segundo o IBGC, a atribuição básica da auditoria externa é a de verificar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade. Quanto ao reporte, os auditores independentes devem se reportar ao comitê de auditoria e, na falta deste, diretamente ao conselho de administração. É o conselho de administração e/ou o comitê de auditoria que devem estabelecer com os auditores independentes o plano de trabalho e o acordo de honorários.

Na visão de Tosini e Bastos (2008), os auditores externos são profissionais sujeitos às normas e à supervisão da CVM e respondem judicialmente por seus pareceres e relatórios, tanto na esfera civil quanto na criminal. Com isso, o trabalho da auditoria externa tende a ser um instrumento eficaz de fiscalização e controle dos registros contábeis.

O conselho fiscal é um dos mais importantes instrumentos de fiscalização e controle. Ele é subordinado exclusivamente à Assembleia Geral, ficando fora da subordinação do conselho de administração e da gestão executiva. Segundo a CVM (2002), são premissas do conselho fiscal: ser constituído de três a cinco membros e adotar um regimento com procedimentos sobre suas atribuições, com foco no relacionamento com o auditor, que não limite a atuação individual de nenhum conselheiro.

O art. 1.070 do Novo Código Civil e o art. 53 da Lei 5.764/1971 estabelecem que os componentes da administração e do conselho fiscal se equiparam aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal, podendo responder às ações oriundas de cooperados ou terceiros.

Nas organizações cooperativas, a obrigação de constituição do conselho fiscal é estatutária, de acordo com a legislação vigente sobre este tipo de constituição, logo se observa que este quesito já é atendido pelas cooperativas. A gestão deve ser constantemente fiscalizada e acompanhada pelo conselho fiscal e administrativo, a auditoria externa auxilia neste acompanhamento com suas amostragens.

O diretor-presidente é responsável pela gestão da organização e coordenação da diretoria. Ele atua como elo entre a diretoria e o conselho de administração e é o responsável ainda pela execução das diretrizes fixadas pelo conselho de administração e deve prestar contas a este órgão, segundo a CVM (2002). O diretor-presidente e os demais diretores devem garantir um relacionamento transparente e de longo prazo com as partes interessadas e definir a estratégia de comunicação com esses públicos. Cabe ao diretor-presidente a indicação dos diretores e a proposição de suas respectivas remunerações para aprovação do conselho de administração.

A gestão deve ser constantemente fiscalizada e acompanhada pelo conselho fiscal e administrativo, a auditoria externa auxilia neste acompanhamento com suas amostragens

GC em cooperativas

O cooperativismo nasceu, segundo visão de Ricciardi e Lemos (2000), com o intuito de identificar a melhor solução para situações de interesse coletivo (grupos de pessoas); neste sentido, para atender a este interesse coletivo, a governança corporativa tem papel fundamental. Dentre os conceitos de cooperativismo tem-se ainda, na visão de Ferrari (2008, p. 64), que o cooperativismo é "um sistema ou doutrina que prega a cooperação entre seus membros em busca de um mesmo objetivo".

Uma organização cooperativa tem por fim a melhoria econômica e social de seus membros. Esta melhoria econômica e social ocorre através da exploração de uma empresa, baseada na ajuda mínima de seus integrantes. A missão das cooperativas então fica vinculada

ao desenvolvimento econômico dos associados. Os proprietários da cooperativa são os sócios cooperados, diferentemente de empresas tradicionais onde os proprietários normalmente são investidores ou proprietários do capital.

METODOLOGIA

Esta pesquisa será classificada como descritiva quanto aos fins e como estudo múltiplo de caso quanto aos meios. Na pesquisa descritiva quanto aos fins, o pesquisador busca mapear uma situação ou campo de análise, descrever e focar determinado contexto. Conforme Yin (2005), os estudos de casos caracterizam-se pela observação direta dos acontecimentos contemporâneos no contexto da vida real, principalmente quando os limites entre o fenômeno (teoria) e o contexto prático (real) ainda não estão bem definidos.

Este estudo de caso desenvolveu-se em quatro cooperativas brasileiras do ramo agropecuário focadas em leite, nos meses de junho e julho de 2012, através de uma pesquisa qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada com os responsáveis pelo setor de controladoria (normalmente, o setor responsável pelo acompanhamento da GC nas empresas, como pode ser observado em diversos estudos, como Borinelli (2006)).

Para a estruturação desta pesquisa realizou-se, primeiramente, um estudo bibliográfico sobre o tema proposto em anais de congressos, artigos qualificados, teses e dissertações, e sites governamentais

Para a estruturação desta pesquisa realizou-se, primeiramente, um estudo bibliográfico sobre o tema proposto em anais de congressos, artigos qualificados, teses e dissertações, e sites governamentais. A partir da coleta dos dados dos questionários, foi possível realizar a triangulação dos dados, que teve como principais objetivos comparar/inter-relacionar os resultados entre si e com o referencial desenvolvido, embasando e dando maior consistência às conclusões e mais compreensão acerca dos resultados do estudo (YIN, 2005).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DE RESULTADOS

A pesquisa apresentada neste trabalho consistiu em um estudo de caso realizado em quatro cooperativas agropecuárias do ramo de laticínios que, juntas, somam faturamento acima de R$ 4,8 bilhões anuais e com forte atuação nas regiões onde tem operações.

Nesta pesquisa criar-se-ão pseudônimos para identificar as cooperativas com objetivo de preservar as organizações. Desta forma, a Cooperativa A corresponde ao faturamento de R$ 4 bilhões/ano e fica situada no estado de Santa Catarina; a Cooperativa B corresponde ao faturamento de R$ 500 milhões/ano e fica situada no estado do Rio Grande do Sul; a Cooperativa C corresponde ao faturamento de R$ 276 milhões ano e fica situada no estado de Minas Gerais, e a Cooperativa D corresponde ao faturamento de R$ 254 milhões ano e, igualmente à Cooperativa A, fica sediada no estado de Santa Catarina.

No questionário semiestruturado enviado para as quatro cooperativas, com uma estruturação em cinco blocos, foram perguntados aspectos referentes a propriedade, conselho de administração, auditoria externa, conselho fiscal e gestão. A análise dos questionamentos dar-se-á na ordem exposta anteriormente. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi avaliar, na percepção do responsável pelo setor de controladoria, o uso dos mecanismos de boas práticas sugeridos pela CVM e o IBGC, a fim de verificar a aderência das cooperativas ao que se entende por ferramentas da governança corporativa.

PROPRIEDADE

No primeiro bloco de perguntas, os questionamentos faziam referência à propriedade, como se trata de organizações cooperativas. Com relação à convocação para a AGO, a Cooperativa A respondeu que sua convocação ocorre através de correspondência eletrônica; as cooperativas B, C e D têm sua convocação através de jornais de grande circulação, editais colados nas imediações, rádios e circulares.

Com relação à elaboração do material sobre as temáticas tratadas na AGO, a Cooperativa A informou que a diretoria administrativa, junto com a secretaria, elabora tais documentos; a Cooperativa B afirmou que diretoria e conselho de administração elaboram materiais com auxílio da área de controladoria e marketing; na Cooperativa C, além do conselho administrativo e da diretoria, existe a participação dos gerentes, e, na Cooperativa D, o contador e o presidente elaboram tais pautas. Na Cooperativa B, não existe a presença da diretoria ou do conselho, o material é elaborado apenas pelo contador e seu presidente.

Quanto ao questionamento sobre perguntas feitas pelos associados, prévias à AGO, todas as cooperativas responderam que existe esta abertura, inclusive no dia da assembleia, com o objetivo de esclarecer dúvidas na hora que ocorrer. Quando questionadas sobre a abertura de valores referentes à remuneração do conselho e da diretoria para aprovação durante a AGO, apenas a Cooperativa D não leva tais pautas para aprovação, ponto que pode prejudicar este aspecto na governança corporativa de tal cooperativa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A recomendação sobre o número de membros leva em conta que o conselho de administração deve ser grande o suficiente para assegurar ampla representatividade, e não tão grande que prejudique a eficiência, segundo CVM (2002). Com relação a isso, as respostas das cooperativas A, B e C estavam entre a quantidade recomendada (de cinco até nove integrantes), porém, a Cooperativa D apresentou a quantidade de 11 conselheiros efetivos, apresentando, assim, uma quantidade acima da recomendada, podendo prejudicar a eficiência do negócio. O prazo de mandato dos conselheiros permeia entre três e quatro anos, todas as cooperativas participantes enquadram-se neste quesito.

O prazo de mandato dos conselheiros permeia entre três e quatro anos, todas as cooperativas participantes enquadram-se neste quesito

Quando questionado sobre os cargos de diretor-presidente e de presidente do conselho de administração serem ocupados por pessoas distintas, as cooperativas A e B apresentaram-se desta forma, com pessoas distintas. Com relação à recomendação de conselheiros externos e especializados, nenhuma das cooperativas analisadas apresentou esta realidade. Quando questionados sobre a periodicidade das reuniões do conselho, as cooperativas A, C e D informaram haver reuniões mensais, já a Cooperativa B informou sobre a existência de reuniões quinzenais.

Com relação à qualificação dos conselheiros administrativos, as cooperativas A, B e C apresentaram alguns conselheiros qualificados como administradores, advogados, engenheiros, médicos veterinários, mas a maioria era de produtores rurais. Quando questionados sobre a existência de comitês para assuntos específicos, apenas a Cooperativa A e a Cooperativa B manifestaram suas existências. Para a Cooperativa A foram citados comitês de gerenciamento de risco e segurança da informação; para a Cooperativa B há existência de comitês de crédito, política leiteira e fruticultura (outro negócio da cooperativa). Quando questionados sobre o comitê de auditoria, todas cooperativas relataram não ter este comitê.

AUDITORIA EXTERNA

Com relação à auditoria externa, a Cooperativa A afirmou ter uma empresa que faz este serviço e que há rodízio

Boas práticas não recomendam que a empresa que presta serviço de auditoria independente preste algum outro de serviço de consultoria

a cada cinco anos, porém afirmou também que esta mesma empresa presta serviços de treinamentos quando requisitada. Tal ponto precisa ser avaliado, pois as boas práticas não recomendam que a empresa que presta serviço de auditoria independente preste algum outro de serviço de consultoria. Para a Cooperativa B, a resposta foi a de que não há auditoria externa, mas que o conselho de administração e a diretoria estão trabalhando nesta contratação. As cooperativas B e C informaram que são auditadas e efetuam o rodízio e não utilizam outros serviços destas empresas.

Quanto às ressalvas, apenas a Cooperativa D apresentou ressalvas na última verificação. Quando questionados sobre o reporte da auditoria, a Cooperativa A afirmou que este reporte ocorre aos administradores da cooperativa, infringindo aí uma das boas práticas, que recomenda que este reporte seja ao comitê de auditoria ou, na sua ausência, ao conselho fiscal. Já a Cooperativa C informou que o reporte ocorre ao conselho fiscal e à diretoria executiva; a Cooperativa D confirmou o reporte ao conselho administrativo.

Quando questionadas acerca do código de ética e conduta, a Cooperativa A informou não ter este tipo de manual; a Cooperativa B está em fase de desenvolvimento; a Cooperativa C informou não ter este tipo de código, e a Cooperativa D ressaltou a utilização de pontos estabelecidos no estatuto da cooperativa. Quando questionada sobre a distribuição do código de ética e conduta, a Cooperativa B afirmou estar estudando, mas que o objetivo é conseguir distribuir a todos os envolvidos com a cooperativa, iniciando pelos empregados, produtores, fornecedores, principais clientes e conselhos. Informou ainda que, virtualmente, este código estará disponível no site da empresa com objetivo de disseminação de seu conteúdo.

CONSELHO FISCAL

Com relação ao conselho fiscal, as cooperativas foram todas unânimes em afirmar a existência deste conselho com três conselheiros específicos, dentro do que regem as boas práticas conforme recomendação da CVM (2002). As cooperativas B, C e D informaram sobre a qualificação de seus conselheiros não ser focada nos trabalhos desenvolvidos pelo conselho, já que se trata de pessoas eleitas, produtores associados das coopertivas. A Cooperativa A informou que os conselheiros fiscais são presidentes das cooperativas afiliadas, tendo certa qualificação para avaliações e fiscalizações.

Todas as cooperativas remuneram seus conselhos fiscais de acordo com o estabelecido em seus estatutos específicos. Quanto às políticas de distribuição de sobras, todas as cooperativas afirmaram que esta informação ou estava prevista em estatuto ou anualmente votada na AGO.

Todas as cooperativas remuneram seus conselhos fiscais de acordo com o estabelecido em seus estatutos específicos. Quanto às políticas de distribuição de sobras, todas as cooperativas afirmaram que esta informação ou estava prevista em estatuto ou anualmente votada na AGO

GESTÃO

O gerenciamento de risco é informado ao conselho e à diretoria através de relatórios para as cooperativas A, B e C. A Cooperativa D não apresenta este tipo de relatório ao seu conselho e ou diretoria. A Cooperativa B informou que os relatórios são mensais e semanais, como o de fluxo de caixa que é enviado à diretoria.

Os controles internos são acompanhados por todas as cooperativas, especificamente as cooperativas B e C consideraram que esta atribuição é do setor de controladoria. Quando questionadas com relação ao mapa de riscos, apenas as cooperativas A e B responderam positivamente.

Quanto às regras claras de transações entre as partes relacionadas, a fim de evitar conflitos de interesse, apenas a Cooperativa C respondeu não ter tais definições. A Cooperativa B respondeu que estas regras estão expostas no código de ética e conduta que está em fase final de avaliação, e a Cooperativa C respondeu que, quando ocorre este tipo de impasse, o problema é levado ao conselho de administração.

Todas cooperativas responderam de forma afirmativa ao serem questionadas sobre a informação de remuneração de diretores e gerentes, ou seja, esta informação é aberta para estes níveis, fortalecendo a questão da transparência, um dos pilares da governança corporativa.

A Cooperativa A, quando questionada sobre regras claras de política de remuneração, sinalizou ter transparência neste aspecto e, quando questionada sobre remuneração variável, afirmou não ter. A Cooperativa B informou não ter um plano de cargos e salários em pleno funcionamento, mas confirmou a existência de uma política de remuneração variável (bônus) semestral. A Cooperativa C afirmou ter regras claras para remuneração e ter remuneração variável. A Cooperativa D afirmou não ter regras claras de remuneração, mas ter remuneração variável.

É importante a atenção das cooperativas nestes aspectos para que se tenham regras claras e se evitem conflitos de interesse ou até mesmo favorecimentos, agindo assim em desconformidade com as boas práticas de governança. Todas as cooperativas responderam afirmativamente quando questionadas sobre análises de viabilidades de projetos.

É importante a atenção das cooperativas nestes aspectos para que se tenham regras claras e se evitem conflitos de interesse ou até mesmo favorecimentos, agindo assim em desconformidade com as boas práticas de governança

Quanto ao questionamento de política de doações e contribuições, apenas a Cooperativa A afirmou não ter tais políticas. A Cooperativa C informou que cada situação é analisada. Quando questionadas sobre prejuízos em seus resultados, apenas a Cooperativa C afirmou não ter prejuízo nos últimos anos. As demais sinalizaram resultados negativos no ano de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma pesquisa com foco no diagnóstico do uso das boas práticas em governança corporativa em quatro cooperativas agropecuárias do ramo de laticínios em três estados do Brasil, a partir da revisão da literatura e de um estudo múltiplo de caso. Este trabalho caracterizou-se pela pesquisa descritiva em que, na comparação da teoria e da prática de aspectos relacionados ao uso das boas práticas recomendadas pela CVM e o IBGC, concluiu-se que ocorreram diversas divergências e convergências.

Alguns pontos de divergência: de forma geral, a Cooperativa A apresentou algumas fragilidades como: ausência de código de ética e conduta; utilização da auditoria para prestação de treinamentos; reporte da auditoria externa aos administradores da empresa;

inexistência de regras claras para contribuições e doações. Com relação à Cooperativa B observou-se: ausência de conselheiros externos ou independentes auxiliando o conselho de administração; política de remuneração em fase de implantação, assim como o código de ética e conduta – hoje estes aspectos apresentam vulnerabilidade se não tratados e implantados no curto prazo, assim como a contratação de uma empresa de auditoria externa.

A Cooperativa C apresentou como pontos de divergência: a questão de os cargos de diretor do conselho e de diretor-presidente serem representados pela mesma pessoa; ausência de conselheiros externos para auxiliar o conselho de administração; falta de comitês específicos para tratar de pautas pontuais; falta de um código de ética e conduta implantado e falta de informações sobre o desenvolvimento deste; ausência de um mapa de riscos, importante para o diagnóstico da empresa.

A Cooperativa D apresentou alguns pontos divergentes como: não serem levados à AGO assuntos referentes à remuneração da diretoria e conselhos; quantidade de membros do conselho de administração acima do que é recomendado pela CVM; falta de conselheiros independentes, conforme recomendação do IBGC; ausência de comitês específicos ou de auditoria, assim como de código de ética e conduta; uso do que o estatuto prevê para tais fins; serviço de auditoria prestado há mais de cinco anos pela mesma empresa, ou seja, não foi efetuado o rodízio; falta de informações substanciais de risco aos seus diretores e conselho de administração; inexistência de mapa de risco e regras claras quanto a possíveis conflitos de interesse entre partes relacionadas, e falta de transparência na política de remuneração.

Como pontos de convergência podem-se destacar, na Cooperativa A, os aspectos gerais da AGO, do conselho administrativo, dos comitês específicos, do conselho de administração, a existência de auditoria independente e a gestão profissionalizada, que faz uso de diversas práticas de administração com vistas à minimização de riscos. A Cooperativa B também apresentou muitos aspectos convergentes, inclusive as iniciativas de desenvolvimento de códigos de ética e conduta, a contratação de auditoria externa e também aspectos gerais da gestão. A Cooperativa C apresentou como pontos convergentes aspectos relacionados ao conselho fiscal, ao conselho administrativo, à AGO, à auditoria externa e às técnicas profissionalizadas de gestão. A Cooperativa D também apresentou pontos convergentes referentes à AGO, ao conselho administrativo e fiscal, à auditoria externa e à gestão, embora tenha que ter atenção quanto a alguns pontos, conforme detalhado anteriormente.

Salientam-se as contribuições da pesquisa apresentada neste artigo, tanto da perspectiva acadêmica quanto da perspectiva empresarial. Através de pesquisas mensuradas, identifica-se um interesse crescente da produção científica quanto ao tema, mas, ainda há carência de estudos nesta área. Assim, este trabalho apresentou contribuições quanto ao desenvolvimento científico das boas práticas, focando seu uso em cooperativa, que pouco se diferencia, em termos práticos, de outras modalidades de organização.

Esta pesquisa apresentou algumas limitações: foi respondida pelos responsáveis da área de controladoria, logo, se limitou a estas visões, apresentou a realidade do tema principal em apenas quatro cooperativas agropecuárias do ramo do leite, logo, suas conclusões não são generalizáveis. Recomenda-se elaborar diagnósticos deste tipo em demais cooperativas, com vistas a analisar se as percepções vistas são comuns em mais casos.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. Governança corporativa: um modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BERLE, A.; MEANS, G. The modern corporation and private property. New York: Macmillan. 1932.

BIALOSKORSKI NETO, S. A nova geração de cooperativas e a coordenação de sistemas agroindustriais. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2., 1999, Ribeirão Preto, SP. [Trabalhos apresentados...] Ribeirão Preto, SP: PENSA; FEA; USP, 1999.

BORINELLI, M. L. *Estrutura básica conceitual de controladoria:* sistematização à luz da teoria e da prática. 2006. 341 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRASIL. *Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 6 out. 2012.

CHADDAD, F. Cooperativas no agronegócio do leite: mudanças organizacionais e estratégicas em resposta à globalização. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, MG, v. 9, n. 1, p. 69-78, 2007.

CHUNG, K.; ZHANG, H. Corporate Governance and Institutional Ownership. *Journal of Financial and Quantitative Analysis* [S. l.], v. 46, n. 1, p. 247–273, Feb. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Recomendações da CVM sobre governança corporativa.* Jun. 2002. Disponível em:<http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/cartilha/cartilha.doc>. Acesso em: 6 out. 2012.

DAVIS, P.; BIALOSKORSKI NETO S. Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. *Economia Solidária e Ação Cooperativa*, São Leopoldo, RS, v. 5, n. 1, jan./jun. 2010.

DUARTE E.; CARDOZO, E.; VICENTE, E. F. R. Governança: uma investigação da produção científica brasileira no período de 2000 a 2009. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 115 - 127, jan./abr. 2012.

FERRARI, A. B. Informações contábeis-gerenciais para o controle estratégico: um diagnóstico nas cooperativas da Serra Gaúcha e Região Metropolitana da Grande Porto Alegre. 287 f. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

HUANG, C.; HO, Y. Historical research on corporate governance: a bibliometric analysis. A*frican Journal of Business Management*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 276-284, Jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa.* 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>. Acesso em: 6 out. 2012.

JENSEN, M. C.; MECKELING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and capital structure. *Journal of Financial Economics* [S. l.], n. 3, 1976.

LEAL, R. P. C.; FERREIRA, V.; CARVALHAL-DA-SILVA, A. L. (Org). *Governança corporativa no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: EPapers Serviços Editoriais Ltda., 2002.

LETHBRIDGE, E. Governança corporativa. *Revista do BNDES* [S. l.], n. 8, dez. 1997.

MURITIBA, S. N. et al. Governança corporativa no Brasil: uma análise bibliométrica das publicações dos últimos doze anos. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 13, 2010, São Paulo. *Anais Eletrônicos*... São Paulo: Semead, 2010.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. de. *Cooperativa, a empresa do século XXI*: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

TOSINI, M. de F. C.; BASTOS, A. M. Governança cooperativa: as funções de fiscalização e o controle em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista de Contabilidade & Organizações*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 75-89, dez. 2008.

WINTER, J. W. *The financial crisis*: does good corporate governance matter and how to achieve it? Amsterdam: [s. n.], Dec. 2011. (DSF Policy Paper, n. 14). Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1972057>. Acesso em: 6 out. 2012.

YIN, R. K. *Estudo de caso*: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DESENVOLVIMENTO

Gastos públicos e tributação *versus* crescimento econômico na Bahia: uma análise não linear

Laércio Damiane Cerqueira da Silva*
Sinézio Fernandes Maia**

A literatura econômica prediz que os modelos atuais de gastos públicos e impostos implicam em políticas fiscais promotoras de impactos permanentes sobre o caminho do crescimento do produto, inserindo o setor público como insumo básico na função de produção da economia.

O argumento, principalmente a partir do modelo de crescimento endógeno de Barro (1990), é que o efeito dos gastos do governo é nulo desde que não afete a produtividade do setor privado. A partir daí, se propõe a divisão dos gastos em dois tipos: improdutivos, que rivalizam com o setor privado, não afetando o crescimento de longo prazo; e produtivos, quando introduzidos na função de produção local, afetando positivamente o crescimento econômico de longo prazo.

* Mestre e doutorando em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas (DCSA/UFPB – Campus IV). laerciocerqueira@hotmail.com

** Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Departamento de Economia (Decon) e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). sineziomaia@yahoo.com

Nesta linha, diferentes níveis de despesas de governo, ou de cargas tributárias, geram um efeito ambíguo sobre o crescimento de longo prazo. As externalidades positivas dos bens públicos elevam os retornos privados, a taxa de poupança e a acumulação de capital, dado que, se não fosse pelo governo, esses bens seriam subofertados. Por sua vez, uma expansão dos gastos públicos financiados por impostos distorcivos e a ineficiência na alocação dos recursos podem superar o efeito positivo dessas externalidades.

A teoria então sugere um ponto crítico (nível máximo de governo, ou tamanho ótimo), dado pela relação gastos/produto e correspondente alíquota de tributação necessária para financiar o setor público. Neste ponto, a política fiscal estaria equilibrada e a taxa de crescimento da economia seria ótima. Acima deste ponto, o aumento de gastos ocasionaria efeito negativo à economia.

Sob tais aspectos, a pesquisa propõe-se a discutir a veracidade destes argumentos quando aplicados à realidade brasileira em nível local. Sob os paradigmas teóricos do modelo de Barro (1990), analisa-se a relação não linear entre os componentes da política fiscal local e o crescimento econômico, verificando a existência do nível ótimo de gastos para os municípios do estado da Bahia, para o período de 2000 a 2010.

A motivação do trabalho ocorre pela percepção de que, apesar de a atividade industrial e os serviços estarem garantindo bons rendimentos econômicos para algumas cidades baianas, como São Francisco do Conde, Camaçari entre outras, as quais registram PIB per capita entre os maiores do Brasil, a maioria dos municípios depende de posturas políticas, por parte dos gestores locais, que destaquem o foco das despesas públicas e diagnóstico para investimentos, no sentido de ajudar o desempenho do crescimento local e a melhoria do bem-estar social.

São de grande importância as decisões de cada prefeitura na hora de formular suas estratégias de ação para elevação e/ou manutenção de suas taxas de crescimento, sobretudo nas cidades com menor desempenho, que não possuem atividade propulsora. Assim, torna-se fundamental conhecer a influência dos componentes fiscais que atuam sobre tal fenômeno, pois isto garante ao gestor um planejamento mais preciso do setor público, a possibilidade de atração de atividades que afetarão positivamente o nível de crescimento econômico dos municípios baianos e o auxílio na execução da 'regra de ouro' para a política fiscal local, de modo que os ajustes necessários sejam realizados com o menor custo possível.

São de grande importância as decisões de cada prefeitura na hora de formular suas estratégias de ação para elevação e/ou manutenção de suas taxas de crescimento, sobretudo nas cidades com menor desempenho, que não possuem atividade propulsora

Baseado na legislação orçamentária brasileira, o trabalho estuda, em nível municipal, 11 funções[1] (Agricultura, Assistência e Previdência, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Segurança Pública e Transportes) das 28 funções significativas para a promoção do bem-estar, e também a arrecadação tributária com Imposto Sobre Serviços (ISS) e com Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Para esta análise, o trabalho emprega dados em painel para uma amostra de 381 municípios baianos,estimados pelo Método dos Momentos Generalizado-Sistema (System-GMM), proposto por Arellano e Bond (1991) e Arellano e Bover (1995) e desenvolvido por Blundell e Bond (1998), o qual considera a interação contínua das relações econômicas.

1 A análise foi feita com algumas despesas agregadas, conforme funções da Portaria anterior à 42/99, como por exemplo, Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Urbanismo e Habitação etc.

POLÍTICA FISCAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Na década de 80, a partir dos trabalhos de Romer (1986) e Lucas (1988), surgiram, na literatura econômica, os modelos de crescimento endógeno, e a discussão sobre o papel da política fiscal no crescimento econômico ficou mais rica. A principal contribuição é que, nestes modelos, passou-se a considerar a possibilidade de que a política fiscal tem efeitospermanentes no crescimento econômico, e não mais temporários como antes previsto.

Segundo estes modelos, além das questões produtivas dos gastos, a tributação sobre a renda pode ter efeitos negativos permanentes no crescimento econômico, isto porque reduz o consumo e a poupança, o que implica uma menor acumulação de capital. Se a tributação for somente sobre o consumo, a acumulação de capital não será afetada. Daí a ideia de que tributos distorcivos são os que afetam o crescimento econômico, e os não distorcivos, os que não afetam o crescimento econômico.

As relações de longo prazo entre política fiscal e crescimento econômico endógeno passam a ser amplamente abordadas pela literatura a partir do modelo proposto por Barro (1990), que assume que a atuação do governo através de seus serviços públicos, em complementação à produção privada, garante o crescimento econômico consistente. A ideia é que a presença de retornos constantes de escala na acumulação dos fatores produtivos, capital e gastos do governo, garante uma ligação entre essas despesas e o crescimento do produto.

A ideia é que a presença de retornos constantes de escala na acumulação dos fatores produtivos, capital e gastos do governo, garante uma ligação entre essas despesas e o crescimento do produto

O modelo econômico de Barro (1990)

O modelo proposto por Barro (1990)[2] assume que a atuação do governo através de seus serviços públicos, em complementação à produção privada, garante o crescimento da economia de forma endógena. A quantidade de serviços públicos per capita é insumo da função de produção, os gastos públicos seriam complementares aos investimentos privados, e, sem a presença desses, a função geraria retornos decrescentes de escala.

Todas as categorias de gastos, o capital e a renda são medidos em unidades de trabalho. Assim: $y = Y/L$, $k = K/L$, e $g = G/L$.

O autor classifica os gastos como produtivos (g_p), quando são introduzidos à função de produção local ou desde que entrem diretamente na função utilidade dos consumidores; e improdutivos (g_i), quando o setor público investe em áreas nas quais o setor privado já atua. Dessa forma: $g = g_p + g_i$.

Os gastos do governo são financiados por tributos que por sua vez, foram separados em tributação distorciva, simbolizada por um imposto incidente sobre a renda ($t_d = \tau_y y$) e tributação não distorciva (t_n), representada por um imposto de incidência única. Assim, $t = \tau_y y + t_n$.

Considera-se que a economia possui um agente representativo com vida infinita, que escolhe a trajetória de consumo de forma a maximizar a sua utilidade, sendo a função utilidade das famílias o somatório das funções utilidade individuais.

Tendo em vista que, ao longo da trajetória de crescimento equilibrado, a taxa de crescimento do consumo per capita ($\%c$) se iguala à taxa de crescimento do produto per capita (γ), tem-se que:

$$\gamma = \sigma^{-1}\left[(1 - \alpha)(1 - \tau_y) A(g_p/k)^{\alpha} - \rho \right] \quad (1)$$

2 Nesta versão do modelo, a notação matemática foi baseada em Souza e Kannebley Júnior (2008).

Onde σ é a elasticidade de substituição intertemporal do consumo e ρ é a taxa constante de preferência temporal da função utilidade.

Esta é a expressão que determina a taxa de crescimento da economia, a qual é afetada diretamente pelos gastos públicos produtivos (g_p) e pela tributação sobre a renda (τy) ou seja, um imposto distorcivo.

O termo $(1 - \alpha)$ na equação (1) assume valores entre 0 e 1, assim, pode-se afirmar que a tributação distorciva está negativamente relacionada às taxas de crescimento do produto, ao passo que as despesas produtivas estão positivamente relacionadas.

As receitas públicas não distorcivas e os gastos improdutivos, nesse caso, não exercem efeito sobre as taxas de crescimento (o que se conhece como predição de neutralidade).

Fica clara a existência de nível de gastos e de carga tributária ótima, em que a participação governamental promoveria um efeito plenamente positivo sobre o nível de atividade econômica, de forma que alterações nessas variáveis provocariam um efeito adverso sobre a economia.

Fica clara a existência de nível de gastos e de carga tributária ótima, em que a participação governamental promoveria um efeito plenamente positivo sobre o nível de atividade econômica, de forma que alterações nessas variáveis provocariam um efeito adverso sobre a economia.

Aplicações do modelo na literatura

Na literatura internacional e nacional, constam alguns trabalhos empíricos que foram realizados no intuito de testar as hipóteses propostas pelo modelo de crescimento endógeno de Barro (1990). Se a teoria é razoavelmente clara, as evidências empíricas, nem tanto; observou-se que os resultados obtidos não apontam para a mesma direção, entretanto, percebe-se uma evolução nas diferentes especificações e métodos econométricos utilizados ao longo do tempo, em que os resultados têm sido cada vez mais robustos.

Devarajan, Swarrop e Zou (1996), analisando 43 países em desenvolvimento, constataram que gastos normalmente produtivos, quando feitos em excesso, podem se tornar improdutivos, sendo financiados por um imposto excessivo, e que somente gastos correntes como categoria ampla associavam-se a um maior crescimento.

Rocha e Giuberti (2005) aplicaram em dados em painel para os estados brasileiros entre 1986 e 2002 e constataram que as despesas correntes possuem uma relação negativa com o crescimento econômico, já os gastos de capitais possuem uma relação positiva.

Freitas, Castro Neto e Lou (2009), considerando os nove estados da Região Nordeste, encontraram resultados negativos significativos para os gastos correntes, e positivos para os gastos de capital, em relação ao crescimento. Os autores sugeriram a contenção de gastos de custeio e a ampliação de investimento público para a elevação do produto na Região Nordeste.

Silva, Cruz e Irffi (2012), utilizando-se de dados em painel dinâmico para os municípios paraibanos entre 2000 e 2008, encontraram relação positiva entre as despesas públicas com Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Legislativo e o seu crescimento econômico (PIB per capita municipal), bem como inferiram que maiores investimentos públicos em capital físico e capital humano podem elevar a produtividade da economia.

Diante de todos os aspectos citados, percebe-se que, tanto na literatura internacional como na literatura brasileira, não existe um consenso teórico, mas boa parte

dos testes empíricos apresenta evidências sobre a relação do dispêndio público, tributação e o crescimento econômico, como proposto por Barro (1990).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Base de dados

O presente estudo segue a linha de Devarajan Swarrop e Zou (1996), que estabelecem a relação entre as participações do gasto público e a taxa de crescimento de longo prazo da economia. Deste modo, testa-se se a parcela alocada aos diferentes componentes do gasto público está associada com maior crescimento e o ponto máximo de alocação dessas despesas.

A regra de enquadramento de cada uma das funções de gastos e tributação é uma proposta deste trabalho, a fim de adaptar tais conceitos às funções observadas para o caso brasileiro: lembra-se que produtivas são as funções de gastos do governo que podem fornecer infraestrutura para a instalação e o desenvolvimento da atividade privada; atuar na forma de capital humano a ser aproveitado no setor privado, ou garantir os direitos de propriedade. Improdutivas são os gastos que representam demandas sociais ou do setor trabalhista e que não provocam, isoladamente, facilidades para a implementação ou a expansão da atividade privada.

A regra de enquadramento de cada uma das funções de gastos e tributação é uma proposta deste trabalho, a fim de adaptar tais conceitos às funções observadas para o caso brasileiro

Em relação à tributação, são considerados distorcivos os impostos incidentes sobre a renda e o patrimônio, e a movimentação financeira dos agentes; enquanto que a categoria não distorciva relaciona os impostos sobre o consumo, a circulação e a produção

Em relação à tributação, são considerados distorcivos os impostos incidentes sobre a renda e o patrimônio, e a movimentação financeira dos agentes; enquanto que a categoria não distorciva relaciona os impostos sobre o consumo, a circulação e a produção, ou seja, ônus que não afetam as decisões de poupança, investimentos ou a rentabilidade de aplicações.

Assim, os dados utilizados na pesquisa são: taxa de crescimento do PIB per capita de cada município e variável dependente do modelo, em função de um vetor de razões do gasto público de cada tipo de função (Agricultura, Assistência e Previdência, Educação e Cultura, Energia e Recursos Minerais, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Segurança Pública, Transportes) sobre o gasto total, e de razões da arrecadação tributária através do ISS e do IPTU sobre a arrecadação total.

Inclui-se também a parcela do gasto total dos governos municipais com relação ao PIB, pois, conforme Rocha e Giuberti (2005), isso permite que sejam controlados os efeitos de financiamento dos gastos sobre o crescimento, que é uma função do nível do gasto.

Os dados sobre o PIB per capita de cada município são obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os gastos públicos dos governos municipais baianos e a arrecadação tributária são fornecidos pelo relatório Finanças do Brasil (Finbra), que pode ser extraído na Secretaria do Tesouro Nacional.

A amostra em análise para o presente trabalho corresponde a 381[3] dos 417 municípios baianos para o período de 2000 a 2010.

Apresentada a origem e fonte dos dados, dar-se-á início à exposição da metodologia do trabalho que tenta explicar o crescimento econômico dos municípios baianos.

Metodologia econométrica

A especificação não linear utilizada no trabalho ocorre a partir da utilização da estimação da taxa de crescimento do produto per capita (y_{it}) em função das variáveis fiscais em termos simples (X_{it}) e também em termos quadráticos (X_{it}^2). A intuição é que os gastos produtivos podem estar positivamente associados com o crescimento quando suas parcelas no orçamento são pequenas. No entanto, à medida que a parcela aumenta, observam-se retornos decrescentes de escala e, eventualmente, a relação entre as duas variáveis torna-se negativa.

O modelo pode ser escrito conforme equação geral abaixo:

$$y_{it} = \beta X_{it} + \beta' X_{it}^2 + \mathcal{E}_{it} \quad (2)$$

Assim, para determinado nível de despesa, se β e β' apresentarem sinais inversos, existe então uma relação não linear, e esta função possui um ponto crítico (X_k^*), o qual determina o nível ótimo de dispêndio, e que pode ser obtido a partir da derivada parcial de y em relação a X_k:

$$\frac{dy}{dX_k} - \beta_k + 2\beta'_k X_k - 0 \rightarrow X_k^{*k} - \left| \frac{\beta_k}{2\beta'_k} \right| \quad (3)$$

Se $\beta > 0$ e $\beta' < 0$, então existe um ponto máximo, isto é, há um nível máximo ótimo para os gastos, em que um aumento acima deste ponto ocasiona um prejuízo para a economia. Entretanto, mesmo que incomum, é possível que os gastos estejam abaixo de um ponto mínimo, encontrados quando $\beta > 0$ e $\beta' < 0$.

Sob esta abordagem, o estudo utiliza-se do modelo de painel dinâmico desenvolvido por Arellano e Bond (1991), Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998). A natureza dinâmica é captada justamente pela utilização da variável dependente com defasagem de um período como variável explicativa:

$$y_{it} = \alpha\, y_{it-1} + \beta X_{it} + \beta' X_{it}^2 + \mathcal{E}_{it} \quad (4)$$

$$\mathcal{E}_{it} = \mu_{it} + \upsilon_{it} \quad (5)$$

$$E(\mu_{it}) = E(\upsilon_{it}) = E(\mu_{it}\, \upsilon_{it}) = 0 \quad (6)$$

Onde X_{it} é o vetor de variáveis explicativas de dimensão (n x K) e β o vetor de coeficientes (K x 1) associado a esses regressores. O componente de erro do modelo $(\mathcal{E}_{it})$ é composto por dois elementos ortogonais: um componente aleatório idiossincrático (υ_{it}) e efeitos individuais fixos constantes no tempo (μ_{it}).

A ideia do modelo dinâmico com dados de painel destes autores consiste em utilizar as condições de ortogonalidade existentes entre os valores defasados de y_{it} e os erros υ_{it}, para a formação de instrumentos e posterior estimação por Método dos Momentos Generalizados (GMM). A identificação da quantidade de defasagens da variável dependente e das variáveis predeterminadas é instrumento válido e, assim, é possível combiná-las com as primeiras diferenças da variável estritamente exógena.

A estimação desse modelo dinâmico é robusta com respeito a heterocedasticidade, autocorrelação e viés de normalidade. Para controle do problema de correlação entre a variável dependente defasada e o termo

A natureza dinâmica é captada justamente pela utilização da variável dependente com defasagem de um período como variável explicativa

3 Por falta de dados para o período, 36 municípios ficaram de fora da análise.

de erro associado a este modelo, Arellano e Bond (1991) sugerem a estimação dinâmica em primeira diferença:

$$\Delta y_{it} = \delta^{o} + \Delta y_{it\text{-}1} + \delta_1 \Delta X_{it} + \delta_2 \Delta X_{it}^{2} + \Delta v_{it} \quad (7)$$

Eliminando, assim, o efeito fixo, Δ corrigindo o problema de endogeneidade causado por $Cov_{it}(y_{it\text{-}1}, \mu_i) \neq 0$. Essa abordagem também é válida para a possível endogeneidade das demais variáveis explicativas, $Cov_{it}(y_{it\text{-}1}, \Delta v_{it}) \neq 0$. A referência geral é certamente válida quando se analisa o processo de crescimento econômico.

Na esfera dos estudos empíricos, essa metodologia de dados em painel possibilita o melhor entendimento do caráter dinâmico. Entretanto, para painéis com dimensão temporal pequena, os instrumentos utilizados podem ser fracos e o problema de endogeneidade persistirá. Assim, Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) sugerem a composição de um sistema que combine (4) e (7), utilizando-se como instrumentos as variáveis em primeira diferença defasadas para a equação em nível e as variáveis em nível defasadas para a equação em primeira diferença. Surge, então, o método de estimação que ficou conhecido como System-GMM, o qual é empregado neste trabalho, de forma que, seguindo Roodman (2009), reportam-se todas as escolhas de especificação do modelo.

O painel dinâmico é sensível à autocorrelação dos resíduos, assim, aplica-se o teste de Arellano e Bond (1991) para a autocorrelação de primeira e segunda ordem. Para que a estimação seja robusta, deve-se rejeitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação de primeira ordem e não rejeitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação de segunda ordem. Ademais, é preciso definir algum critério para a quantidade e a validade dos instrumentos utilizados. Primeiramente, para que não haja sobre identificação 4, recomenda-se a restrição de que o número de instrumentos deve ser menor ou igual ao número de grupos investigados[5].

Primeiramente, para que não haja sobreidentificação, recomenda-se a restrição de que o número de instrumentos deve ser menor ou igual ao número de grupos investigados

Para testar a validade dos instrumentos, adotam-se as estatísticas do teste de Sargan (1958) que tem como hipótese nula que os instrumentos adicionais exigidos pelo System-GMM são correlacionados com o termo de erro[6].

Feitas todas as considerações sobre a metodologia da estimação em Painel Dinâmico por System-GMM, têm-se a apresentação e a análise dos resultados da pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados das estimações que relacionam o crescimento econômico dos municípios baianos às suas variáveis explicativas:

Inicialmente, a análise atém-se aos testes de especificação e, logo após, discutem-se os coeficientes. Os testes efetuados no modelo System-GMM revelam que as propriedades estatísticas do modelo são aceitáveis. O teste de Arellano-Bond (1991) rejeita a hipótese nula de ausência de autocorrelação de primeira ordem, mas não rejeita a hipótese de ausência de autocorrelação de segunda ordem, comprovando a consistência da estimação.

Em relação aos instrumentos, o teste de Sargan rejeita a hipótese nula de correlação entre instrumentos adicionais e o termo de erro, ratificando a validade dos instrumentos utilizados na estimação.

4 Caso em que o número de instrumentos é superior ao número de grupos. Por exemplo, Daumal e Özyurt (2011), em suas estimações de GMM, não respeitam este critério, logo, seus resultados podem estar sujeitos ao viés ocasionado pela endogeneidade. Para mais detalhes ver Roodman (2009).

5 Aqui é dado pela quantidade de municípios presentes no painel.

6 Para detalhes ver Roodman (2009).

No que se refere às variáveis do orçamento público, A Tabela 1 reporta os resultados das estimações, apresentando os coeficientes das variáveis que representam os gastos totais como proporção do PIB; parcelas da receita tributária com IPTU e ISS (arrecadação com ISS e IPTU em relação à arrecadação total), e parcelas dos gastos públicos em relação às despesas totais dos municípios, tanto em termos simples, como em termos ao quadrado.

Por essa tabela, observa-se que o efeito do nível das despesas totais dos governos locais sobre a taxa de crescimento per capita é positivo. Com esse resultado, o qual diverge das análises de Rocha e Giuberti (2005) e Nakahodo (2007), infere-se que a produtividade dos gastos públicos governamentais é maior que o peso morto da taxação requerida para pagar por ele. Contudo, essa relação é estatisticamente não significante.

Tabela 1
Resultados das estimações

Variáveis explicativas	System-GMM	
	Coeficiente	Erro padrão
Gastos totais/tpib	0,2116	(0,1354)
Iptu	- 0,0921 (2)	(0,0311)
Iss	-0,0745	(0,0809)
Agricultura	0,1565 (2)	(0,0655)
Assistência e Previdência	0,1274	(0,0676)
Educação e Cultura	0,2121 (1)	(0,0944)
Habitação e Urbanismo	0,0977 (3)	(0,0486)
Saúde e Saneamento	0,1854 (2)	(0,0828)
Segurança Pública	0,1236	(0,0668)
Transportes	0,1758 (1)	(0,0608)
Agricultura 2	-0,5918	(0,3756)
Assistência e Previdência^2	-0,2111	(0,1303)
Educação e Cultura^2	-0,5128 (2)	(0,2526)
Habitação e Urbanismo^2	-0,4632 (3)	(0,2304)
Saúde e Saneamento^2	-0,4998 (2)	(0,1952)
Segurança Pública^2	-0,3722	(0,1852)
Tranportes^2	-0,5971 (1)	(0,2095)
Const.	0,1493 (1)	(0,0579)
Nº de observações: 3.810		
Nº de grupos: 381		
Nº de instrumentos: 37		
H0: ausência de autocorrelação nos resíduos de primeira ordem		0,00
H0: ausência de autocorrelação nos resíduos de segunda ordem		0,75
Teste de Sargan		0,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de resultados do trabalho.
Obs.: Utilizaram-se como instrumentos no System-GMM as variáveis explicativas em diferenças defasadas e variáveis explicativas em nível defasadas.
Nota: (1) significante ao nível de 1%,
(2) significante ao nível de 5%,
(3) significante ao nível de 10%

Os coeficientes das variáveis para tributação são negativos, com relação estatisticamente significante a 5% para a variável IPTU, e não significante para a variável ISS. Este resultado corrobora com a predição teórica de que elevações dos níveis da tributação incidente sobre a renda, o faturamento e a folha de salários (tributação distorciva) podem reduzir as taxas de crescimento do PIB per capita. Essa observação também permite inferir que o ônus do financiamento dos gastos, a partir da estrutura de tributação distorciva, parece ter superado os efeitos externos positivos proporcionados pelos gastos produtivos, o que poderia explicar, em certa medida, a redução de taxas de crescimento do produto dos municípios no período. Com relação ao ISS, o resultado corrobora também com a predição de neutralidade imposta pela teoria, que enfoca que a tributação não distorciva não exerce influência aparente sobre as taxas de crescimento do produto.

Com relação às parcelas dos gastos públicos de acordo com a classificação funcional, os parâmetros estimados confirmam um efeito não linear, uma vez que o coeficiente do termo simples de todas as despesas analisadas aparece com sinal positivo, e o coeficiente do termo ao quadrado, com sinal negativo. Isto posto, a função Agricultura permite inferir que essa função de despesa governamental afeta a taxa de crescimento per capita dos municípios. Era um resultado esperado, pois grande parte dos municípios baianos apresenta o empreendimento agrícola como atividade econômica, sendo essa função importantíssima no tocante a maiores investimentos no setor.

Os coeficientes das variáveis para tributação são negativos, com relação estatisticamente significante a 5% para a variável IPTU, e não significante para a variável ISS

Já as funções Assistência e Previdência e também Segurança Pública apresentam coeficientes positivos, porém com relação insignificante. Esse resultado expõe a neutralidade desses tipos de função como influência ao crescimento econômico, classificando-o como gasto improdutivo. O que não surpreende, pois, com base na própria definição de Barro (1990), a produtividade dos gastos depende de características e individualidades da região estudada, haja vista que a função de produção local ou a função utilidade dos consumidores, na qual são introduzidos os gastos, difere, de acordo com as demandas de cada localidade.

Continuando com a análise dos resultados, verifica-se que parcelas de gastos com Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento e Transportes apresentam coeficientes positivos estatisticamente significantes. Esse resultado confirma o caráter produtivo dessas funções de despesas públicas e a sua importância como influência às taxas de crescimento do produto per capita. Assim, com base na Teoria do Crescimento Endógeno, infere-se que o aumento de parcelas de gastos dessas funções estimularia o crescimento econômico nos municípios analisados, podendo potencializar os investimentos privados, aumentando a produtividade destes, e atuar na formação de capital físico e humano como insumos na função de produção local.

Contudo, como já exposto, a especificação não linear associa os gastos produtivos como positivos ao crescimento quando as suas parcelas estão no nível menor ou igual a um patamar que estudiosos do orçamento público chamam de ponto crítico, no qual, a partir desse nível, aumentos nas parcelas dessas funções reverteriam o processo, causando retornos decrescentes de escala, e assim, a relação entre os gastos e o crescimento seria negativa.

A Tabela 2 apresenta os pontos críticos para cada função produtiva, calculados conforme metodologia exposta na subseção 3.2. Considera-se como pontos de consenso entre as funções de gastos apresentadas no modelo os pontos críticos referentes aos gastos com educação e cultura, habitação e urbanismo e saúde e saneamento, transportes, pois a função Agricultura apresenta parâmetro não significante para o termo ao quadrado, e Assistência e Previdência e Segurança Pública são considerados gastos improdutivos na análise.

A parcela de gastos com Educação e Cultura apresenta um ponto máximo de 20%. Assim, o que foi despendido, em média, efetivamente no período em análise pelos municípios, 5,5% do PIB municipal, em valores de 2010, segundo dados do Finbra (2012), está muito aquém do patamar máximo de dispêndios dessas funções.

Já parcelas com Habitação e Urbanismo têm limite máximo em 10%. Registra-se que, durante o período em análise, os municípios que correspondem à amostra despenderam, em média, apenas 2,4% do PIB municipal com essas funções, ainda segundo dados do Finbra. Programas de habitação social, implantados pelos municípios em parceria com o governo federal têm possibilitado maiores gastos dessas funções, mas nada que chegue perto dos 10% de ponto máximo de investimento nas áreas.

Gastos com Saúde e Saneamento apresentam patamar de 18% com relação ao PIB, muito além do que foi gasto pelos municípios analisados durante o período, 5,1%.

E, por fim, os gastos com Transportes têm ponto máximo em 14%, valor que não surpreende, haja vista a necessidade de estruturação do transito caótico e do crescimento desordenado das cidades.

Há, então, um enorme hiato entre o que está sendo despendido nessas funções e o ponto crítico (de máximo) calculado no estudo, registrando a possibilidade de maiores gastos até esse limite, sobre o qual gastos acima desse nível trariam efeito negativo ao crescimento econômico.

Tabela 2
Pontos críticos

Variáveis explicativas	Pontos críticos
Educação e cultura	20% (1)
Habitação e urbanismo	10% (1)
Saúde e saneamento	18% (1)
Transportes	14%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de resultados do trabalho.
Nota: (1) Ponto crítico significante (termo simples e ao quadrado são significantes).

A realidade brasileira, no contexto regional baiano, e os resultados do trabalho permitem a compreensão de que há uma necessidade de maior investimento nessas áreas que são essenciais para o bem-estar da sociedade. Contudo, isso passa também por outra questão importantíssima que é a eficiência na alocação das despesas públicas, mas que não será enfocada aqui por não fazer parte do escopo do trabalho.

Com efeito, pela limitação de recursos e o aumento nas atribuições delegadas aos municípios, os governantes devem buscar o direcionamento na realização de seus gastos, a fim de atender satisfatoriamente às demandas sociais e promover o desenvolvimento de suas economias, sempre em conformidade com as determinações constitucionais, sobretudo a Lei de Responsabilidade Fiscal[7], a qual obriga gestores a cumprirem percentuais mínimos na aplicação de recursos, principalmente na área de educação e na saúde[8].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs discutir os paradigmas teóricos do modelo de Barro (1990), em uma análise não linear da relação entre os componentes da política fiscal local e o crescimento econômico dos municípios do estado da Bahia, para o período de 2000 a 2010, bem como a percepção da existência de um nível ótimo de gastos para os municípios.

Para essa análise com dados em painel para uma amostra de 381 municípios baianos, o modelo foi estimado pelo Método dos Momentos Generalizado-Sistema, o qual considera a interação contínua das relações econômicas entre os municípios.

O trabalho estuda, em nível municipal, as funções Agricultura, Assistência e Previdência, Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Segurança Pública, Habitação e Urbanismo, Transportes, bem como a arrecadação tributária com o ISS e o IPTU.

A conclusão do trabalho é que os resultados corroboram com a literatura no ponto em que há relação entre os gastos públicos produtivos (Agricultura, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento e Transportes) e a tributação distorciva (IPTU) com o crescimento econômico, e que gastos em Assistência e Previdência, bem como gastos em Segurança Pública, são considerados improdutivos para os municípios analisados, e a tributação não distorciva, mostraram-se neutros em relação às taxas de crescimento, e que níveis eficientes de investimentos públicos podem favorecer a formação de capital físico e capital humano e elevar a produtividade da economia.

Através dos resultados desta pesquisa propõe-se, em trabalhos futuros, uma avaliação relacionando o PIB ajustado per capita a essas e outras funções de gastos públicos, considerando-se as fontes de recursos estaduais e federais que os financiam, objetivando o uso dos resultados como auxilio na preparação do orçamento municipal.

REFERÊNCIAS

ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *The Review of Economic Studies*, London, v. 58, n. 2, p 277-297, 1991.

ARELLANO, M.; BOVER, O. Another look at the instrumental--variable estimation of error-components model. *Journal of Econometrics*, Indianapolis, v. 68, p. 29-52, 1995.

BARRO, R. J. Government spending in a simple model of endogenous growth. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 98, p. 103-125, Oct. 1990.

BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, Indianapolis, v. 87, p. 115-143, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

BRASIL. Ministério de Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, 15 abr. 1999. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp >. Acesso em: 5 jul. 2011.

7 A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é uma lei brasileira que tenta impor o controle dos gastos dos estados e municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos.

8 Vale salientar que a Constituição Federal de 1988 estabelece que o montante empenhado em ações e serviços públicos na área da Saúde por parte dos municípios deve ser no mínimo de 15% do produto da arrecadação de impostos, enquanto que para a educação o montante empenhado deve alcançar no mínimo 25% da arrecadação tributária.

DAUMAL, M.; ÖZYURT, S. The impact of international trade flows on economic growth in brazilian states. *Review of Economics and Institutions,* Perugia. 2, n. 1, 2011.

DEVARAJAN, S.; SWARROP, V.; ZOU, H. The composition of public expenditure and economic growth. *Journal of Monetary Economics,* Washington, v. 37, p. 313-344, 1996.

FREITAS, U. R. P.; CASTRO NETO, A. A. de; LÔU, I. C. Relação entre gastos públicos e crescimento econômico: uma análise com dados em painel para o Nordeste. *Conjuntura & Planejamento,* Salvador, n. 162, p. 50-57, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes>. Acesso em: 12 maio 2011.

HANSEN, L. Large sample properties of generalized method of moments estimators. *Econometrica,* New York, v. 50, n. 3, p. 1029-54, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTCA. *Economia do turismo:* uma perspectiva macroeconômica 2000-2005*.* Disponível em: *<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/>*. Acesso em: 21 dez. 2012.

LUCAS, R. E. On the Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, Washington, n. 22, p. 3-42, 1988.

NAKAHODO, M. *Composição dos gastos e tributação versus crescimento econômico no Brasil*: uma análise linear e não linear através de dados em painel e séries temporais. Dissertação (Mestrado em Economia).124 f. – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROCHA, F.; GIUBERT, A. C. Composição dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. *Anais... Natal: ANPEC, 2005.*

ROMER, P. Increasing returns and long run growth. Journal of Political Economy, [S. l.], n. 94, p. 1002–1037, 1986.

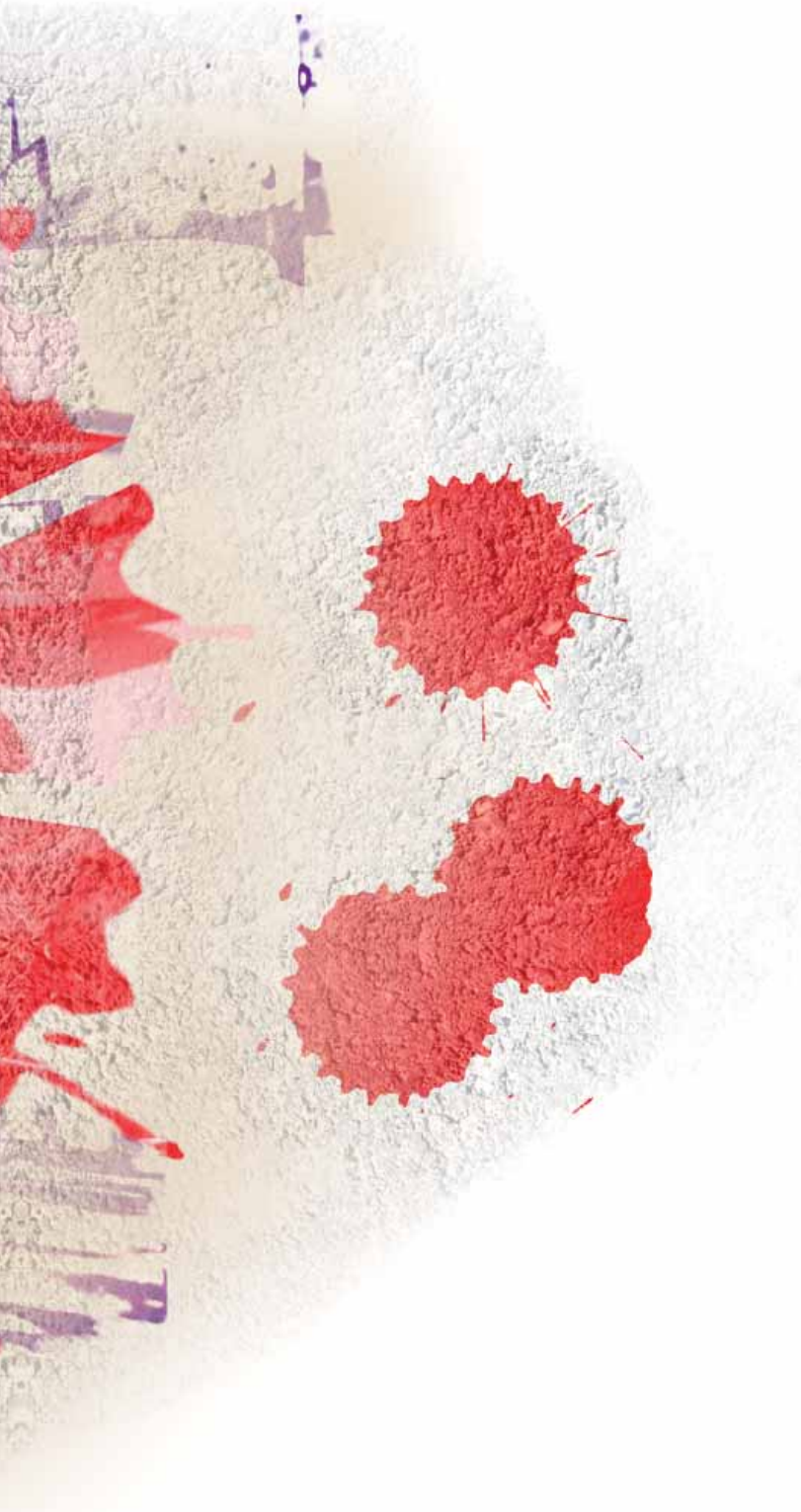
ROODMAN, D. How to do xtabond2: an introduction to difference and "System" GMM in Stata. *Stata Journal, Texas***,** v. 9, n. 1, p. 86-136, 2009.

SARGAN, J. The estimation of economic relationships using instrumental variables. *Econometrica*, New York, v. 26, n. 3, p. 393-415, 1958.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL-STN/FINBRA. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 21 dez. 2012.

SILVA, L. D. C.; CRUZ, M. S.; IRFFI, G. Gastos públicos e crescimento econômico: uma análise para os municípios paraibanos. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 17., 2012, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPEC , 2012

SOUZA, G. S.; KANNEBLEY JÚNIOR, S. *Política Fiscal e crescimento econômico no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, 2008 (texto para discussão: Série economia).



Modelagem estatística da criminalidade: o estado da arte

Aloísio Machado da Silva Filho*
Gilney Figueira Zebende**
Luis André de Aguiar Alves***

INTRODUÇÃO

A criminalidade, aqui definida como infração de normas legais (TOLEDO,1994), cresceu de maneira significativa nos últimos anos, tornando-se um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico e o pleno exercício da cidadania nos locais onde ela se manifesta. Essa realidade vem contribuindo para que a criminalidade seja um dos fenômenos sociais de grande importância para a opinião pública (CARRERA-FERNANDEZ; PEREIRA, 2001). Devido à complexidade e à importância do tema, a criminalidade tem sido discutida e modelada estatisticamente no tempo e/ou no espaço por diversos estudiosos da área criminal[1].

* Mestre e doutorando em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial do Senai–Cimatec. aloisioestatistico@yahoo.com.br

** Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial do Senai–Cimatec e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). gfzebende@hotmail.com

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Perícia Contábil pela Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié (FCCJ). Técnico da Coordenação de Estatística da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). aguiaralves@ig.com.br

1 É possível citar diversos autores (CANTOR; LAND, 1985; PARKER; HORWITZ, 1986; KAHN, 1997; KAPUSCINSKI; BRAITHWAITE; CHAPMAN, 2008; KAHN, 2005; PEREIRA; CARRERA-FERNANDEZ, 2000; ESPENHEIRA, 2001; CARRERA-FERNANDEZ; PEREIRA, 2001; SOARES, 2001; FELIX, 2002; SILVA, 2004; SANTOS; KASSOUF, 2006; LOUREIRO; CARVALHO, 2007; LOBO, 2007; BORGES, 2008; SOARES JÚNIOR et al, 2008; SOARES JÚNIOR; MACHADO FILHO, 2008; LEE, 2008; OLIVEIRA, 2008; MACHADO FILHO, 2009; LAFREE et al, 2011; MACHADO FILHO; ZEBENDE; SILVA, 2011).

De acordo com Carrera-Fernandez e Pereira (2001) existe uma opinião formada entre governantes e pesquisadores de que o incremento da criminalidade no Brasil, assim como na Região Metropolitana de Salvador (RMS), tem proporcionado taxas de criminalidade nunca vistas antes, necessitando ser monitorado e controlado. Machado Filho (2009) relata que os indicadores de criminalidade do Brasil ultrapassam, muitas vezes, os países em estado de guerra.

Para Mesquita Neto (2001) há diversos fatores que influenciam o crescimento da criminalidade, que podem ser de ordem política, econômica e social. Em relação a essas hipóteses, Costa (2001) pontua:

> Na abordagem econômica, destacam-se as crises econômicas que tendem a causar impactos desestabilizadores como a pobreza, o desemprego, os conflitos de classe. A abordagem política identifica a diminuição do poder do Estado com o enfraquecimento das instituições estatais que se tornam, pouco a pouco, inoperantes na manutenção da ordem e na repressão das ações violentas, cedendo lugar a grupos que praticam o crime organizado. A abordagem social procura mostrar o quanto a sociedade civil tem se mostrado incapaz de assegurar os direitos fundamentais do cidadão, no processo ainda frágil de consolidação dos valores e práticas do Estado democrático (COSTA, 2001).

A criminalidade gera custos intangíveis ou perdas de recursos financeiros, que deixam de ser adquiridos e/ou produzidos pela sociedade por conta do medo que ela proporciona (KAHN, 2000; MAYHEW; ADKINS, 2002). Com base nessa realidade, a sociedade brasileira reconhece que o aparelho estatal tem falhado no cumprimento de uma de suas funções básicas, isto é, a de proteger os seus cidadãos. Devido à complexidade do fenômeno, o órgão de segurança pública, ao aplicar com propriedade métodos quantitativos e qualitativos, poderá alcançar um diferencial na análise criminal, melhorando o planejamento estratégico da segurança, bem como a ação policial.

Para Kanh (2005), a modelagem estatística da criminalidade pelos órgãos de segurança pública deve considerar as variações cíclicas, as sazonais e as aleatórias: por exemplo, nas estações mais quentes, os dias são mais longos e as pessoas vão mais às ruas, o aumento da exposição das pessoas proporciona aumento no número de crimes; por sua vez, no período de férias, é muito comum as pessoas viajarem deixando os seus imóveis desprotegidos, facilitando os arrombamentos.

A sociedade brasileira reconhece que o aparelho estatal tem falhado no cumprimento de uma de suas funções básicas, isto é, a de proteger os seus cidadãos

Felix (2002, p. 3) afirma que a criminalidade não se manifesta homogeneamente no tempo e nem no espaço. A criminalidade, apesar de ser percebida por toda a população, possui especificidades condicionadas ao espaço geográfico e/ou tempo em questão. Por exemplo, a predominância da criminalidade em áreas periféricas tende aos crimes contra a pessoa (homicídio doloso, homicídio tentado, lesão corporal dolosa), enquanto, nas áreas com poder econômico elevado, tende aos crimes contra o patrimônio.

A modelagem estatística tem sido aplicada em diversas áreas do conhecimento, nas quais os fenômenos podem ser dispostos no tempo e/ou no espaço, como, por exemplo, as ocorrências policiais de determinada localidade. Caso a modelagem estatística seja realizada com base no tempo, denomina-se estatística temporal.

Segundo Borges (2008), o estudo temporal dos dados relativos à segurança pública deve considerar a variável estação do ano. Assim, segundo o autor, ao se compararem os dados do verão com os do outono

Ao se compararem os dados do verão com os do outono anterior, é provável verificar um crescimento, visto que os do verão tendem, muitas vezes, a ser mais violentos

anterior, é provável verificar um crescimento, visto que os do verão tendem, muitas vezes, a ser mais violentos.

A modelagem dos dados estatísticos em função do espaço geográfico é conhecida como estatística espacial. De acordo com Borges (2008), por meio da análise espacial da criminalidade, é possível avaliar a variação geográfica das ocorrências, possibilitando, dessa forma, identificar o risco e orientar a alocação de recursos.

Por fim, para discutir o desenvolvimento da modelagem estatística na área criminal, o presente artigo está estruturado em cinco seções: introdução; apresentação das várias formas de mensurar a criminalidade; indicadores de criminalidade com a descrição de alguns conceitos e limitações; pesquisas que modelaram estatisticamente o crime e, por fim, considerações que encerram o artigo.

MENSURANDO A CRIMINALIDADE

Hough (2002) descreve que as estatísticas referentes ao crime foram aplicadas inicialmente no século XVIII, por Jeremy Bentham, nos tribunais, como um indicador da moral da nação. Porém, essa aplicação era limitada, dado que nem todos os crimes iam aos tribunais. Então, a partir do século XIX, segundo o mesmo autor, países como Inglaterra e País de Gales exigiram que as estatísticas dos crimes fossem registradas pela polícia. E, durante o século XX, as estatísticas referentes ao crime passaram a ser utilizadas por diversos países, com algumas limitações. Por exemplo, no anuário estatístico do Brasil, durante a década de 1990, em seus exemplares, o item segurança pública valoriza, principalmente, dados relativos ao corpo de bombeiros: incêndios, suicídios e acidentes de trânsito segundo unidade da Federação, deixando de lado os crimes contra o patrimônio (roubo, furto, latrocínio, recepção, extorsão etc.) (SADEK, 2003).

De acordo com Kahn (2000), o crime pode ter os seguintes níveis de detalhamento: autor(es), vítima(s), instrumento(s), bens ou valores subtraídos, testemunhas(s), registro formal da ocorrência – flagrante, entre outras características identificáveis. Neste aspecto, a ocorrência policial pode ser um dos instrumentos utilizados para coletar informações para medir o crime. Segundo o manual de estatística de criminalidade da segurança pública de São Paulo (KAHN, 2005), para que o crime seja considerado um evento do rol das estatísticas policiais, são necessárias respectivamente três etapas: "a realização do crime, notificação do crime pelas autoridades policiais e, por fim, o registro do boletim de ocorrência" (Figura 1).

As estatísticas oficiais da criminalidade, geradas a partir das ocorrências policiais (Figura 1), são utilizadas por instituições governamentais e não governamentais com objetivo de diagnosticar a situação da criminalidade em determinado período e/ou espaço geográfico. Kahn (2005) pontua que essas estatísticas apresentam limitações. Segundo o autor, com base nas pesquisas de vitimização[2] realizadas no Brasil, apenas dois terços dos crimes ocorridos são registrados pela sociedade, os demais entram no universo conhecido como sub-registro. Em relação a está realidade, Felix (2002, p. 98) e Hough (2002) afirmam que os registros policiais estão condicionados a política e procedimentos policiais, bem como às regras de interpretação.

2 Denomina-se pesquisa de vitimização um levantamento perante uma dada população, perguntando a esta se foi vítima de alguma modalidade de crime nos últimos dias, meses ou anos. Seu principal objetivo é estimar a incidência real de crimes através do conhecimento de crimes não informados às autoridades policiais (KAHN, 2000, p. 11; BORGES, 2008).

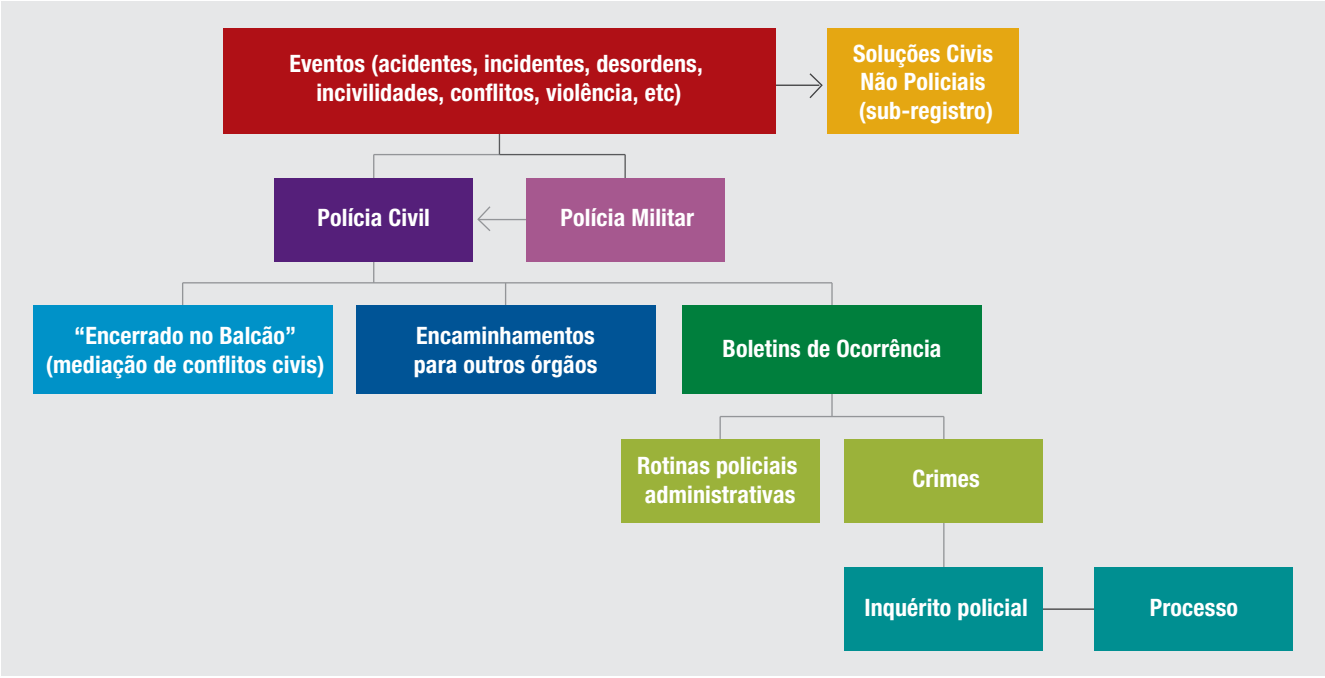


Figura 1
Fluxo de elaboração dos boletins de ocorrência das polícias civis

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2013).

Por conta das limitações existentes em relação aos registros policiais, as pesquisas de vitimização compõem o outro procedimento utilizado por pesquisadores e instituições governamentais do Brasil e de outros países para mensurar a criminalidade (HOUGH, 2002).

Por conta das limitações existentes em relação aos registros policiais, as pesquisas de vitimização compõem o outro procedimento utilizado por pesquisadores e instituições governamentais do Brasil e de outros países para mensurar a criminalidade (HOUGH, 2002)

Por exemplo, a ONU, por meio das pesquisas de vitimização, visa identificar e caracterizar informações sobre as experiências das sociedades em relação à criminalidade.

Além dos registros policiais e das pesquisas de vitimização, podem ser citados como meios de se contabilizar a criminalidade o sistema de informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde e os registro de Justiça descritos com propriedade por Fajnzylber e Araújo Júnior (2001), Soares e outros (2003), Kahn (2000) e Borges (2008). Outro instrumento utilizado com frequência por alguns pesquisadores para mensurar o crime são os dados coletados pelo Disque Denúncia, discutido com propriedade por Moraes (2006).

INDICADORES DE CRIMINALIDADE

Os indicadores sociais relativos a educação, saúde, criminalidade, desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, por exemplo, são referenciados diariamente pela mídia eletrônica, em jornais e também pelos gestores públicos em seus discursos. E o seu desenvolvimento no Brasil difundiu-se a partir da segunda metade

da década de 1960, com o intuito de apoiar o planejamento das políticas públicas do governo militar (SANTOS et al., 2012). E, de acordo com Jannuzzi (2003, p. 11), esses indicadores são frequentes na mensuração do desenvolvimento ou retrocessos nas condições de vida da sociedade e possibilitam a avaliação de desempenho de políticas públicas focadas nas prioridades sociais.

Na perspectiva de Jannuzzi (2003, p. 15), um indicador social é "uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático para formulação de políticas Como tal, é possível citar os indicadores socias produzidos pela Superitendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Para Kahn (1997, p. 9), o surgimento dos indicadores sociais relacionado com o processo de expansão das atividades do setor público, a reforma do Estado e a crescente complexidade das funções adquiridas pelas instituições governamentais criou, paralelamente, a necessidade de aperfeiçoar o fluxo de informações para tomada de decisão. Já no âmbito da segurança pública é necessário construir um instrumento capaz de avaliar a criminalidade e as políticas públicas elaboradas para combatê-la. Ou seja, é necessário mensurar não apenas as perdas monetárias, mas também, no universo da segurança pública, as vidas humanas que podem e devem ser mantidas, ou preservadas. Porém, compilar dados relativos à criminalidade não é tarefa elementar para os governos, porque não existe uma única maneira de manipular os dados (KAHN, 1997).

Batitucci (1998) afirma que entre os desafios enfrentados pela política pública destaca-se o incremento dos indicadores de violência e de criminalidade. Na perspectiva de Beato Filho (2000), quanto mais acentuada é a percepção da sociedade em relação à criminalidade, menos se conhece o fenômeno, devido às poucas estatísticas existentes sobre violência e criminalidade. O que proporciona um contraste, diante da afirmação de Kahn (1997, p. 12):

> O cidadão tem o direito de ser informado sobre a evolução de um fenômeno que afeta intimamente sua vida, e informado corretamente. Isto implica, por parte do governo, na coleta e divulgação sistemática de dados recentes sobre os mais variados delitos. Implica também em aparelhar humana e materialmente as Secretarias de Segurança e os departamentos de estatística para que possam desempenhar suas obrigações a contento (KAHN, 1997, p. 12).

É necessário mensurar não apenas as perdas monetárias, mas também, no universo da segurança pública, as vidas humanas que podem e devem ser mantidas, ou preservadas

Beato Filho (1999) argumenta que, assim como os outros setores da administração pública, os recursos utilizados para gerir a área da segurança são limitados e necessitam de uma alocação fundamentada em informação. Neste aspecto, os indicadores sociais de criminalidade, como os demais, têm como função mensurar, quantificar e qualificar determinada realidade social, para tomada de decisão.

Os indicadores sociais de criminalidade a sua construção devem estar fundamentados em delitos que apresentam intencionalidade do agente. E, além disso, é o objetivo que legitima a escolha dos delitos que farão parte do universo de indicadores (KAHN, 1997).

A Tabela 1 expõe alguns indicadores de criminalidade e seu conceito que frequentemente são modelados estatisticamente, de acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Os indicadores de criminalidade disponibilizados pela Senasp (Tabela 1) foram constituídos a partir do registro de ocorrências policias civis de todo Brasil com os

Tabela 1
Indicadores criminais sistematizados e publicados pela Senasp

Indicador	Conceito	Norma origem
Homicídio doloso	Soma de todos os homicídios classificados como dolosos, isto é, praticados voluntária ou intencionalmente, por qualquer instrumento ou meio.	Código Penal, art. 121
Tentativa de homicídio	Soma de todos os casos de homicídio tentado (isto é, cuja execução se iniciou, mas não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do agente).	Código Penal, art. 121 (homicídio), combinado com art. 14, inciso II (crime tentado).
Lesão corporal	Soma de todas as lesões corporais dolosas (ofensas voluntárias ou intencionais à integridade corporal ou à saúde de outrem), sejam de natureza leve, grave ou gravíssima, incluindo aquelas provocadas por agressão mútua ou recíproca e excluindo aquelas que resultaram em morte.	Código Penal, art. 129, caput e §§ 1º e 2º.
Estupro	Soma de todos os estupros consumados registrados no período (define-se como crime de estupro: "constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça").	Código Penal, art. 213.
Atentado violento ao pudor	Soma de todas as ocorrências de atentado violento ao pudor (define-se como crime de atentado violento ao pudor: "constrager alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele ou ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal").	Código Penal, art. 214
Extorsão mediante sequestro	Soma de todas as ocorrências de extorsão mediante sequestro (sequestro de pessoa com o fim de obter para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate).	Código Penal, art. 159, caput; e §§ 1º, 2º e 3º
Roubos	Soma de todas as ocorrências de roubo	Código Penal, art. 157.
Furtos	Soma de todas as ocorrências de furto (subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel).	Código Penal, art. 155.
Crimes Violentos letais	Homicídios dolosos, roubos seguidos de morte e lesões seguidas de morte.	-
Crimes violentos contra o patrimônio	Roubos e extorsões mediante seqüestro.	-
Delitos de trânsito	Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito	-
Delitos envolvendo drogas	Tráfico, uso e porte de drogas.	-

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2013).

seguintes níveis de detalhe: Brasil, regiões geográficas, unidades da Federação e capitais. Segundo a Senasp (2008), considerando-se a subnotificação, estes indicadores possibilitam comparações regionais e temporais da criminalidade, além de fomentar novos estudos empíricos. Além dos indicadores descritos na Tabela 1, a Senasp sistematiza outros indicadores como, por exemplo, furto de veículos, roubo de veículos e roubo a transportes coletivos.

Os indicadores de criminalidade são compilados e monitorados por várias organizações internacionais como, por exemplo, Interpol, ONU, FBI nos Estados Unidos, Home Office na Inglaterra e País de Gales, entre outras.

MODELANDO ESTATISTICAMENTE O CRIME

Como anteriormente mencionado, devido a diversos fatores de ordem política, econômica e social, o crime tem sido estudado e modelado estatisticamente por vários pesquisadores. No rol de trabalhos nacionais é possível citar o trabalho de Pereira e Carrera-Fernandez (2000), Araújo e Fajnzylber (2001), Carrera-Fenandez e Pereira (2001), Carrera-Fernandez e Lobo (2005) e Oliveira (2008) que utilizam modelos baseados em curvas de ofertas de atividades criminais da teoria econômica do crime. Francisco Filho (2004) modelou a criminalidade a partir de modelos de geoprocessamento; Soares Junior e Machado Filho (2008) utilizaram técnicas de mineração

Com base nos trabalhos citados neste texto é possível afirmar que o crime pode ser modelado estatisticamente, com base em diversos fatores como, por exemplo, perfil da vítima, característica do autor, tempo e espaço geográfico da ocorrência e demais fatores

de dados em indicadores de criminalidade; Soares Junior e outros (2008), Soares Júnior e Machado Filho (2008) e Machado Filho, Zebende e Silva (2011) analisaram séries temporais de indicadores de criminalidade com base em modelos da física estatística. A pesquisa desenvolvida por Santos e Pereira (2010) analisou os indicadores de criminalidade através da lógica difusa, e há o trabalho desenvolvido por Kahn (1997) propondo índice composto de criminalidade a partir de crimes intencionais, entre outros.

No universo de pesquisas internacionais que modelaram estatisticamente o crime encontram-se Cantor e Land (1985), Kapuscinski, Branithwaite e Chapman (1998) e Young (1993) mensurando estatisticamente a relação entre desemprego e criminalidade. Grubesic e Mack (2008) realizaram um estudo temporal e espacial da criminalidade urbana; o trabalho de Jones, Brantingham e Chayes (2010) simularam computacionalmente a atividade criminosa em um ambiente urbano; Lafree e outros (2011), em um estudo temporal e geográfico de atentados terrorista; Grinols, Mestard e Staha (2011) mensuraram a relação estatística entre o fluxo turístico e o aumento da criminalidade.

Com base nos trabalhos citados neste texto é possível afirmar que o crime pode ser modelado estatisticamente, com base em diversos fatores como, por exemplo, perfil da vítima, característica do autor, tempo e espaço geográfico da ocorrência e demais fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a criminalidade está diretamente relacionada a fatores de ordem econômica, política e social, ocupa espaço relevante entre acadêmicos e outros segmentos da sociedade. E com o aprimoramento das bases de dados relativas à criminalidade, o uso da modelagem estatística ganhou grande importância como ferramenta de análise entre estudiosos da área. Com o advento da computação aliada ao uso da estatística, hoje é possível realizar estudos relativos ao crime no tempo, no espaço e caracterizar em, uma determinada área, o perfil das vitimas e autores. E, além disso, realizar simulações computacionais. Este artigo apresentou o estado da arte do tema, contemplando pontos relevantes e suas limitações. Por fim, a modelagem estatística da criminalidade, considerando-se as limitações existentes, pode contribuir com ações antecipadas por parte da sociedade e seus representantes legais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, A.; FAJNZYLBER, P. *O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime*: 1981 a 1996. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais; CEDEPLAR, set. 2001. (Texto de discussão, 162).

BATITUCCI, E. C. O homicídio em quatro regiões metropolitanas brasileiras: dados do sistema de informações sobre mortalidade. In: REUNIÃO DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu, MG. *Anais*... São Paulo: ANPOCS, 1998.

BEATO FILHO, C. C. Ação e estratégia das organizações policiais. [Mimeo.]. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE POLÍCIA E SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, 3., 1999, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Fundação FORD; Centro de Estúdios Del Desarrollo, jun. 1999.

BORGES, D. Coletando e extraindo informações dos bancos de dados criminais: a lógica das estatísticas das organizações policiais. In: PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila. (Org.). *A análise criminal e o planejamento operacional*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2008. v. 1, p. 42-52.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRNN.htm>. Acesso em: 3 mar. 2013.

CANTOR, D.; LAND, K. C. Unemployment and crime rates in the post-world war II United States: a theoretical and empirical analysis. *American Sociological Review,* [S. l.], v. 50, n. 3, p. 317-332, 1985.

CARRERA-FERNANDEZ, J.; LOBO, L. F. A criminalidade na Região Metropolitana de Salvador. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 31-65, 2005.

CARRERA-FERNANDEZ, J.; PEREIRA, R. Diagnóstico da criminalidade na Bahia: uma análise a partir da teoria econômica do crime. *Revista Econômica do Nordeste,* Fortaleza, v. 32, n. especial, p. 792-806, nov. 2001.

COSTA, H. H. F. G. da. Construindo uma cultura de paz: um modelo diferenciado de gestão na Prefeitura de Salvador. *Bahia Análise & Dados,* Salvador, v. 11, n. 1 p. 129–135, jun. 2001.

ESPINHEIRA, Gey. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.11 n. 1, p. 8-16, jun. 2001.

FAJNZYLBER, P.; ARAUJO JÚNIOR, A. F. *Violência e criminalidade*. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais: CEDEPLAR, 2001. (Texto de discussão, 167).

FELIX, S. A. *Geografia do crime*: interdisciplinaridade e relevâncias. Marilia, SP: Unesp, 2002.

FRANCISCO FILHO, L. L. *Distribuição espacial da violência em Campinas:* uma análise por geoprocessamento. 2004. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GRINOLS, E. L.; MESTARD, D. B.; STAHA, Melissa. How do Visitors Affect Crime? *Journal of Quantitative Criminology,* [S. l.], 21 Jan. 2011.

GRUBESIC, T. H.; MACK, E. A. Spatio-temporal interaction of urban crime. *Journal of Quantitative Criminology*, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 285-306, 2008.

HOUGH, M. *Measuring crime.* 2002. Disponível em: <http://www.surveynet.ac.uk/sqb/topics/crime/qbcommentary_crime_hough.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.

JANNUZZI, Paulo Martinho. *Indicadores sociais no Brasil.* 2. ed. Alínea, 2003.

JONES, P. A.; BRANTINGHAM, P. J.; CHAYES, L. R. Statistical models of criminal behavior: the effects of law enforcement actions: mathematical models and methods in applied sciences. *World Scientific Publishing Company,* [S. l.], v. 20, p. 1397-1423, 2010.

KAHN, T. *Estatística de criminalidade:* manual de interpretação. São Paulo: Coordenadoria de Análise e Planejamento; Secretaria de Segurança Pública, 2005.

KAHN, T. Índice de criminalidade: construção e usos na área da segurança pública. *Revista do ILANUD,* São Paulo, n. 2, 1997.

_____. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. In: FÓRUM DE DEBATES: CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IPEA; CESEC, jun. 2000.

_____. Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no estado de São Paulo. In: FÓRUM DE DEBATES: CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 5., 2000, [S. l.]. *[Anais...]* [S. l.]: IPEA; CESEC, 2000.

KAPUSCINSKI, C. A.; BRAITHWAITE, J.; CHAPMAN, B. Unemployment and crime: toward resolving the paradox. *Journal of Quantitative Criminology,* [S. l.], v. 14, n. 3, p. 215-243, set. 1998.

LAFREE, G. et al. Spatial and temporal patterns of terrorist attacks by ETA 1970 to 2007. *Journal of Quantitative Criminology,* [S. l.], Feb. 2011.

LEE, K. W. Applying time-series cross correlation analysis to examine the nexus between firearms and homicide in Hong Kong. *Asian Journal of Criminology,* [S. l.], v. 4, n. 1, p. 31-46, June, 2008.

LOBO, L. F. A. *A criminalidade na região metropolitana de Salvador e sua relação intertemporal com o desemprego.* 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LOUREIRO, A. O. F.; CARVALHO, J. R. O impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil. In: ARRAES, R.; HERMANNS, K. (Org.). *Desigualdades e políticas regionais.* Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007. v. 1, p. 165-193.

MACHADO FILHO, A.; ZEBENDE, G. F.; SILVA, P. A. da. Correlação de longo alcance em séries de furto de veículos e roubo de veículos de Salvador-BA: uma aplicação utilizando o DFA e DCCA. In: ESCOLA DE MODELOS DE REGRESSÃO, 12., 2011, Fortaleza. *Trabalho apresentado...* Fortaleza: [s.n], 2011.

MACHADO FILHO, A. *Correlação de longo alcance em indicadores de criminalidade de Salvador-BA:* DFA e DCCA. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Salvador, 2009.

MAYHEW, P.; ADKINS, G. *Counting the costs of crime in Australia.* Canberra: Australian Institute of Criminology, 2002. (Trends and issues in crime and criminal justice n. 247).

MESQUITA NETO, P. de. Crime, violência e incerteza política no Brasil. *Cadernos Adenauer,* São Paulo, v. 2, n.1 mar. 2001.

MORAES, L. P. B. de. *Disque-denúncia:* a arma do cidadão: um estudo sobre os processos de construção da verdade a partir das experiências da Central Disque-Denúncia do Rio de Janeiro. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, C. A. de. Análise espacial da criminalidade no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia,* Curitiba, v. 34, p. 35-60, 2008.

PARKER, R. N.; HORWITZ, A. V. Unemployment, crime and imprisonment: a panel approach. *Criminology,* [S. l.], v. 24, n. 4, p. 751-773, 1986.

PEREIRA, R.; CARRERA-FERNANDEZ, J. A criminalidade na região policial da grande São Paulo sob a ótica da economia do crime. *Revista Econômica do Nordeste,* Fortaleza, v. 31, n. especial, p. 898 – 918, nov. 2000.

SADEK, M. T. Justiça. In: SADEK, M. T. (Org.). *Estatísticas do Século XX/IBGE.* Rio de Janeiro:Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2003.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. *Economia e criminalidade no Brasil:* evidências e controvérsias empíricas. [São Paulo]:USP;Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, 2006.

SANTOS, W. J. B.dos; PEREIRA, H. B. B. Modelagem Fuzzy da violência e criminalidade. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, BENTO GONÇALVES, 42., 2010, BENTO GONÇALVES, BA. [*Anais...*] Bento Gonçalves, BA: SBPO, 2010. p. 254-265.

SANTOS, A. G. Q. et al. Índice de performance econômica e social dos municípios baianos: conceito, revisão metodológica e resultados. *Conjuntura & Planejamento,* Salvador, n. 177, p. 66-81, 2012.

SILVA, José Apolinário da. *Transformações urbana, socio-econômica e da criminalidade em Salvador (1980-2000)*. 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Salvador, Salvador, 2004.

SOARES JÚNIOR, J. S.; MACHADO FILHO, A. Indicadores de criminalidade e políticas públicas: knowledge discovery in databases como instrumento de apoio à decisão na segurança pública. In: ENCONTRO DE MODELAGEM COMPUTACIONAL, 11., 2008, Volta Redonda, RJ. [*Anais...*] Volta redonda, RJ: [s.n], 2008.

SOARES JÚNIOR, J. S. et al. Uma análise estatística dos indicadores de criminalidade de Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 161, p. 40-49, 2008.

SOARES, GLÁUCIO et al *Base nacional de estatísticas criminais: análise e avaliação*: Produto 2 – recomendações de detalhamento e aperfeiçoamento da base de dados. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança Pública; Universidade Candido Mendes, 2003. (Relatório de consultoria prestada à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça).

SOARES, R. R. Development, crime, and punishment: accounting for the international differences in crime rates. *The University of Chicago*, Chicago, Apr. 2001.

TOLEDO, F. de A. *Princípios básicos de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1994. 82 p.

YOUNG, T. J. Unemployment and crime: not a simple relationship. *American Journal of Economics and Sociology,* [S. l.], v. 52, n. 4, p. 413-416, out. 1993.

Mercado baiano de salas de cinema: uma análise a partir do comportamento dos preços dos ingressos

Thiago Cavalcante de Souza*
Mônica de Moura Pires**

CINEMA: INDÚSTRIA E MERCADO

A indústria audiovisual constitui-se de atividades econômicas de relevância, principalmente como fontes de bens e serviços relacionados à informação e ao entretenimento. Envolve áreas tradicionais da economia da cultura, como: cinema, televisão e radiodifusão – segmentos de mercado que possuem grande dinamismo tecnológico, primordial para a captação de novos consumidores. No campo do cinema, em particular, o aumento do consumo é também atribuído à ascensão social de parte da população, pois maiores níveis de renda oferecem aos indivíduos novas alternativas de lazer (KLOTZEL, 2006).

* Graduado em Ciências Econômicae e mestrando em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). thiagocavalcante2@hotmail.com

** Pós-Doutorado pelo Colegio de Postgraduados en Ciencias Agricolas (Colpos), doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora Plena do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). mpires@uesc.br

Segundo o Relatório de Economia Criativa de 2011, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2011), a venda de ingressos para sessões de cinema, em todos os continentes, mobilizou uma receita de US$ 32,6 bilhões. Os números finais das bilheterias brasileiras confirmaram a tendência de alta, verificada no mercado internacional durante 2011. Nesse período, o *Box Office*[1] brasileiro registrou crescimento de 14,5%, equivalente a US$ 771,6 milhões em ingressos vendidos, tornando-se um dos principais mercados de cinema da América Latina.

Em relação à Bahia, nos últimos anos, o mercado de exibição cinematográfica também tem experimentado transformações significativas. Em 2005, um público de 3,7 milhões de espectadores frequentou uma das 63 salas de cinema distribuídas pelo estado. Esses números apresentaram crescimento no ano de 2010, quando o público atingiu 5,4 milhões de pessoas distribuído em 82 salas que formam o parque exibidor do estado, representando aumento de 77,5% e 30%, respectivamente (AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, 2011).

Esse desempenho ganhou notoriedade no cenário brasileiro, atraindo para o estado empresas de forte relevância no mercado nacional e internacional, como Cinemark, United International Cinemas (UCI) e Cinepólis. Esse novo cenário vem definindo um novo padrão de oferta de salas de cinemas na Bahia, acompanhando uma tendência nacional. Trata-se de um conceito de lojas âncoras instaladas em shoppings centers, capazes de congregar um maior número de salas de exibição em um único complexo cinematográfico, denominado de multiplex. Entretanto, essa oferta de salas de cinema privilegia a capital do estado, tornando o circuito de exibição cinematográfica da capital prioridade para a recepção de novos cinemas e lançamento de filmes.

Desse modo, o avanço do mercado baiano de exibição cinematográfica tende a beneficiar os municípios mais populosos, cujo nível de renda da população seja favorável a uma demanda equilibrada por ingressos. Por isso, a organização desse segmento de mercado é fortemente influenciada pela dinâmica de concorrência entre as firmas e pelo comportamento dos consumidores. Diante disso, as firmas com maior poder de mercado configuram-se mais propícias para expandir a oferta de salas de cinema e, consequentemente, a captação de público. Esses aspectos influenciam diretamente na determinação dos preços dos ingressos.

O avanço do mercado baiano de exibição cinematográfica tende a beneficiar os municípios mais populosos, cujo nível de renda da população seja favorável a uma demanda equilibrada por ingressos

Essas questões que envolvem esse segmento de mercado representam, portanto, o objetivo central deste artigo que trata da análise do comportamento dos preços do segmento de exibição cinematográfica do estado da Bahia, tomando como referência o Preço Médio dos Ingressos (PMI), por município. Especificamente, identifica-se a correlação entre a demanda e os preços dos ingressos.

ASPECTOS TEÓRICOS

O consumo de bens culturais é influenciado pela ideia de satisfação cultural que um determinado bem ou serviço cultural pode oferecer. Segundo Throsby (2001), além do valor econômico, como o preço, os bens culturais incorporam uma espécie de valor cultural. A distinção entre os bens econômicos tradicionais ocorre justamente por essa característica. Em termos de comercialização, o valor cultural esbarra na impossibilidade de ter seus atributos mensurados em forma de preço, contudo, constitui-se em um elemento relevante para a formação de demanda por bens e serviços dessa natureza.

1 Representa um indicador de arrecadação financeira através de bilheterias.

Nas indústrias e nos mercados culturais, a formação do preço segue fortemente um viés econômico, pois, segundo Reis (2009, p. 33), "a percepção do valor cultural é individual. Já o preço é uma percepção agregada, é o que pauta as trocas no mercado e afeta diretamente a quantidade comercializada de um bem ou serviço". Desse modo, o valor cultural influenciará apenas a utilidade marginal dos consumidores e não o preço de mercado dos bens e serviços culturais. Além disso, o processo de determinação dos preços de mercado desses itens pode assumir duas estratégias básicas por parte do ofertante: qualidade e audiência. A política de maximização da qualidade acarreta uma ampliação dos preços, visto que a exploração desse atributo implica elevação dos custos de produção, como a contratação de atores mais renomados, normalmente mais caros, a adoção de salas de cinema e teatros com tecnologias e anatomias mais sofisticadas, por exemplo.

A determinação dos preços no mercado cultural ocorre de forma antecipada, por isso, muitas vezes, um produto cultural como o lançamento de um filme ou de um espetáculo teatral pode, com um preço menor, ter o nível de lucro reduzido em caso de sucesso no lançamento, ou o contrário. Desse modo, a convergência entre oferta e procura conduz a um preço de equilíbrio (BENHAMOU, 2007) e, a partir dessa informação, se estabelece a discriminação de preços de terceiro grau, em que os consumidores são divididos em duas ou mais categorias, cada uma com a sua própria função de demanda. Esse instrumento consiste na cobrança de preços diferenciados para o mesmo espetáculo, de acordo com o perfil do consumidor e elasticidades de demanda, sendo praticado um preço maior para uma menor elasticidade.

A estratégia que direciona essa tomada de decisão gira em torno da captação do excedente do consumidor e da sua transformação em lucros adicionais para a empresa

A estratégia que direciona essa tomada de decisão gira em torno da captação do excedente do consumidor e da sua transformação em lucros adicionais para a empresa. Como resultado dessas estratégias, algumas empresas estabelecem preços diferenciados para um mesmo produto, ou seja, praticam discriminação de preços (MAS-COLELL, 2002). As condições que satisfazem a discriminação de preços ocorrem quando:

> As elasticidades da demanda dos consumidores diferem acentuadamente; o vendedor conhece essas diferenças e pode separar os compradores em grupos baseados nas diversas elasticidades, e o vendedor pode evitar que os compradores revendam o produto para outros. As condições que influenciam as elasticidades das demandas podem se prender a vários fatores: condições do cliente com relação às preferências, renda ou riqueza e conhecimento; limites técnicos, ou seja, algumas condições físicas tornam a demanda menos elástica; competição intensa, que resulta em que a curva de demanda da firma seja fortemente elástica para o produto específico, ao passo que a falta de competição pode tornar a demanda inelástica (KON, 1999, p. 37-38).

METODOLOGIA

A série de preços utilizada nesta análise foi deflacionada pelo Índice Geral de Preços – Demanda Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), adotando-se o seguinte processo:

$$Vr = \frac{Vn \times IGPi}{IGPb} \qquad (01)$$

Em que Vr corresponde ao valor real corrigido; Vn, ao o valor nominal no período de análise; $IGPi$ representa o Índice Geral de Preços no mês em análise, e o $IGPb$, ao Índice Geral de Preços no período base. Para tanto, adotou-se como período base o mês de outubro de 2012.

O mercado de exibição cinematográfica pratica preços diferenciados para os ingressos, conforme o perfil do consumidor e o dia da semana. Assim, a análise do comportamento dos preços segue uma média tendencial estimada pela seguinte equação:

$$PMI = \frac{R}{p} \quad (02)$$

Em que *PMI* refere-se ao Preço Médio do Ingresso; R, à renda total das vendas de ingressos, e p, ao total de público. R é obtida da seguinte forma:

$$R = \Sigma_p^I (I_i \, x \, P + I_{ii} \, x \, P + I_{iii} \, x \, P \ldots + I_n \, x \, P) \quad (03)$$

R é obtida em função da faixa de preço de ingresso *(I)* multiplicada pelo público consumidor *(P)* da respectiva faixa. O *PMI* é estimado para o município, levando-se em consideração as variáveis de todas as firmas atuantes no mercado de exibição municipal. Utilizou-se esse critério em função da ausência de dados de preços segmentados por cada firma ou sala de cinema. Essas variáveis foram coletadas na Filme B, entidade de pesquisa estatística especializada em cinema e audiovisual.

Para mensurar o grau de variabilidade *(GV)* dos preços de ingressos praticados por municípios, aplica-se a seguinte equação:

$$GV - \frac{Pmax - Pmin}{med} \, x \, 100 \quad (04)$$

GV é obtido pela subtração entre o preço máximo *(Pmax)* e o preço mínimo *(Pmin)* em relação ao preço médio do período *(Pmed)*.

Para se determinar a relação entre o preço médio dos ingressos e o comportamento do público, adotou-se como modelo analítico o Coeficiente Linear de Pearson[2]. Esse coeficiente corresponde à variável bidimensional, cuja observação debruça-se sobre duas características distintas, *X* e *Y*, dado por:

$$r = \frac{Cxy}{SxSy} \qquad r \, \epsilon \, [-1,1] \quad (05)$$

C_{XY} corresponde à covariância ou variância conjunta das variáveis X (*PMI*) e Y (demanda de público); S_X representa o desvio padrão da variável X, e S_Y representa o desvio padrão da variável Y.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O preço dos ingressos representa uma variável econômica que expressa, monetariamente, o valor cultural do serviço audiovisual de exibição. Por isso, este trabalho analisa a relação entre o comportamento do preço médio dos ingressos e a evolução do público espectador nos municípios da Bahia.

Ao longo do período 2005 a 2010, os preços médios dos ingressos pagos pelo público espectador baiano mantiveram-se praticamente inalterados, em média, a redução foi de apenas 0,01% a.a.. Nos anos de 2005 a 2007 observou-se maior estabilidade de preços. Entre os anos de 2008 e 2009 verificou-se redução no preço médio dos ingressos nos municípios baianos, sendo R$ 9,36 o menor preço, registrado em 2009 (Tabela 1).

Em termos municipais, observam-se diferenças relativas. Em Vitória da Conquista, por exemplo, no ano de 2006, o PMI registrou crescimento de 0,62%, passando de R$4,70 em 2005 para R$7,96 em 2006, sendo também acompanhado de aumento na oferta de salas de cinema nessa cidade. Pode-se inferir que a elevação nos preços ocorreu pela diferenciação do complexo, localizado no Shopping Conquista Sul. Ressalta-se que o antigo cinema, o Madrigal, encerrou suas atividades no ano de 2007, após a instalação do novo complexo de exibição no município. Em Barreiras, no ano de 2006, o PMI também registrou um aumento no preço do ingresso em 1,33% em relação ao ano anterior (Tabela 1). Esse fenômeno pode ser explicado pelo pequeno número de público em 2005, Figura 3, levando os ofertantes desse serviço a adotarem a elevação de preço para compensar a redução no número de espectadores.

2 A esse respeito, ver descrição de Kazmier (2004) e Mingoti (2005).

Tabela 1
Preço médio (R$) dos ingressos deflacionado pelo IGP-DI – Bahia – 2005-2010

Município	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alagoinhas	3,89	4,34	4,88	4,83	4,3	4,59
Barreiras	4,45	10,4	9,62	8,7	7,25	6,97
Brumado	6,36	6,46	6	-	-	-
Camaçari	7,12	8,5	9,42	9,37	-	-
Eunápolis	4,25	-	-	-	-	-
Feira de Santana	7,82	7,94	7,93	7,45	7,03	7,6
Ibicaraí	-	-	5,09	4,03	4,83	5,01
Ilhéus	4,61	5,01	4,94	4,4	4,1	5,79
Ipirá	3,53	...	-	-	-	-
Itabuna	10,78	10,34	8,37	6,87	6,77	7,01
Itamarajú	6,38	5,69	6,16	6,02	5,13	5,63
Jequié	4,58	-	-	-	5,77	-
Lauro de Freitas	6,53	...	...	6,06	5,5	-
Nazaré	4,69	-	-	-	-	-
Porto Seguro	-	-	-	-	6,87	7,66
Salvador	11,4	11,45	11,45	10,7	9,94	10,74
Santo Antonio de Jesus	4,61	5,33	6,21	4,73	4,23	4,53
Simões Filho	-	-	-	-	4,54	4,58
Teixeira de Freitas	4,38	4,99	5,19	4,74	4,47	5,96
Valença	...	-	-	-	12,34	6,54
Vitória da Conquista	4,7	7,96	8,6	8,35	8,05	8,54
Bahia	10,64	10,76	10,72	10,19	9,36	10,18
Variação (%)	-	0,01	0	-0,05	-0,08	0,09

Fonte: FILME B (2005-2010). Elaboração dos autores.
(...) Dados não divulgados.

Assim, quando se praticam preços baixos e a demanda não corresponde às expectativas da firma, incorre-se em prejuízo, pois as receitas tornam-se inferiores aos custos de operação. Logo, um aumento no preço, *ceteris paribus*, eleva as receitas da firma na faixa de consumidores que possuem demanda inelástica, consequentemente, o lucro econômico. Por sua vez, o aumento do preço implica diminuição da procura, na faixa elástica da função de demanda. No entanto, como essa redução foi menos que proporcional à elevação do preço, pode-se inferir que a demanda por esse bem cultural é caracteristicamente inelástica. A ausência de substitutos próximos e a fraca oferta de lazer e entretenimento nas cidades interioranas do estado explicam esse comportamento. Salienta-se, contudo, que a disposição dos consumidores em pagar um preço maior para ter acesso a esse lazer é limitado pela sua restrição orçamentária. Além disso, observa-se que o dispêndio com esse serviço pode sofrer retração em função do peso exercido sobre o orçamento do indivíduo.

Quando se praticam preços baixos e a demanda não corresponde às expectativas da firma, incorre-se em prejuízo, pois as receitas tornam-se inferiores aos custos de operação

No município de Salvador, a média de preços do ingresso de cinema, no período analisado, é a mais cara do estado (R$ 10,95). Aqui se encontra o maior número

Tabela 2
Grau de variabilidade do preço médio de ingressos praticados nos municípios baianos – Bahia – 2005-2010

Município	Preços (R$)			Grau da Variabilidade (%)
	Máximo	Mínimo	Médio	
Alagoinhas	4,88	3,89	4,47	22,14
Barreiras	10,4	4,45	7,9	75,43
Brumado	6,46	6	6,27	7,32
Camaçari	9,42	7,12	8,6	26,81
Eunápolis	4,25	4,25	4,25	0
Feira de Santana	7,94	7,03	7,63	11,91
Ibicaraí	5,09	4,03	4,74	22,42
Ilhéus	5,79	4,1	4,81	35,12
Ipirá	3,53	3,53	3,53	0
Itabuna	10,78	6,77	8,36	47,88
Itamarajú	6,38	5,13	5,84	21,32
Jequié	5,77	4,58	5,17	22,92
Lauro de Freitas	6,53	5,5	6,03	17,11
Nazaré	4,69	4,69	4,69	0
Porto Seguro	7,66	6,87	7,26	10,89
Salvador	11,45	9,94	10,95	13,81
Santo Antonio de Jesus	6,21	4,23	4,94	40,09
Simões Filho	4,58	4,54	4,56	0,86
Teixeira de Freitas	5,96	4,38	4,95	31,97
Valença	12,34	6,54	9,44	61,43
Vitória da Conquista	8,6	4,7	7,7	50,65

Fonte: FILME B (2005-2010). Elaboração dos autores.

de salas, o que implica maior competição entre as empresas, o que explica a grande variação de preços em Salvador (13,81%), Tabela 2. Pode-se inferir que o preço praticado pelas firmas nesse mercado não é estabelecido em função da elevação das receitas, mas em função do aumento do público. Desse modo, o padrão de diferenciação nas salas de cinema exerce grande influência sobre a demanda de público, levando o consumidor a ajustar-se a novos patamares de preço.

Em municípios do interior, o grau de variabilidade de preços mostrou-se mais acentuado, com destaque para Barreiras (75,43), Valença (61,43%), Vitória da Conquista (50,65), Itabuna (47,88), Santo Antonio de Jesus (40,09%), Ilhéus (35,12%) e Teixeira de Freitas (35,12%). De maneira geral, houve mudanças importantes, pois se observa um cenário de relativa instabilidade no preço médio dos ingressos, reforçando a ideia de diferenciação e discriminação de preços, conforme salientam Banhamou (2007) e Kon (1999).

Nesse mercado é comum às empresas estabelecerem faixas de preços diferentes conforme os dias da semana, levando em consideração a elasticidade e o perfil dos consumidores. Essa característica inviabiliza a definição de um preço de mercado exato. Análogo ao cenário nacional, o mercado de salas de cinema na Bahia adota a estratégia de diferenciação de preços, essencialmente, em duas categorias: meia-entrada e entrada inteira. Esse comportamento pode ser classificado, de acordo com Kon (1999), como uma discriminação de preços de terceiro grau, que segrega os consumidores em dois grupos distintos, nesse caso, estudantes, idosos e conveniados (meia-entrada) e consumidores diversos (entrada inteira). Em geral, as diferenças de preço sempre refletem na demanda por ingressos.

Para analisar a influência exercida pelo preço médio dos ingressos na demanda de público, nos mercados municipais de salas de cinemas, na Bahia, aplicou-se o teste de correlação linear de Pearson (Figura 1).

Os dados revelam que as variáveis preço dos ingressos e demanda de público, para os municípios de Jequié (1,0), Porto Seguro (1,0) e Simões Filho (1,0), apresentam correlação positiva e perfeita. Tal resultado

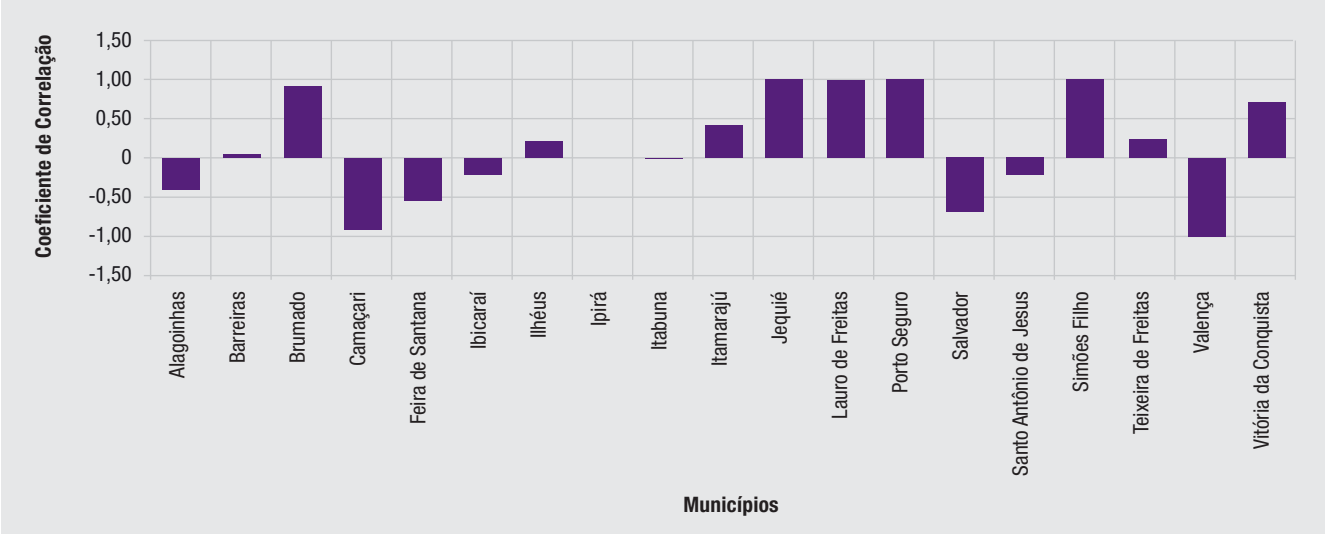


Gráfico 1
Coeficiente de correlação linear de Pearson, entre preço e público, nos municípios baianos – 2005-2010

Fonte: Elaboração dos autores.

indica que a elevação nos preços dos ingressos não restringe o crescimento do público espectador, pois ambas variáveis crescem no mesmo sentido. Nos municípios de Brumado (0,91) e Lauro de Freitas (0,99), o coeficiente indica uma forte correlação positiva, mas moderada, em que o aumento dos preços ocorre concomitantemente à elevação do público espectador.

Em Vitória da Conquista (0,70), os aumentos nos preços crescem no mesmo sentido que o público, porém, são influenciados pela demanda. Os resultados mostram ainda que, nos municípios de Ilhéus (0,21), Itamarajú (0,41) e Teixeira de Freitas (0,23), as variáveis correlacionam-se de forma fraca, em que, com a tendência de elevação do preço dos ingressos, o público espectador tende a diminuir. Foi evidenciada uma correlação positiva, mas praticamente nula e insignificante, para o município de Barreiras (0,04).

O preço médio do ingresso mostra-se negativamente correlacionado com a demanda do público espectador no município de Valença (-1), refletindo diminuição no número de espectadores. Em Camaçari (-0,90), essa sensibilidade também é verificada, porém, em menor intensidade, explicada pela forte correlação negativa entre as duas variáveis. Essa intensidade tende a decrescer nos municípios de Feira de Santana (-0,54) e Salvador (-0,68), ambos apresentam uma correlação negativa moderada.

As elevações nos preços tendem a perder força na influência sobre a queda do público nos municípios de Alagoinha (-0,40), Ibicaraí (-0,20) e Santo Antonio de Jesus (-0,21), pois apontam uma correlação negativa fraca. A menor influência é encontrada para o município de Itabuna (-0,01), apresentando uma correlação negativa e próxima de zero para as variáveis analisadas. Infere-se, portanto, que os espectadores desses municípios mostram-se sensíveis à elevação nos preços, porém, aceitam pagar preços mais elevados, devido à ausência de concorrência.

CONCLUSÃO

Observa-se que a conduta das empresas na determinação do preço dos ingressos representa uma estratégia de competição, pois as firmas que não conseguem sustentar preços menores tendem a perder público. Nesse mercado, os maiores níveis de preço foram verificados para Salvador, porém, a maior variação foi observada nos municípios do interior do estado. Desse modo, a diferenciação dos serviços de exibição torna-se relevante como estratégia na formação dos preços praticados pelas firmas que operam nesse mercado.

As características observadas neste estudo para o segmento de mercado analisado apontam para uma estrutura oligopolista, haja vista que as decisões de preço e número de salas de uma empresa tendem a afetar os demais concorrentes. Além disso, destaca-se que o mercado baiano é formado por um pequeno número de firmas, em que apenas quatro redes exibidoras exercem alto poder de mercado, em termos de investimento, captação de público e oferta de salas.

Dessa forma, torna-se necessário que a Agência Nacional do Cinema (Ancine) amplie as medidas regulatórias para a atividade de exibição cinematográfica, havendo maior articulação na proposição de políticas públicas entre a agência de regulação e o Ministério da Cultura, além de não se limitar ao contexto da produção cinematográfica nacional. Para tanto, propõe-se a definição de cotas de exibição que beneficiem pequenos exibidores e as cidades do interior, a fim de disseminar cultura e lazer e permitir acessibilidade à população que reside em pequenas cidades.

No campo da política econômica, a redução do ICMS pode ser um instrumento relevante. Ações nesse sentido podem minimizar os efeitos dos altos custos com logística de transição e circulação de cópias audiovisuais sobre a determinação do preço final dos ingressos. Tendo em vista que a inovação tecnológica é essencial para o desenvolvimento do mercado, propõem-se, ainda, medidas de redução fiscal para a importação de equipamentos digitais, a fim de impulsionar o mercado de exibição baiano.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. *Observatório brasileiro do cinema e do audiovisual*: relatório do número de complexos e salas por UF e municípios. Brasília: ANCINE, 2011. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/rel_salasexibicao_2010.htm>. Acesso em: 18 dez. 2011.

BENHAMOU, F. *A economia da cultura*. SP: Ateliê Editorial, 2007.

FILME B. *Database Brasil*. Rio de Janeiro: FILME B, 2005-2010. Disponível em: <http://www.filmeb.com.br/database/html/home.php>. Acesso em: 19 out. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Índice Geral de Preços*: demanda interna. São Paulo: FGV. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=402880811D8E34B9011D984D6E3C34A9>. Acesso em: 22 out. 2012.

KAZMIER, L. J. *Estatística aplicada à economia e administração*. São Paulo: McGraw-Hill, 2004.

KLOTZEL, A. O potencial da indústria cinematográfica no Brasil. *Inovação Uniemp,* Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 18-19, mar. 2006.

KON, A. *Economia industrial*. São Paulo: Nobel, 1999.

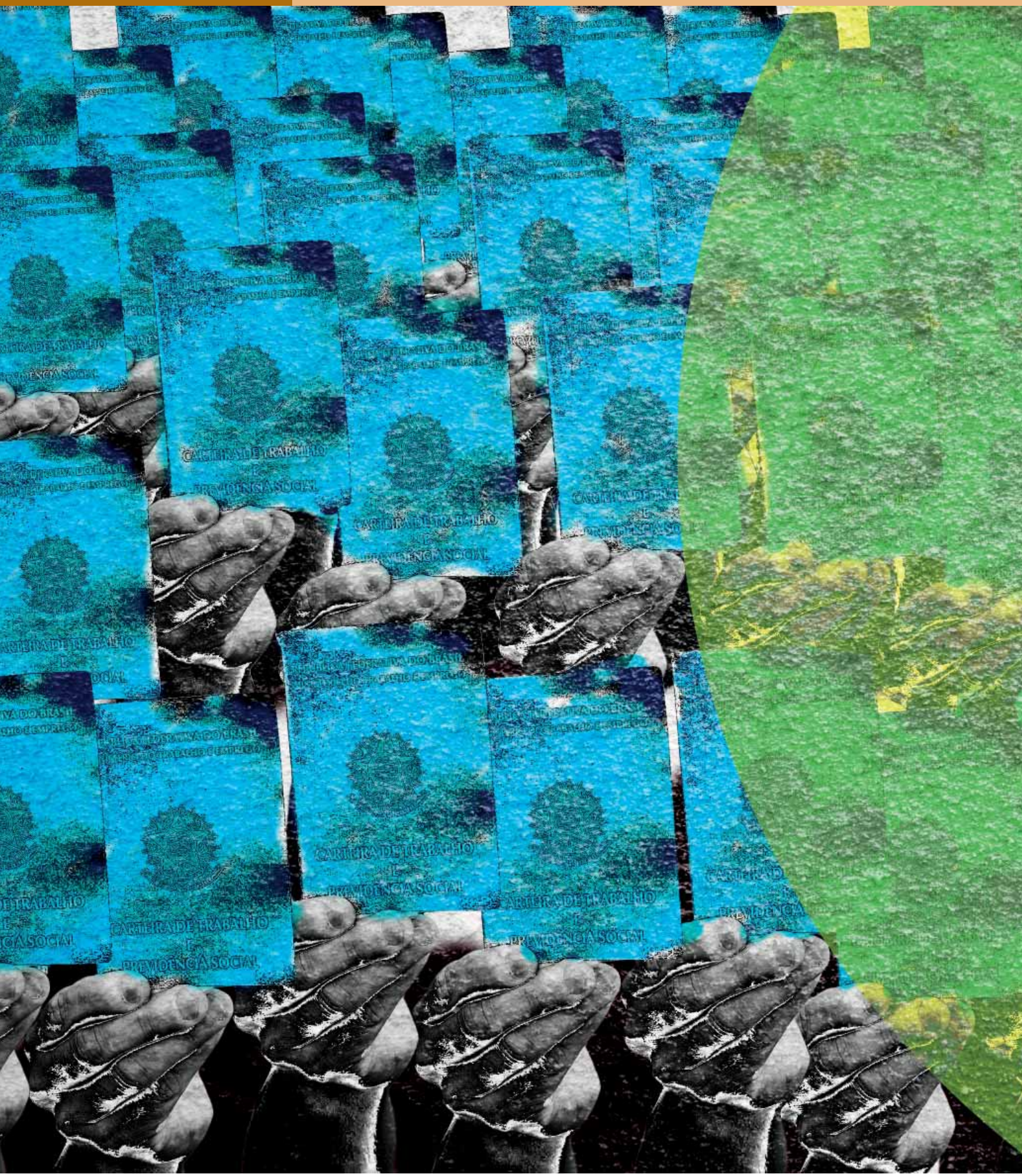
MAS-COLELL, A. *Microeconomic theory.* Oxford: Oxford University Press, 2002.

MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada*: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

REIS, A, C. F. Economia da Cultura e Desenvolvimento:estratégias nacionais e panorama global. In: _____. (Org.). *Economia da cultura*: ideias e vivências. RJ: Publit, 2009.

THROSBY, D. *Economics and culture*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2001.

UNESCO. *Creative economy:* report 2011. NY: United Nation, 2011.


CARTEIRA DE TRABALHO
E
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Panorama do emprego formal brasileiro em 2011 (RAIS)

Lucas Marinho Lima*
André Luís Melo de Oliveira**

O presente estudo apresenta algumas características do mercado de trabalho formal brasileiro no ano de 2011. Assim, a análise que segue oferece os principais resultados dos empregos formais e rendimentos para a totalidade dos celetistas e estatutários existentes na Brasil, privilegiando o panorama geográfico e setorial do país. Nesse sentido, recorreu-se às informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

* Graduado em Ciências Econômicas e em Direito pelo Instituto de Educação Superior Unyahna. Analista de Políticas e Indústria II da Confederação Nacional da Indústria (CNI). lucas.lima@cni.org.br
* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da SEI. andreluisoliveira@sei.ba.gov.br

A escolha da RAIS como fonte dos dados justifica-se pelo fato de que esta é a fonte de informação mais completa sobre o mercado de trabalho formal que existe no Brasil, posto que podem ser observados todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários e avulsos), além de que reúne um conjunto de informações sobre os estabelecimentos empregadores e permite o cruzamento de um conjunto de variáveis bastante desagregadas, chegando ao nível municipal, assim como até as classes de atividades econômicas e ocupações.

Tabela 1
Números de emprego, variação absoluta e relativa
Brasil – 1985-2011

Ano	Nº empregos	Variação absoluta	Variação relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,84
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88
2009	41.207.546	1.765.980	4,88
2010	44.068.355	2.860.809	6,94
2011	46.310.631	2.242.276	5,09

Fonte: RAIS 2011. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

Em 2011, a economia brasileira registrou uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7%, comparativamente ao ano de 2010 (7,5%). Ainda que pese o fato de a taxa de crescimento de 2011 ter sido bastante inferior à constatada em 2010, os fatores que sustentaram a economia nesses tempos adversos estão basicamente associados à demanda interna, tais como, consumo das famílias (4,1%) e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que constatou um crescimento de 4,7%, elevação da massa salarial, relacionado à expansão do crédito.

Os dados da RAIS de 2011, por sua vez, apontaram um crescimento de 5,09%, representando uma geração de 2.242.276 novos postos de trabalho, o terceiro melhor desempenho da série histórica para o país. No entanto, esse resultado, embora bastante favorável, assinalou uma desaceleração na geração de emprego formal, quando comparado com o registrado em 2010 (+2.860.809 novos empregos), o melhor da série histórica, iniciada em 1985 (Tabela 1).

ANÁLISE REGIONAL

No âmbito da economia regional, os números revelam que todas as regiões geográficas mostraram a ampliação do emprego no ano de 2011. Em termos absolutos, pode-se destacar que a região Sudeste foi a que apurou

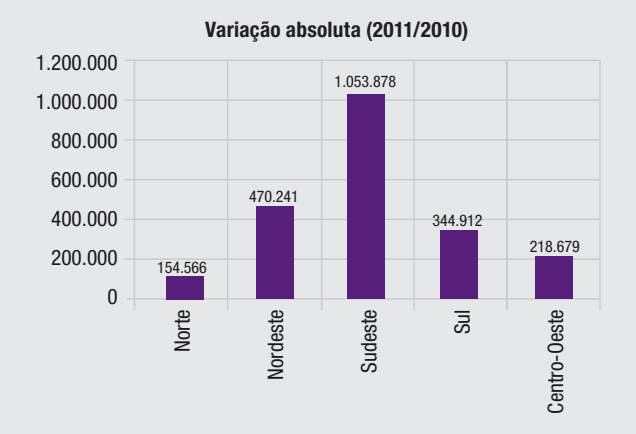


Gráfico 1
Variação absoluta do emprego formal em 31/12, segundo as regiões geográficas – 2011

Fonte: RAIS 2011. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

o maior aumento do emprego, com 1.053.878 novos postos de trabalho, seguida pela região Nordeste, com um crescimento de 470.241 novas vagas de emprego. A terceira na geração de postos de trabalho foi a região Sul (+344.912 novos postos de trabalho). As regiões Centro-Oeste e Norte experimentaram a criação de postos de trabalho em quantidade menos significativa, com 218.679 e 154.566 novas vagas de emprego, respectivamente (Gráfico 1).

ANÁLISE INTERESTADUAL

No que tange às unidades da Federação, verificou-se um crescimento generalizado do emprego, com variações que oscilaram de 0,11% no estado do Acre a 17,06% em Roraima.

Em termos absolutos, a boa performance da região Sudeste pode ser creditada, principalmente, aos estados de São Paulo (+539.174 novos postos) e Rio de Janeiro (+267.970 novos postos). O setor de Serviços obteve o melhor desempenho em ambos os estados, com a geração de 294.883 e 107.104 novos postos de trabalho, respectivamente. Em temos relativos, o Rio de Janeiro apresenta a maior taxa de crescimento (6,59%) entre os estados da região Sudeste, seguido do Espírito Santo, com um crescimento de 4,84%. Já na região Nordeste, os estados que se destacaram foram Bahia e Pernambuco, com 126.386 e 112.301 novos postos de trabalho, respectivamente, conduzidos pelo setor de Serviços, que contabilizou os maiores saldos de empregos formais em ambas as unidades da Federação, com 55.898 e 48.548 novos postos de trabalho, respectivamente. No caso da região Sul, o bom desempenho ficou por conta dos estados do Paraná (+136.562 mil novos postos) e Rio Grande do Sul (+116.427 novos postos de trabalho). Novamente, o setor de Serviços foi o que mais gerou vagas de emprego nos dois estados (+58.519 e +49.442 novas vagas), respectivamente. Quanto à região Centro-Oeste, as unidades da Federação que se destacaram foram Goiás (+71.589 novos postos) e Distrito Federal (+57.076 novos postos), o setor de Serviços foi também o que mais apurou empregos nesses dois estados (+37.782 e +30.017 novas vagas, respectivamente).

O bom desempenho na região Norte ficou por conta dos estados do Pará, com 85.854 novos postos, e do Amazonas, com 22.171 novos postos de trabalho; o setor que apresentou melhor dinâmica no estado do

Tabela 2
Números de empregos formais em 31/12, variação absoluta e relativa, segundo as unidades da Federação – 2010-2011

Unidades da Federação	Empregos		Variação absoluta	Variação relativa (%)
	2010	2011		
Norte	2.408.182	2.562.748	154.566	6,42
Rondônia	334.290	352.460	18.170	5,44
Acre	121.187	121.321	134	0,11
Amazonas	575.739	597.910	22.171	3,85
Roraima	78.585	91.988	13.403	17,06
Pará	951.235	1.037.089	85.854	9,03
Amapá	108.191	119.211	11.020	10,19
Tocantins	238.955	242.769	3.814	1,60
Nordeste	8.010.839	8.481.080	470.241	5,87
Maranhão	636.625	675.274	38.649	6,07
Piauí	377.463	393.363	15.900	4,21
Ceará	1.325.792	1.406.906	81.114	6,12
Rio Grande do Norte	575.026	592.444	17.418	3,03
Paraíba	579.504	614.813	35.309	6,09
Pernambuco	1.536.626	1.648.927	112.301	7,31
Alagoas	470.992	497.898	26.906	5,71
Sergipe	369.579	385.837	16.258	4,40
Bahia	2.139.232	2.265.618	126.386	5,91
Sudeste	22.460.999	23.514.877	1.053.878	4,69
Minas Gerais	4.646.891	4.850.976	204.085	4,39
Espírito Santo	860.421	902.070	41.649	4,84
Rio de Janeiro	4.080.082	4.349.052	268.970	6,59
São Paulo	12.873.605	13.412.779	539.174	4,19
Sul	7.557.531	7.902.443	344.912	4,56
Paraná	2.783.715	2.920.277	136.562	4,91
Santa Catarina	1.969.654	2.061.577	91.923	4,67
Rio Grande do Sul	2.804.162	2.920.589	116.427	4,15
Centro-Oeste	3.630.804	3.849.483	218.679	6,02
Mato Grosso do Sul	560.789	597.968	37.179	6,63
Mato Grosso	656.542	709.377	52.835	8,05
Goiás	1.313.641	1.385.230	71.589	5,45
Distrito Federal	1.099.832	1.156.908	57.076	5,19
Total	**44.068.355**	**46.310.631**	**2.242.276**	**5,09**

Fonte: RAIS 2011. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

Pará foi a Administração Pública, com 29.415 novos postos de trabalho, e, no estado do Amazonas, o setor que criou mais empregos foi a Indústria de Transformação, com 17.063 novas vagas (Tabela 2).

ANÁLISE SETORIAL

Do ponto de vista setorial, os dados da RAIS acusaram, para o Brasil, uma expansão generalizada do emprego, entre 2010 e 2011, fenômeno fortemente influenciado pelo comportamento esboçado pela demanda interna. Em termos mais precisos, seguindo um critério de classificação da variação absoluta do emprego, constata-se a seguinte realidade: Serviços (+1.027.440 novos empregos ou 7,16%); Comércio (+460.438 novos empregos ou 5,49%); Construção Civil (+241.251 novos empregos ou 9,62%), constituindo-se, em termos relativos, como a maior taxa de crescimento do período, cujo resultado pode ser creditado às medidas adotadas pelo governo ao setor; Indústria de Transformação (+228.103 novos empregos ou 2,89%); Administração Pública (180.221 novos empregos ou 2,02%); Agropecuária (+74193 novos empregos ou 5,26%); Extrativa Mineral (+20.173 novos empregos ou 9,55%); e, por último, o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública. Como se vê, o único setor que fugiu a esse padrão de crescimento foi o de Serviços Industriais de Utilidade Pública (+10.457 novos empregos ou 2,60%) (Tabela 2).

No tocante ao setor de Serviços, os subsetores que exibiram os melhores desempenhos foram *administração técnica profissional, alojamento* e *comunicação*

No tocante ao setor de Serviços, os subsetores que exibiram os melhores desempenhos foram *administração técnica profissional, alojamento e comunicação,* que geraram um saldo de 362.146 e 210286 postos de trabalho, respectivamente, haja vista que os setores responderam por 55,7% dos empregos gerados no conjunto do setor. Vale observar que, no setor de Indústria de Transformação, o maior dinamismo foi registrado pelos subsetores de *alimentos e bebidas; indústria mecânica,* e *indústria metalúrgica,* que foram responsáveis pela criação de 75.531, 42.755 e 27.623 novos empregos, respectivamente, esses três subsetores representam 64,0% do seu saldo. Nesse mesmo setor, os subsetores que apresentaram variação absoluta de emprego negativo foram *indústria têxtil; indústria de calçados,* e *borracha, fumo e couros*, com estoque emprego de -11.989, -6.473 e -25, respectivamente.

Em termos relativos, o setor que obteve o desempenho melhor foi o da Construção Civil, já citada, seguido da Extrativa Mineral, que registrou uma elevação no emprego da ordem de 9,55%, correspondendo à geração menos expressiva de 20.173 novos postos de trabalho, devido

Tabela 3
Números de empregos formais em 31/12, variação absoluta e relativa, por setor de atividade econômica – 2010-2011

Setores	Empregos		Variação absoluta	Variação relativa (%)
	2010	2011		
Serviços	14.345.015	15.372.455	1.027.440	7,16
Comércio	8.382.239	8.842.677	460.438	5,49
Construção Civil	2.508.922	2.750.173	241.251	9,62
Indústria de Transformação	7.885.702	8.113.805	228.103	2,89
Administração Pública	8.923.380	9.103.601	180.221	2,02
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.409.597	1.483.790	74.193	5,26
Extrativa Mineral	211.216	231.389	20.173	9,55
Servicos Industriais de Utilidade Pública	402.284	412.741	10.457	2,60
Total	**44.068.355**	**46.310.631**	**2.242.276**	**5,09**

Fonte: RAIS 2011. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

à dimensão de seu estoque ser mais reduzida, comparada à dos demais setores.

Com analogia ao setor da Indústria de Transformação, os resultados parecem indicar que os efeitos da crise externa que repercutiram nas exportações constituem um dos principais fatores explicativos da redução no ritmo de crescimento do referido setor, quando comparado com o resultado do ano anterior (+524.618 novos postos ou 7,13% em 2010, ante os 228.103 novos postos ou 2,89% em 2011) (Tabela 3).

ANÁLISE POR FAIXA ETÁRIA

Os resultados por faixa etária confirmam que, em todos os níveis, foram observadas elevações do emprego, registrando um aumento mais significativo na população mais vulnerável de jovens e pessoas idosas. No caso dos jovens, a expansão do nível de emprego foi muito expressiva, da ordem de 14,48%, percentual que representa mais que o dobro do crescimento médio (5,09%). De forma semelhante, os assalariados com mais de 65 anos e de 50 a 64 anos acusaram um aumento de 11,45% e 7,99%, respectivamente, desempenhos bastante favoráveis quando comparados com os observados nas demais faixas etárias, que oscilaram entre 4,35% a 6,26%. Os assalariados de 18 a 24 anos foram os que apresentaram o menor crescimento (3,69%). Em termos absolutos, o maior incremento de empregos gerados ocorreu na faixa etária de 30 a 39 anos (+798.724 novos postos de trabalho), seguida das faixas de 50 a 64 anos (+471.447 novos postos de trabalho) e de 40 a 49 anos (+413.634 novos postos de trabalho) (Tabela 4).

Tabela 4
Números de empregos formais em 31/12, variação absoluta e relativa, por faixa etária – 2010-2011

Faixa etária	Empregos		Variação absoluta	Variação relativa (%)
	2010	2011		
16 a 17	407.186	466.162	58.976	14,48
18 a 24	7.542.292	7.820.740	278.448	3,69
25 a 29	7.565.286	7.738.086	172.800	2,28
30 a 39	12.763.418	13.562.142	798.724	6,26
40 a 49	9.499.998	9.913.632	413.634	4,35
50 a 64	5.899.157	6.370.604	471.447	7,99
65 ou mais	361.387	402.753	41.366	11,45
Total	**44.068.186**	**46.310.192**	**2.242.276**	**5,09**

No total estão incluídos os ignorados.
Fonte: RAIS 2011.
Sistematização dos dados e cálculos próprios.

ANÁLISE POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO

Os dados da RAIS referentes ao tamanho do estabelecimento mostram expansão generalizada do nível de emprego, retratando maior dinamismo nas faixas intermediárias, de 20 a 249 vínculos, onde se concentram os estabelecimentos de pequeno e médio portes. A maior taxa de crescimento ocorreu na faixa de 20 a 49 vínculos (+6,53% ou +338.382 novos postos de trabalho). Em sequência, sobressaíram as faixas de cinco a nove vínculos (+5,99% ou +212.585 novos postos de trabalho), de dez a 19 vínculos (+5,86% ou +235.932 novos postos de trabalho) e de 100 a 249 vínculos (+5,38% ou +249.675 novos postos de trabalho). Em conjunto, essas quatro faixas responderam por 46,23% dos empregos criados no ano de 2011. Em contrapartida, as faixas de 250 a 499 vínculos,

Tabela 5
Números de empregos formais em 31/12, variação absoluta e relativa, por tamanho de estabelecimentos – 2010-2011

Tamanho estabelecimento	Empregos		Variação absoluta	Variação relativa (%)
	2010	2011		
De 1 a 4	3669698	3.839.970	170.272	4,64
De 5 a 9	3.546.585	3.759.170	212.585	5,99
De 10 a 19	4.022.658	4.258.590	235.932	5,86
De 20 a 49	5.177.935	5.516.317	338.382	6,53
De 50 a 99	3.649.726	3.843.344	193.618	5,30
De 100 a 249	4.637.845	4.887.520	249.675	5,38
De 250 a 499	3.854.345	3.945.094	90.749	2,35
De 500 a 999	3.769.090	3.920.885	151.795	4,03
1000 ou mais	11.740.473	12.339.741	599.268	5,10
Total	**44.068.473**	**46.310.631**	**2.242.276**	**5,09**

Fonte: RAIS 2011. Sistematização dos dados e cálculos próprios

de 500 a 999 vínculos, de 1 mil ou mais vínculos e até quatro vínculos registraram as menores taxa de crescimento. Em termos absolutos, a faixa de 1 mil ou mais vínculos foi responsável pela maior geração de empregos em 2011, ao apresentar um crescimento de 5,10% ou um acréscimo de 599.268 novos postos de trabalho. Em contrapartida, a faixa de 250 a 499 vínculos foi aquela em que se verificou o menor dinamismo, tanto em termos relativos, quanto absolutos (+2,35% ou +90.749 novos postos de trabalho) (Tabela 5).

ANÁLISE POR REMUNERAÇÃO MÉDIA

Quanto à análise da remuneração, os resultados observados experimentaram expansão da remuneração média em todos os setores da atividade econômica, entre 2010 e 2011. Os setores que apresentaram maiores variações absolutas da remuneração média foram os de Serviços Industriais de Utilidade Pública, Extrativa Mineral e Construção Civil, alcançando, respectivamente, variações absolutas de R$ 126,87, R$ 121,36 e R$ 67,58. Em que pesem os incrementos absolutos na remuneração média de todos os setores, os setores nos quais foram percebidas as maiores variações relativas foram os de Construção Civil, Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca e Serviços Industriais de Utilidade Pública, cujas variações relativas seguiram a respectiva ordem: 4,44 %, 4,04% e 3,83%.

Tabela 6
Remuneração média do emprego formal em 31/12, variação absoluta e relativa, segundo setor de atividade econômica Brasil – 2010-2011

Setor de atividade econômica	Remuneração média		Variação absoluta	Variação relativa (%)
	2010	2011		
Extrativa Mineral	R$ 4.266,88	R$ 4.388,24	R$ 121,36	2,84
Indústria de Transformação	R$ 1.857,48	R$ 1.912,21	R$ 54,73	2,95
Serviços Industriais de Utilidade Pública	R$ 3.308,98	R$ 3.435,85	R$ 126,87	3,83
Construção Civil	R$ 1.521,14	R$ 1.588,72	R$ 67,58	4,44
Comércio	R$ 1.219,37	R$ 1.249,92	R$ 30,54	2,50
Serviços	R$ 1.825,50	R$ 1.870,85	R$ 45,35	2,48
Administração Pública	R$ 2.624,13	R$ 2.676,89	R$ 52,76	2,01
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	R$ 1.025,64	R$ 1.067,05	R$ 41,41	4,04
Total	R$ 1.859,00	R$ 1.902,13	R$ 43,13	2,32

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2010/2011. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2011.
Nota I: os valores de 2010 foram corrigidos para preços correntes em 2011, afim de manter comparabilidade, através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE-INPC).
Nota II: com o propósito de evitar distorções na média aritimética da remuneração, foram desconsiderados do cálculo os trabalhadores com remuneração zero.

CONCLUSÃO

De acordo com os dados da RAIS, em 2011, o emprego formal brasileiro apresentou um crescimento de 5,09%, representando uma geração de 2.242.276 novos postos de trabalho, o terceiro melhor desempenho da série histórica para o país. Quando se analisa sob a ótica regional, percebe-se que a região Sudeste (+1.053.878 postos) foi a que apurou o maior aumento do emprego, seguida pela região Nordeste (+470.241 postos). A relativa da análise intraestadual revela que o Rio de Janeiro apresentou a maior taxa de crescimento entre os estados da região Sudeste (6,59%), apesar de que, em termos absolutos, o estado que mais se destacou nessa região foi São Paulo, contabilizando 559.174 novos postos de trabalho. Na região Nordeste, Bahia e Pernambuco foram os destaques pontuais, respectivamente, conduzidos pelo setor de Serviços, que contabilizou os maiores saldos de empregos formais em ambas as unidades da Federação, com 55.898 e 48.548 novos postos de trabalho. Do ponto de vista setorial, os dados da RAIS acusaram, para o Brasil, uma expansão generalizada do emprego entre 2010 e 2011, fenômeno fortemente influenciado pelo comportamento da demanda interna. O setor de Serviços puxou o *ranking* nacional com um crescimento de 7,16%, acompanhado do Comércio, que cresceu 5,49%, e da Construção civil (9,62%), constituindo-se, em termos relativos, como a maior taxa de crescimento do período, cujo resultado pode ser creditado às medidas adotadas pelo governo ao setor. Já os resultados por faixa etária confirmam que, em todos os níveis, foram observadas elevações do emprego, registrando um aumento mais significativo na população mais vulnerável de jovens e pessoas idosas. Ratificando o que foi exposto ao longo deste

estudo, os dados da RAIS referentes ao tamanho do estabelecimento mostraram expansão generalizada do nível de emprego, retratando maior dinamismo nas faixas intermediárias, de 20 a 249 vínculos, onde se concentram os estabelecimentos de pequeno e médio portes. Desta forma, percebe-se que o aumento de postos de trabalho contabilizado pela RAIS para o ano de 2011 é bastante significativo sob todas as formas de análise.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011:* principais resultados. Brasília: MTE, 2012. 22 p. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal--mte/rais/#2>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2010:* principais resultados. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>. Acesso em: 20 out. 2012.

Oferta de educação profissional na Bahia: um quadro comparativo com as experiências brasileira e nordestina[1]

Laumar Neves de Souza*
Lavínia Maria de Moura Ferreira**

Indubitavelmente, a temática da educação profissional tem ocupado um lugar de destaque na sociedade brasileira, despertando, por conseguinte, o interesse dos seus amplos e diversificados segmentos. No campo acadêmico, por exemplo, conforme ressaltam Aprile e Barone (2006), ela ganha fôlego e deixa de ser um espaço pouco explorado pelos pesquisadores. Do lado dos agentes públicos, também se constata que ela reverbera de modo intenso, na medida em que os mobiliza, entre outras coisas, a promoverem alterações importantes no marco legal que a regula e a repensarem as formas de viabilização do seu financiamento.

* Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS). laumar.souza@unifacs.br

** Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). lavinia@dieese.org.br

1 Este estudo resume uma parte das discussões presentes no relatório de pesquisa do subprojeto intitulado *Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia*, o qual integra um grande projeto de pesquisa idealizado e costurado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), por meio da Superintendência de Educação Profissional (Suprof), e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), denominado *Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos* e de *Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia*.

Em 2012, chegou a 119 o número de municípios baianos abrangidos pela oferta de educação profissional, em todos os 27 territórios de identidade

Em consonância com essas movimentações, verifica-se, a partir de 2007, um expressivo crescimento da rede estadual de educação profissional da Bahia. Para se ter uma ideia mais precisa da dimensão desse incremento, saiu-se, no início do mencionado ano, de uma situação em que a oferta desse tipo de educação, na referida rede, correspondia a cerca de quatro mil matrículas para outra, em 2012, que passou a equivaler a, aproximadamente, 56,6 mil matrículas. Em relação ao número de estabelecimentos, eram 33 as unidades que ofertavam educação profissional, em 2007. Já em 2011 contabilizavam-se 139, sendo que, deste total, 46 eram Centros de Educação Profissional (Ceteps) e 93 eram unidades escolares tradicionais da rede estadual de educação.

De igual modo, e como reflexo dessa ampliação, elevou-se também o grau de cobertura, tanto em termos geográficos, quanto em relação às formas de desenvolvimento e articulação, bem como em relação à diversidade de eixos tecnológicos e cursos ofertados.

Em 2012, chegou a 119 o número de municípios baianos abrangidos pela oferta de educação profissional, em todos os 27 territórios de identidade. Em 2007, eram apenas 22 municípios atendidos, chegando a apenas 14 desses territórios. Também em 2007, constatava-se a oferta de apenas 15 cursos em toda a rede. Neste particular, a realidade, de igual modo, alterou-se substantivamente, uma vez que, em 2012, a rede estadual ofertou educação profissional em todas as suas formas de desenvolvimento e articulação em 11 eixos tecnológicos, correspondendo a 75 cursos[2].

Decerto que essa expansão quantitativa, tanto do número de estabelecimentos quanto da oferta de vagas no sistema público estadual de educação profissional, só foi possível graças ao entendimento que o governo do estado passou a ter sobre o seu significado e a sua importância. Essa expansão foi assumida como uma política pública de Estado, encampada pela Secretaria de Educação (SEC), direcionada aos jovens, trabalhadores e trabalhadoras, alunos e alunas oriundos da escola pública, com a finalidade de elevar a escolaridade e a inserção cidadã dessas pessoas no mundo do trabalho, preparando-as para o enfrentamento dos desafios da sociedade contemporânea.

Enfatize-se que a edificação dessa política pública lastreia-se no entendimento de que a educação profissional deve ser orientada para a formação de cidadãos, com vistas a muni-los de ferramentais conceituais e de outros tipos capazes de fornecer-lhes a senha para assimilar os conteúdos e as situações que dão relevo e contorno à realidade socioeconômica, política, cultural e do mundo do trabalho, de modo a lhes permitir que nela se insiram e atuem de forma ética e competente, técnica e política, buscando favorecer a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos[3].

A adoção de uma política pública com esse viés revela-se fundamental, especialmente em estados como a Bahia, tendo em vista o potencial que possui para contribuir no seu processo de desenvolvimento econômico e social.

Tendo esse panorama como pano de fundo, o presente trabalho almeja poder contribuir com o debate que procura descortinar alguns dos caminhos que vêm sendo trilhados no campo da educação profissional no estado da Bahia. De modo mais preciso, o seu propósito maior é a elaboração de um quadro que retrate a recente evolução da oferta de educação profissional na rede estadual baiana, notadamente aquela ocorrida no período de tempo que cobre os anos de 2007 a 2010,

2 Informações retiradas de: http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com.br/.

3 Esta concepção é reforçada por vários autores, entre eles Saviani (2007, p. 160), que coloca que, ao tomar-se como parâmetro o padrão de desenvolvimento alcançado pela sociedade contemporânea, é possível perceber a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, "sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade".

comparando-a com as verificadas em duas outras escalas espaciais, quais sejam: Brasil e Nordeste.

Considerou-se que, para atingi-lo, ter-se-ia que refletir a respeito de quatro questões básicas. A primeira delas, por certo, é contextualizar o significado que a educação profissional passou a ter ante as mudanças operadas na economia brasileira e no mundo do trabalho ao longo dos anos 1990 e seguintes. A segunda, por seu turno, encerra o esclarecimento da concepção e do papel recentemente atribuído a esse tipo de educação no âmbito do marco legal educacional existente no país. A terceira refere-se à explicitação de algumas informações que expressam a evolução da oferta desse tipo de educação nas escalas nacional, regional e estadual. A quarta tem a ver com alguns dos direcionamentos que vêm sendo dados à temática da educação profissional no estado da Bahia, os quais estão sintetizados em um plano que está em plena operacionalização.

A DINÂMICA DO MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Constata-se, por meio da literatura especializada, que a década de 1990 trouxe consigo importantes modificações na estrutura e na dinâmica econômica do Brasil, com impactos significativos no mundo do trabalho. Entre elas citam-se: adoção de políticas orientadas para maior competitividade das empresas através de medidas de abertura comercial e financeira ao exterior; redefinição e redução do papel do estado, e privatização de grandes empresas estatais pertencentes a setores produtivos estratégicos. Estas medidas acabaram por impulsionar, no âmbito das empresas, inclusive as estatais, um intenso processo de mudanças no padrão tecnológico e organizacional que ficou conhecido como reestruturação produtiva.

A década de 1990 trouxe consigo importantes modificações na estrutura e na dinâmica econômica do Brasil, com impactos significativos no mundo do trabalho

Tal processo foi marcado pela instituição de formas de produção flexíveis, caracterizadas pela manutenção de baixos estoques de produtos final, matérias-primas e componentes, giro rápido da produção, produtos com curto ciclo de vida útil, novos produtos e modelos, entre outros. Na organização do trabalho e da produção foram introduzidos os arranjos celulares em substituição à linha de produção e os sistemas *just-in-time*. Houve, ainda, a intensificação da terceirização, o desenvolvimento de programas de qualidade total, a redução dos níveis hierárquicos, a quebra de divisões funcionais, a organização do trabalho em equipe, os esquemas participativos de solução de problemas e a polivalência na execução das tarefas.

É importante destacar que este processo não atingiu de forma homogênea, isto é, com a mesma intensidade e ritmo, todos os setores econômicos. Se este cenário foi mais frequente nas empresas de ponta dos setores dinâmicos da economia brasileira – muitas vezes de forma pontual e localizada –, boa parte dos locais de trabalho ainda adotava os sistemas de organização e gestão tradicionais, às vezes mesclados com técnicas supostamente inovadoras. Um exemplo deste fato são as inovações científico-tecnológicas aplicadas ao processo produtivo, cuja introdução nas empresas brasileiras foi seletiva e reduzida comparativamente ao ocorrido em outros países.

Certamente, esta característica da reestruturação produtiva no Brasil foi resultado da forma como o governo, na década de 1990, realizou a abertura comercial – rapidamente e em meio à recessão – e das políticas econômicas adotadas. Neste contexto, as empresas optaram por implantar uma reestruturação vigorosa e de caráter defensivo, isto é, muito mais para se defender da exposição à concorrência externa do que propriamente fruto de uma estratégia de preparação e enfrentamento das exigências da modernização.

A insuficiência do crescimento econômico e o processo de reestruturação produtiva desorganizaram ainda mais o já heterogêneo mercado de trabalho brasileiro

Um destaque importante é que estas mudanças ocorreram em um contexto de crise marcado por grande instabilidade monetária e financeira. As políticas adotadas para a estabilização da economia, cujo objetivo principal era o combate à superinflação, restringiram o crescimento econômico fazendo com que os primeiros anos da década de 1990 fossem marcados pela recessão caracterizada pela queda no Produto Interno Bruto (PIB).

A insuficiência do crescimento econômico e o processo de reestruturação produtiva desorganizaram ainda mais o já heterogêneo mercado de trabalho brasileiro. A crise econômica e social dos anos 1990 gerou uma série de consequências para o mercado de trabalho: agravamento do desemprego, com a crescente elevação das taxas, seguido da queda do emprego industrial; precarização das formas de contratação, com aumento do número de trabalhadores sem vínculo empregatício institucionalizado e elevação dos níveis de informalidade; além da perda do poder de compra das remunerações.

No âmbito das empresas, as práticas introduzidas pelas novas formas de produção e de organização do trabalho vão demarcar o campo do trabalho. O sistema *just-in-time* exige da empresa e do trabalhador a capacidade de dar respostas rápidas às demandas variadas. Os arranjos celulares requerem saber operar diferentes tipos de máquinas e equipamentos, além da execução de tarefas que antes cabiam aos setores de inspeção de qualidade e manutenção. A polivalência redefine as ocupações, transforma os conceitos tradicionais das profissões e, no limite, altera o próprio conceito de profissão. O trabalhador deixa de atuar dentro dos saberes, atividades, responsabilidades e referenciais próprios de sua profissão e passa a desempenhar papéis e funções de outras áreas e ocupações. As tarefas passam a ser prescritas aos indivíduos e não demarcadas a partir do posto de trabalho.

O trabalho em equipe introduz uma nova lógica, segundo a qual um conjunto de atribuições passa a ser responsabilidade de um grupo de trabalhadores, com variado grau de autonomia para definir sua própria organização interna. Neste cenário, o exercício do trabalho, em alguns casos, exigiria menor qualificação e, em outros casos, qualificação de conteúdo diferente. Em ambas as situações, são requeridas mudanças no perfil da qualificação profissional que é ofertada ao trabalhador.

O sistema *just-in-time* exige da empresa e do trabalhador a capacidade de dar respostas rápidas às demandas variadas. Os arranjos celulares requerem saber operar diferentes tipos de máquinas e equipamentos

Uma das visões que adquiriram bastante força no período foi a relação existente entre, de um lado, os altos índices de desemprego e, de outro, a apregoada falta de qualificação da força de trabalho e os baixos níveis de escolaridade do trabalhador. Nesta visão, a qualificação profissional passa a ter outra funcionalidade. Deixa de ser o pré-requisito necessário para o exercício do trabalho, passa a ser a solução do problema do desemprego no país. Esta visão estava presente no discurso hegemônico, nas políticas públicas – deslocando o papel ativo que deveriam ter as políticas de geração de emprego e renda no enfrentamento do problema do desemprego –, ou ainda na própria prática e na subjetividade do trabalhador.

Curiosamente, este mesmo discurso ainda ressoa nos dias mais recentes, posto que atualmente argumenta-se que há vagas, mas não existem trabalhadores qualificados para ocupar estas vagas. Tanto na década de 1990, quando o desemprego era crescente, quanto no contexto atual mais favorável aos trabalhadores, com menores taxas de desemprego e crescimento do emprego formal, a economia não é capaz de gerar os postos de trabalho necessários para o atendimento da demanda crescente da População Economicamente Ativa (PEA). Naquele contexto e também agora, o debate entre os atores sociais desloca a qualificação profissional de sua função. Isso porque a qualificação profissional não pode ser a panaceia do mundo do trabalho, substituindo, muito frequentemente, a busca de alternativas concretas para resolver as questões do emprego, da exclusão e da renda.

Como corolário desse quadro, vê-se que a qualificação profissional transformou-se em instrumento de mistificação que encobre os problemas que a sociedade enfrenta para a geração de emprego e renda e, no limite, para a sobrevivência das pessoas. Como consequência desta mística, um dos conceitos muito utilizados naqueles tempos e ainda nos de hoje tem sido o de empregabilidade.

Há uma utilização ideológica e política desse conceito, que consiste em transferir para o trabalhador a responsabilidade de estar desempregado. A empregabilidade ou a falta dela torna-se, assim, justificativa para a exclusão social e serve como instrumento para uma nova segmentação entre os trabalhadores: incluídos e excluídos do mercado de trabalho, em última análise, trabalhadores qualificados e não qualificados.

As relações entre qualificação profissional e emprego têm outras dimensões, que não as de causa e efeito entre ambos. A qualificação é parte de um sistema de ensino e aprendizagem que articula a transição entre a educação e o mundo do trabalho. O emprego é a materialização de uma relação social que se estabelece entre a força de trabalho e o capital, traduzida em várias formas de contratação e de remuneração. Nesta perspectiva, as relações existentes entre qualificação profissional e emprego devem ser articuladas no âmbito de um sistema público de emprego e, assim, traduzir-se em políticas públicas resultantes de pactos estabelecidos entre empresários, trabalhadores e governo.

O emprego é a materialização de uma relação social que se estabelece entre a força de trabalho e o capital, traduzida em várias formas de contratação e de remuneração

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO ATUAL: CONCEPÇÃO, MARCO LEGAL E PROGRAMAS

A partir de 1995, em meio ao debate que se seguiu entre os diversos atores sociais, no contexto daquelas mudanças verificadas no mundo do trabalho, o tema da qualificação profissional ganhou cada vez mais papel de destaque. Isso se refletiu nas alterações operadas do ponto de vista da institucionalidade da educação, com as reformas do ensino médio e profissional, e na implantação de projetos nacionais de qualificação profissional como o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor).

No âmbito do Ministério da Educação, ainda nos anos 1990, entrou em vigor a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996). A nova LDB resultou de um processo histórico de disputas político-ideológicas entre diferentes concepções e projetos para a educação nacional. No que se refere à educação profissional, elaborou-se, no início dos anos 1990, a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Em 1996, o Ministério da Educação (MEC) apresentou o Projeto de Lei 1.603/96, sobre educação profissional, que serviu de orientação para a edição do Decreto 2.208/97. Este decreto regulamentava a educação profissional e sua relação com o ensino médio, definindo os seus objetivos, desenvolvimento e níveis.

O Decreto 2.208/97 (BRASIL, 1997) foi motivo de acirrada polêmica entre os representantes dos trabalhadores na área da educação, especialistas e o governo. Entre as principais críticas a este decreto destaca-se a manutenção do dualismo que estabelece uma separação entre o ensino médio e profissional e gera, como consequência, sistemas e redes distintas. Neste sentido, o Decreto 2.208/97 contrapõe-se a uma visão de educação profissional como etapa que ocorreria quando da conclusão de uma escola básica unitária. Na avaliação de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 21), "trata-se de um decreto que expressava, de forma emblemática, a regressão social e educacional sob a égide do ideário neoconservador ou neoliberal e da afirmação e ampliação da desigualdade de classes e do dualismo na educação".

O Decreto 2.208/97 foi revogado pelo Decreto 5.154, que restabeleceu a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, na sua forma integrada. Esses mesmos autores chamam a atenção para o fato de que a edição desse último decreto foi uma tentativa de resgate da consolidação da base unitária do ensino médio, para que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas.

A Lei 11.741 introduziu a Seção IV-A e os artigos 36-A, B, C e D que tratam especificamente da educação profissional técnica de nível médio. Estes artigos estabelecem que o ensino médio[4], não abrindo mão dos aspectos que integram a formação geral do educando, pode configurar-se como uma etapa de preparação para o exercício de profissões técnicas. Ao tempo em que se assumiu que "a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional".

A Lei 11.741 introduziu a Seção IV-A e os artigos 36-A, B, C e D que tratam especificamente da educação profissional técnica de nível médio

Esses artigos fixam as novas formas de desenvolvimento e articulação da educação profissional técnica de nível médio no território nacional: 1) articulada com o ensino médio; e 2) subsequente, em cursos dirigidos a quem já tenha finalizado o ensino médio.

No caso da primeira forma, a dita lei especificou que é facultada a possibilidade de ser oferecida através de duas formas de articulação, quais sejam: 1) integrada (ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno); e 2) concomitante (ofertada a

O Decreto 2.208/97 foi revogado pelo Decreto 5.154, que restabeleceu a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, na sua forma integrada

4 Trata-se da etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, e terá como finalidades: 1) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; 2) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; 3) o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; 4) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso). Em se tratando dessa última situação, cabe destacar que ela pode ocorrer tanto na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis, quanto em instituições de ensino distintas, valendo-se das oportunidades educacionais preexistentes; ou então em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

A lei supracitada altera também o Capítulo III da LDB que trata da educação profissional e tecnológica e como esta se articula e se integra aos diferentes níveis e modalidades de ensino, sua organização por eixos tecnológicos e abrangência dos cursos a serem ofertados, sendo estes: 1) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; 2) de educação profissional técnica de nível médio, mencionado anteriormente; e 3) de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

As modificações ocorridas nos marcos legais decorrem tanto das mudanças de orientação e concepção imprimidas na educação profissional, a partir de 2003, quanto da importância que esta passa a assumir, desde então, no âmbito das diretrizes e programas emanados pelo MEC. Estas mudanças impactaram a educação profissional na perspectiva de reestruturação e ampliação da oferta deste nível de ensino em âmbito nacional. Seja mediante o fomento da articulação entre educação científica e educação profissional, por meio do ensino médio integrado ou do Proeja[5], seja através da expansão da rede federal, ou do fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica através do Programa Brasil Profissionalizado.

Criado em 2007, através do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, esse programa foi instituído com a perspectiva de estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. Entre os

As modificações ocorridas nos marcos legais decorrem tanto das mudanças de orientação e concepção imprimidas na educação profissional, a partir de 2003, quanto da importância que esta passa a assumir, desde então, no âmbito das diretrizes e programas emanados pelo MEC

seus objetivos podem ser listados: a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade da educação brasileira; o desenvolvimento e a reestruturação do ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos; a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais; o fomento e a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive na modalidade a distância; a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional; o incentivo ao retorno de jovens e adultos ao sistema escolar, favorecendo a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos; o fomento e a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação, e o fomento da oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

Em consonância com estas modificações, e como parte da política de desenvolvimento e valorização da educação profissional e tecnológica de nível médio, foi implantado, em 2008, o novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O catálogo relaciona 185 possibilidades de formação para o trabalho, organizadas em 12 eixos tecnológicos. São

5 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

formações de cursos técnicos de nível médio, validadas e amparadas por Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação.

Na perspectiva de quem o elaborou – o MEC juntamente com outros atores sociais que integram diferentes instâncias da sociedade brasileira –, tal catálogo assume o caráter de mais um importante mecanismo de organização e orientação da oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio. Em tempo, segundo avaliam, cumpre, igualmente, um papel de indutor na medida em que ressalta novas ofertas em diferentes nichos (tecnológicos, culturais, ambientais e produtivos).

Mais recentemente, foi criado, através da Lei nº 12.513, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No referido documento consta que os objetivos precípuos de tal programa são: 1) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; 2) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; 3) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; 4) ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional, e 5) estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Ainda de acordo com o teor da citada lei, o Pronatec deverá atender prioritariamente os seguintes públicos: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda, e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsistas integrais. Para lograr êxito nos seus intentos, tal programa prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. A expectativa é que delas resulte uma ampliação da oferta de vagas da ordem de oito milhões, contemplando brasileiros de diferentes perfis, num intervalo de tempo de quatro anos.

O Pronatec [...] para lograr êxito nos seus intentos, [...] prevê [...] a expectativa que delas resulte uma ampliação da oferta de vagas da ordem de oito milhões, contemplando brasileiros de diferentes perfis, num intervalo de tempo de quatro anos

COMPARANDO AS REALIDADES NACIONAL, NORDESTINA E BAIANA

Ao iniciar esta etapa do estudo, deve-se ter em mente que as mudanças referidas acima, em termos de concepção e orientação, são relativamente recentes, o que significa dizer que qualquer avaliação a respeito dessa política pública deve ser conduzida com cautela, não podendo, por via de consequência, assumir caráter conclusivo. Entretanto, os resultados objetivos já são visíveis nos indicadores, principalmente naqueles que expressam a ampliação da oferta de vagas nas escolas da rede pública destinadas à educação profissional, sugerindo que há, de fato, uma prioridade de políticas públicas voltadas para esse tipo de oferta educacional.

Baseando-se nos levantamentos que são feitos pelo poder público, precisamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), via Censo Escolar, é possível afirmar que, em que pesem as diferenças regionais intrínsecas à realidade brasileira, a educação profissional marca presença em todo o território nacional.

As informações do período 2007/2010, apontam que, no conjunto do país, o número de matrículas da rede estadual de educação profissional técnica de nível médio elevou-se, aproximadamente, em 57,3%, saindo do patamar de 253.194 para 398.238. É digno de nota o fato de essa

Tabela 1
Número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio (1), da rede estadual – Brasil, Nordeste e Bahia – 2007/2010

Brasil, Nordeste e Bahia	2007	2008	2009	2010	Variação 2007/2010	
					Abs.	(%)
Brasil	253.194	318.404	345.511	398.238	145.044	57,3
Nordeste	32.248	50.634	65.388	81.810	49.562	153,7
Bahia	8.537	12.658	24.224	33.443	24.906	291,7
Participação Bahia/Brasil (%)	3,4	4,0	7,0	8,4	17,2	-
Participação Bahia/Nordeste (%)	26,5	25,0	37,0	40,9	50,3	-

Fonte: INEP-Censo escolar.
Elaboração: Dieese.
(1) Os tipos de oferta considerados foram: integrada ao ensino médio, concomitante e subsequente.

expansão ter sido bem inferior àquela que foi contabilizada na região Nordeste (153,7%). Saliente-se que uma parte muito significativa desses crescimentos registrados no conjunto do país e no Nordeste se deveu ao notável incremento no número de matrículas da rede estadual baiana. Nesse intervalo de tempo, a Bahia foi, sem dúvida, um dos estados da Federação que mais se notabilizaram nesse particular, respondendo, respectivamente, por 17,2% e 50,3% das variações observadas no número de matrículas de toda a rede estadual brasileira e nordestina (Tabela 1).

Em função da ocorrência desse fenômeno, a Bahia ampliou substantivamente a representatividade que possuía no quesito número de matrículas da rede estadual de educação profissional no plano nacional. Ainda avaliando as informações que constam da Tabela 1, vê-se que tal participação mais que dobrou, saindo de 3,4% para 8,4%. Movimento semelhante também foi percebido no contexto regional, tendo em vista que a Bahia reunia 26,5% do total de matrículas e passou a congregar 40,9%.

Tal movimento traduziu-se numa elevação bem mais expressiva da proporção de matrículas da rede estadual de educação profissional técnica de nível médio no total de matrículas deste segmento da educação profissional na Bahia *vis-à-vis* as que foram verificadas nacional e regionalmente. Em termos mais precisos, saiu-se, na Bahia, de uma realidade na qual essa proporção era de 39,9% e saltou para 68,9%. Enquanto isso, no Brasil essa proporção experimentou discreta subida, movendo-se do patamar de 32,5% para 34,9%. Já no Nordeste, por conta da influência dos números baianos, a movimentação desse indicador foi mais intensa, ampliando sua participação de 31,7% para 43% (Tabela 2).

Tabela 2
Percentual de matrículas na educação profissional técnica de nível médio (1), da rede estadual no total de matrículas deste segmento da educação profissional
Brasil, Nordeste e Bahia – 2007/2010

Brasil, Nordeste e Bahia	2007	2008	2009	2010
Brasil	32,5	34,3	33,3	34,9
Nordeste	31,7	37,9	40,4	43,0
Bahia	39,9	46,2	62,0	68,9

Fonte: INEP-Censo escolar.
Elaboração: Dieese.
(1) Os tipos de oferta considerados foram: integrada ao ensino médio, concomitante e subsequente.

O PLANO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

Depois de apresentadas, na seção anterior, algumas estatísticas que revelam um pouco da performance quantitativa da oferta de educação profissional de nível médio na Bahia *vis-à-vis* aquela que é constatada nas escalas nacional e nordestina, é chegado o instante de expor as concepções que dão substância à atual política pública de educação profissional que é levada a cabo no território baiano. Para fazer isso é necessário que seja consultado o Plano de Educação Profissional do referido estado, instituído em 2007. Quando isso feito, a primeira nuance que salta aos olhos é o fato de que quem o concebeu denominá-lo de proposta pedagógica arrojada.

A teoria não se separa da prática, que deve ser vivenciada e experimentada em situações concretas de trabalho, na intervenção social e na construção de conhecimentos como princípios pedagógicos

Essa adjetivação, segundo os seus formuladores, justifica-se porque, em tal plano, se assume o trabalho como princípio educativo, uma pedagogia do trabalho, em que a teoria não se separa da prática, que deve ser vivenciada e experimentada em situações concretas de trabalho, na intervenção social e na construção de conhecimentos como princípios pedagógicos. Os pilares que lhe dão sustentação são as relações ciência-tecnologia-sociedade – as ciências naturais, as ciências humanas e as linguagens – como base científica para o aprendizado das tecnologias, e as relações trabalho-educação-desenvolvimento, no âmbito dos territórios, suas identidades, história e cultura como fonte de contextualização dos conteúdos. Além desses, destaca-se outro princípio que é a gestão democrática através da participação e do controle social.

Esta proposta contempla um percurso formativo que integra disciplinas que compõem um núcleo comum com o ensino médio, disciplinas de formação técnica geral e disciplinas de formação técnica específica. Nesta perspectiva, a educação profissional é indissociável da educação básica, propondo-se a formar o sujeito trabalhador em sua integralidade. Além disso, esta concepção tem como valores: a solidariedade, o trabalho coletivo, o respeito à diversidade, a cultura de paz, a responsabilidade com a sociedade e a transformação social.

A operacionalização desta concepção da educação profissional requer um tratamento próprio e adequado às suas necessidades e peculiaridades, no que se refere ao padrão de financiamento e ao modelo de gestão que possam assegurar-lhe autonomia pedagógica, administrativa e financeira nos seus processos de ensino-aprendizagem. Por esses motivos, os Ceteps guardam entre si grande diversidade no que tange às atividades que desenvolvem comparativamente às outras unidades educacionais.

Esse traço de heterogeneidade é um dos aspectos a que deve ser dada atenção especial, quando se tem a intenção de descortinar quais são os seus custos ao disponibilizarem serviços à sociedade. A rigor, esta diversidade e esta heterogeneidade refletem-se em exigências em termos de aportes relacionados a infraestrutura física, corpo docente, pessoal de apoio, material didático e de manutenção, entre outras.

Em virtude dessas características particulares e especiais, a educação profissional diferencia-se das demais modalidades de ensino. As instituições que se dedicam ao seu desenvolvimento – no caso particular da rede pública estadual da Bahia, os Ceteps – acabam assumindo feições com relativo grau de complexidade, na medida em que devem, por exemplo, conciliar/harmonizar, perfeitamente, nos processos de ensino-aprendizagem que executam, os conteúdos teóricos propedêuticos e específicos, voltados a uma dada formação (ministrados, no mais das vezes, em salas de aulas convencionais), com os de caráter prático/empírico (desenvolvidos, quase sempre, nos espaços de oficinas, ateliês, laboratórios fixos e móveis, a exemplo de barcos e caminhões).

Desde o ano de 2007, a prerrogativa de planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do estado, políticas, programas, projetos e ações de educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional, cabe à Superintendência de Educação Profissional (Suprof). A criação desta superintendência, por meio da Lei Estadual 10.955, de 21 de dezembro de 2007, faz parte do processo de reestruturação da educação profissional na Bahia, ao tempo em que se constitui em elemento garantidor da sua efetividade.

Para dar vencimento a parte das suas atribuições, pelo menos aquelas que dizem respeito aos objetivos de ampliação da oferta e reestruturação da educação

profissional, essa instituição lançou mão da estratégia de fazer uso de estruturas ociosas existentes na rede estadual de educação. É óbvio que a investida nessa direção exigiu uma soma expressiva de recursos[6], posto que muitas dessas unidades escolares subutilizadas careciam de adequações e modernizações para atender às especificidades da educação profissional. Destarte, muitas delas sofreram intervenções físicas que foram desde reformas e ampliações até a construção e equipagem de laboratórios e montagem do acervo bibliográfico.

Essas transformações da estrutura física se fizeram acompanhar por alterações pedagógicas e simbólicas que procuraram traduzir o sentido das mudanças na concepção de educação profissional que se queria levar adiante. Precisamente, as de caráter pedagógico decorriam do fato de que passou a assumir o trabalho como princípio educativo, a relação trabalho-educação-desenvolvimento e a ciência-tecnologia-sociedade como base das matrizes curriculares dos cursos ofertados.

Como parte das mudanças implantadas, o Decreto 11.355 criou os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional. Sendo que os primeiros têm como função precípua o atendimento daquelas demandas tidas como estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado, e se caracterizam pela oferta de educação profissional em todas as suas modalidades, com ênfase nas seguintes: 1) formação inicial e continuada; 2) educação profissional técnica de nível médio, nas variantes integrada e subsequente; 3) educação profissional integrada à educação de jovens e adultos (Proeja); 4) educação profissional a distância (semipresencial), e 5) educação tecnológica. Já os segundos devem voltar-se à satisfação das demandas consideradas relevantes nos territórios de identidade[7] baianos

O Decreto 11.355 criou os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional. Sendo que os primeiros têm como função precípua o atendimento daquelas demandas tidas como estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado

e se caracterizam pela oferta de educação profissional, no âmbito de cada território, nas mesmas modalidades listadas anteriormente para os Centros Estaduais, à exceção da educação tecnológica.

Em que pese a intenção do legislador de fazer constar, no referido decreto, um leque variado e amplo de modalidades de oferta de educação profissional, os cursos de educação profissional oferecidos atualmente na rede estadual baiana estão organizados em somente quatro modalidades e/ou formas de desenvolvimento e articulação, das cinco possíveis, as quais mantêm, sabidamente, estreita sintonia com aquelas definidas na LDB. A mais representativa delas, posto que reunia, em 2010, o maior contingente de alunos matriculados, é a educação profissional integrada ao ensino médio. Nesta modalidade, como o próprio nome sugere, os cursos de educação profissional são integrados ao ensino médio, têm duração de quatro anos e dirigem-se aos estudantes que concluíram o ensino fundamental na rede pública. Nesses cursos, a formação integra a educação profissional ao ensino médio, desde o primeiro ano, e, após a conclusão, o formando pode prosseguir os estudos na educação superior e/ou, como detentor de um diploma de técnico de nível médio, adentrar o mundo do trabalho em condições mais favoráveis.

6 Embora tenha sido significativa a cifra de recursos destinados à ampliação da oferta da educação profissional na Bahia, os valores foram possivelmente inferiores àqueles requisitados em outras unidades da Federação para o mesmo fim. Isso porque, em vários estados, optou-se por edificar novas unidades escolares, em vez de utilizar aquelas que estivessem ociosas.

7 Considera-se território de identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos que é reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

Outra modalidade é a subsequente. Nela, os cursos técnicos são oferecidos para aquelas pessoas que concluíram o ensino médio e desejam retornar aos bancos escolares para fazer a formação profissional. Normalmente, os cursos que a integram caracterizam-se por estenderem-se entre um ano e meio a dois anos.

A terceira modalidade refere-se ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja), a qual, como o próprio nome já evidencia, oferece cursos direcionados a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos. Este programa oferta educação profissional técnica de nível médio, de forma integrada ou concomitante, e Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, integrada ou concomitante aos níveis fundamental e médio. Estes cursos duram de dois a três anos, dependendo do eixo tecnológico e da ocupação a que eles se destinam. A quarta diz respeito à modalidade semipresencial, disponibilizada a partir de 2011, na qual os conteúdos programáticos são repassados da seguinte forma: a parte teórica é realizada a distância, enquanto a parte prática é levada a termo nas escolas da rede estadual.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional [...] oferta educação profissional técnica de nível médio, de forma integrada ou concomitante, e Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, integrada ou concomitante aos níveis fundamental e médio

As lentes pelas quais se analisam a dinâmica e os desígnios da educação profissional ofertada pela rede pública estadual são praticamente as mesmas que servem ao propósito de avaliar a educação tida como mais tradicional

Identificados esses pontos, é fundamental reconhecer que, por conta do desenrolar das circunstâncias que se sucederam, alinhadas as opções políticas/ideológicas dos gestores da rede pública estadual baiana de educação profissional, evoluiu-se consideravelmente no campo da concepção que lhe confere sentido, bem como nos valores quantitativos que expressam a magnitude de sua importância quando são analisados os grandes números da educação pública no estado.

Todavia, ainda são tímidas, dada a envergadura do que precisa ser feito, as investidas do poder público no sentido de revisar o modelo de gestão atualmente em vigor. Infelizmente, as lentes pelas quais se analisam a dinâmica e os desígnios da educação profissional ofertada pela rede pública estadual são praticamente as mesmas que servem ao propósito de avaliar a educação tida como mais tradicional, e que também é oferecida pelo estado.

A configuração desse quadro decorre da confluência de certas situações. Inicialmente, não se pode esquecer que as estruturas que primeiro foram mobilizadas para levar a cabo a intenção dos gestores públicos de ampliar a oferta de educação profissional na rede pública estadual foram, precisamente, aquelas que já se dedicavam à oferta de educação tradicional. Sendo assim, eles lançaram mão – implantando, é claro, algumas adaptações – de um arcabouço preexistente em termos de infraestrutura física e de pessoal para levar adiante esse seu projeto.

Tinha-se aí o desenho daquela situação em que um servo, no caso, algumas escolas estaduais, teria que atender, concomitantemente, aos interesses de duas senhoras: a educação profissional e a tradicional.

Some-se a isso o fato de que, no afã bem intencionado de imprimir novo ritmo à educação profissional na Bahia, tais gestores também criaram estruturas novas que passariam a se dedicar a ofertar educação profissional. Em que pese o fato de, nessa situação, o hibridismo descrito acima não se verificar – haja vista que foram criadas infraestruturas físicas e de pessoal voltadas ao atendimento exclusivo dos interesses dessa educação – continuou-se a conviver com a lacuna representada pela falta de um modelo de gestão que estivesse em consonância com os ditames e as exigências da educação profissional.

Nesse sentido, com a criação das citadas estruturas, tinha lugar uma ambiência que redefinia por completo, pelo menos no plano da aparência, as feições do fenômeno, no caso, a maneira pela qual se disponibilizava à sociedade baiana o tipo de educação em discussão. Contudo, mantinham-se praticamente incólumes alguns aspectos intrinsecamente ligados ao campo da essência, especialmente aqueles seus elementos imateriais, que também lhe dão substância e a fazem reproduzir-se no tempo, como é o caso, por exemplo, das características que definem e exprimem o seu modelo de gestão, o qual mimetiza, quase que integralmente, o modelo de gestão da educação tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pontuado na abertura deste estudo, sua pretensão era construir um quadro que permitisse a observação de como evoluiu a oferta de educação profissional na rede estadual baiana, no intervalo de tempo que vai do ano de 2007 a 2010, *vis-à-vis* a constatada no plano nacional e regional (Nordeste). Pelo que se viu, as alterações em curso, notadamente quando se analisa a experiência baiana, têm assumido a dimensão de uma verdadeira revolução nos parâmetros quantitativos e qualitativos que definem e expressam a oferta desse tipo de educação. Essa linha de raciocínio é especialmente defensável se são tomados como pertinentes todos os quesitos e prerrogativas que constam dos documentos oficiais que, atualmente, estabelecem as bases de operação da educação profissional na mencionada rede.

Não obstante, seria imprudente concluir que, em face da vigência desse contexto de mudanças, a educação profissional na Bahia alcançou um patamar/nível de excelência. Pelas informações que foram discutidas, não se pode chegar a tal arremate interpretativo, uma vez que elas não conseguem dar conta de toda a gama de situações e exigências que são requeridas para assegurar que a oferta dessa modalidade de educação ocorra a partir de critérios que garantam padrões plenos de qualidade.

Isso, ao mesmo tempo em que revela certa limitação do trabalho, abre novas possibilidades de análise, tornando oportuno o lançamento de outras iniciativas investigativas que procurem revelar algumas outras feições da oferta de educação profissional da rede pública na Bahia. Com efeito, seria muito bem-vinda, por exemplo, uma investigação que procurasse descortinar certos aspectos relacionados à estrutura física dos Ceteps, com vistas a fornecer uma dimensão mais pormenorizada do porte desses empreendimentos educacionais. O interesse de um inquérito dessa natureza estaria voltado para o detalhamento do número de salas de aula, laboratórios, oficinas, bem como para saber se eles eram providos de bibliotecas, auditórios, quadras de esporte ou outros espaços onde o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos da educação profissional possa se concretizar.

Para finalizar, resta dizer que, para que os processos já mencionados de reformulação e expansão por que passa a educação profissional na Bahia ocorram de forma plena, deve-se alterar a estabilidade dos seus processos de gestão. Isso exige, dentre outras coisas, um olhar sobre outras experiências e uma apropriação coletiva por parte dos atores sociais, governamentais e equipes operacionais dos novos modelos, processos e fluxos que nortearão a gestão da política de educação profissional da Bahia, sob pena de a instabilidade gerada inviabilizar a sustentabilidade dessa política pública.

Essa é, por certo, uma linha de ação que só pode ser encampada por governos que tenham no seu cerne o espírito democrático, que almejem construir um

processo de cooperação, coordenado e capaz de articular conhecimentos, atores e instituições, tentando restaurar ao estado a capacidade de agir na plenitude de suas funções de regulação e distribuição equitativa dos bens e riquezas sociais. Só dessa maneira é que eles conseguirão implantar políticas públicas sustentáveis e serviços públicos adequados ao tamanho do desafio que enfrentam, sobretudo quando se trata de diminuir iniquidades e promover a cidadania.

Não se pode deixar de mencionar que a efetivação de políticas públicas no campo da educação, de modo geral, e da educação profissional, de maneira específica, não tem sido, nos últimos tempos, um desafio trivial para boa parte dos governos e das sociedades. Muitas vezes, tais políticas esbarram em uma lógica que apregoa a diminuição do estado e que dá origem a processos que enfraquecem a cidadania e rebaixam a qualidade do serviço público, uma vez que a demanda social passa a ser tratada como residual e a resposta a ela assume feições compensatórias e transitórias.

Nesse esquema, por conseguinte, não se estabelecem políticas públicas efetivas e muito menos condições para a sua sustentabilidade. Por essa razão, a determinação, que se constata nos dias de hoje, do Governo do Estado da Bahia de reformar e expandir a educação profissional no estado, parece contrapor-se a essa perspectiva, posto que se coaduna, ao menos no plano do discurso, com a visão daqueles que defendem a ampliação dos direitos sociais e o aperfeiçoamento das condições de acesso aos serviços públicos.

REFERÊNCIAS

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação profissional no Brasil e opções metodológicas de pesquisa: elementos para o debate. *B. Téc. Senac*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, jan./abr. 2006.

BAHIA. Decreto nº 11.355, de 04 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/75464/decreto-11355-08-bahia-ba>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BAHIA. Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, disciplina o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia e o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, em observância ao art. 249, da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 22 e 23 dez. 2007. Disponível em: <http://www.saeb.ba.gov.br/vs-arquivos/HtmlEditor/file/lei_est_10_955_21-12-07_modifica_aestruturaorganiza.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 30 maio 2002. Disponível em: <http://www.homologacao.php.ba.gov.br/educacao/sites/default/files/canal_institucional/arquivos/PublicacoesEstatutoMagisterioPublico_EF_EM.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio; nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 28 mar. 2012.

_____. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em: 30 jan. 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: <http:// http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº 5,154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <http://http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN03%20CIAVATTA,%20M.,%20FRIGOTTO,%20G.,%20RAMOS,%20M. pdf>. Acesso em: 27 ago. 2011.

GRABOWSKI, Gabriel. *Financiamento da educação profissional no Brasil*: contradições e desafios. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Escolar*. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/censo/escolar/Sinopse/sinopse.asp. Acesso em: 20 out. 2011.

_____. *Microdados*. Disponível em: http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/acessar.htm. Acesso em: 20 out. 2011.

KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educ. Soc.*, Campinas, SP, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Especial.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34 jan./abr. 2007.

A implementação da Basileia III e seus efeitos sobre os bancos brasileiros

Carlos Borel
Economista graduado pela Universidade Salvador; assessor financeiro do Ibametro

A fragilidade do sistema bancário de qualquer país pode ameaçar a estabilidade financeira mundial. A necessidade de sistemas financeiros mais sólidos e estáveis em todo o mundo tem sido discutida há bastante tempo por diversas organizações, como o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia[1], o Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Após a crise econômica que abalou o sistema financeiro mundial em 2008, o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia divulgou as novas recomendações que garantem maior solidez ao sistema bancário global. Assim foi criada a terceira edição de suas propostas regulamentares, o Acordo de Basileia III.

Um sistema bancário forte e resistente é a base para um crescimento econômico sustentável, já que os bancos são cruciais no processo de intermediação de crédito entre poupadores e investidores. Na crise mundial de 2008 houve uma excessiva e desequilibrada alavancagem do setor bancário de diversos países. Houve a perda gradual do nível e da qualidade da sua base de capital, ao mesmo tempo em que os níveis de liquidez eram insuficientes. Por esse motivo, o sistema bancário não foi capaz de absorver as perdas sofridas e nem conseguiu suportar as reintermediações das enormes exposições fora do balanço que se acumularam em suas áreas menos regulamentadas. Portanto, não sem motivos, no auge da crise, o mercado perdeu a confiança na solvência e na liquidez de diversas instituições bancárias, e os problemas do setor bancário foram transmitidos rapidamente para o resto do sistema financeiro e da economia real, provocando contração generalizada de liquidez e do crédito disponível. Vistos o alcance e a rapidez com que foram transmitidas as últimas crises em todo o mundo, e levando-se em conta a imprevisibilidade de futuras crises, de modo a fazer frente a eventuais choques adversos, torna-se essencial o fortalecimento mundial do setor bancário.

No final de 2010, o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia emitiu novas regras e propostas de reforma da regulamentação bancária denominada de Basileia III. Em virtude dos Acordos I e II mostrarem-se ineficazes, no sentido de evitar a grave crise econômica que afetou o mundo em 2008, houve a necessidade de reforçar o setor bancário, tornando-o mais resistente e mais capacitado para lidar com crises financeiras. As novas recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia visam aumentar a qualidade e, principalmente, a quantidade da base do capital regulador, bem como melhorar a cobertura de risco da estrutura de capital. Soma-se a essas medidas um índice de alavancagem, que atua como respaldo das medidas de capital baseadas no risco, projetado para impedir a alavancagem excessiva no sistema bancário e proporcionar maior proteção ante os riscos e erros de medição. O Comitê de Supervisão da Basileia também introduziu na estrutura de capital vários elementos macroprudenciais no intuito de conter os riscos sistêmicos decorrentes da pró-ciclicidade e a interligação entre as instituições financeiras.

1 Altos representantes de autoridades de supervisão bancária e bancos centrais da Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Coreia, Espanha, Estados Unidos, França, Hong Kong, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Países Baixos, Reino Unido, Rússia, Singapura, África do Sul, Suécia, Suíça e Turquia.

Entre as novas modificações do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia encontra-se, também, a inserção do Capital de Conservação e do Capital Contracíclico. O primeiro – a ser constituído a partir de 1° de janeiro de 2016 – corresponderá a um montante complementar às exigências mínimas regulamentares, com o propósito de aumentar o mínimo exigido em períodos favoráveis do ciclo econômico (para que este seja utilizado em períodos de estresse). Já o Capital Contracíclico será requerido em caso de crescimento excessivo do crédito associado a potencial acumulação de risco sistêmico. Seu objetivo será assegurar que o capital mantido pelas instituições financeiras contemple os riscos decorrentes de alterações no ambiente macroeconômico.

Como a atual regulamentação prudencial do Brasil é mais rígida em relação aos Acordos de Basileia, as instituições financeiras do país poderão, com mais facilidade, se ajustar às novas regras. Um exemplo positivo dessa maior regulamentação foi visto no colapso de 2008, quando os bancos brasileiros pouco foram afetados e acabaram por sair mais rápido da grande crise mundial.

Tabela 1
Requerimentos para o capital regulamentar, comparativamente aos atualmente adotados no Brasil, considerando o adicional de capital principal

	Brasiléia II	Brasil – Hoje	Brasiléia III (requerimento mínimo + adicional)
Capital Principal	2%	4,6% (1)	7% – 9,5%
Nível I	4%	5,5%*	8,5% – 11%
Patrimônio de Referência	8%	11%	10,5% – 13%

Fonte: autoria própria, com base nos dados do Bacen (2013).
(1) Limites implícitos.

O que se pode afirmar é que os bancos brasileiros certamente se tornarão menos rentáveis, no mínimo, no curto prazo. Também não se pode deixar de falar que as novas regras do Acordo de Basileia III, por serem ainda mais rígidas, tendem a diminuir o volume de concessão de crédito. Além disso, parte do Patrimônio de Referência dos bancos brasileiros está fora dos padrões exigidos pelas modificações do Acordo de Basileia III, o que impactará no crescimento econômico do país, visto que o crédito tende a ser reduzido.

É fato conhecido que os Acordos de Basileia buscam aprimorar a estrutura e a capacidade das instituições financeiras de absorverem perdas decorrentes de possíveis e futuras crises bancárias. As regras de capital visam reduzir a probabilidade e a gravidade dessas crises e, com isso, minimizar seus efeitos sobre a economia. Apesar do longo prazo estabelecido para adaptação e implementação do Acordo de Basileia III, é possível afirmar que este deixará as instituições financeiras mais seguras e com ativos menos arriscados. Esse conjunto de novas recomendações vai reduzir a probabilidade e a severidade de futuras crises financeiras, assim como assegurar um sistema financeiro internacional mais sólido e resistente. No Brasil, a regulamentação sempre foi mais conservadora que as regras internacionais, o que posiciona os bancos brasileiros numa situação melhor que os estrangeiros. Por isso, também será mais fácil para os bancos brasileiros adaptarem-se às novas regras do Acordo de Basileia III. De forma geral, o Banco Central do Brasil criou um cronograma com tempo suficiente para que as instituições financeiras adaptem-se, e isto deverá ocorrer sem nenhum maior problema.

O estado da Bahia deverá atrair cerca de **433 empreendimentos** até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industrias que estão previstos para o estado da Bahia, devem até o ano de 2015 concretizar R$ 71,4 bilhões, aonde se espera que sejam implantadas e/ou ampliadas cerca de 433 empresas de diversos setores e que deverão gerar cerca de 84.695 mil empregos diretos até 2015.

O maior volume de investimentos previstos será alocado no Território Metropolitano de Salvador com inversões que chegam a R$ 20 bilhões e a implantação/ampliação de 183 empresas. Destacam-se também os Território Sertão Produtivo, com um volume esperado de aproximadamente R$ 11,7 bilhões alocados em 14 projetos.e o Território Sertão do São Francisco, estando previstos inversões de aproximadamente R$ 9,7 bilhões.

Por complexo de atividade, destaca-se o complexo Outros com inversões previstas que chegam a R$ 35 bilhões, totalizando 52 projetos de empresas com a intenção de se instalar no estado. Destaca-se aí, inversões para a área de energia eólica, gás natural e solar. Estes investimentos referem-se ao projeto de criação de parques eólicos no estado que estão sendo viabilizados em diversos municípios. .

No complexo Atividade Mineral e Beneficiamento, o volume previsto também é expressivo, e deve chegar a aproximadamente R$ 17,3 bilhões, a partir de 12 projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais.

No complexo Químico-petroquímico estão previstos um volume de R$ 9 bilhões o que envolve a intenção de 115 empreendimentos de se implantarem no estado até 2015.

No complexo Metal-mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R$ 5,5 bilhões a partir de 51 projetos. Neste complexo destaca-se a previsão de ampliação da produção de uma grande empresa do setor e a implantação da fabricante de veículos automotores Jac Motors, que irá investir cerca de R$1,4 bilhões aproximadamente em uma unidade industrial no município de Camaçari, tendo já anunciado a construção da sua fábrica.

Além disso, está previsto também a montadora Foton Motors com previsão de instalação de uma fábrica para produzir carros e caminhões no município de Camaçari. Esta montadora pretende investir um volume de aproximadamente R$ 228 milhões e gerar 1.014 mil empregos diretos.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve , vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano com a diversificação da sua matriz industrial, e conseqüentemente traz benefícios para a sua economia. Esta ação governamental com o objetivo de desenvolver a industria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade – Bahia – 2012-2015

Complexo	Volume (R$ 1.000,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.577.197.049	92	5,0	21,0
Atividade mineral e beneficiamento	17.281.650.000	12	24,2	3,0
Calçados/têxtil/confecções	159.361.896	37	0,2	9,0
Complexo madeireiro	92.982.800	17	0,1	4,0
Eletroeletrônico	183.693.955	29	0,3	7,0
Metal-mecânico	5.524.810.000	51	7,7	12,0
Químico-petroquímico	9.025.426.000	115	12,6	27,0
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,0
Transformação petroquímica	527.000.000	26	0,7	6,0
Outros	35.005.500.000	52	49,0	12,0
Total	**71.385.421.700**	**433**	**100,0**	**100,0**

Fonte: SICM.
Elaboração: SICM/COINC.
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/2012.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Território de Identidade – Bahia – 2012-2015

Território	Volume (R$ 1.000,00)	Nº. Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.876.546.000	13	3,0	3,0
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0,0	0,0
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,0
Bacia do Rio Grande	1.413.035.000	22	2,0	5,0
Baixo Sul	1.380.000.000	3	2,0	1,0
Chapada Diamantina	3.420.000.000	3	5,0	1,0
Costa do Descobrimento	739.550.000	14	1,0	3,0
Extremo Sul	559.805.000	6	1,0	1,0
Irecê	2.165.000.000	2	3,0	0,0
Itaparica	12.000.000	2	0,0	0,0
Litoral Norte e Agreste Baiano	3.705.000.000	16	5,0	4,0
Litoral Sul	3.087.148.955	25	4,0	6,0
Médio Rio de Contas	188.107.270	12	0,0	3,0
Médio Sudoeste da Bahia	16.500.000	2	0,0	0,0
Metropolitano de Salvador	20.083.729.475	183	28,0	42,0
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	1,0	0,0
Piemonte do Paraguaçu	3.000.000	2	0,0	0,0
Piemonte Norte do Itapicuru	2.000.000.000	1	3,0	0,0
Portal do Sertão	597.650.000	36	1,0	8,0
Recôncavo	1.916.360.000	24	3,0	6,0
Semiárido Nordeste II	6.000.000	1	0,0	0,0
Sertão do São Francisco	9.719.000.000	18	14,0	4,0
Sertão Produtivo	11.681.500.000	14	16,0	3,0
Sisal	333.940.000	5	0,0	1,0
Vale do Jequiriçá	323.800.000	5	0,0	1,0
Velho Chico	5.220.000.000	4	7,0	1,0
Vitória da Conquista	60.750.000	17	0,0	4,0
Total	**71.385.421.700**	**433**	**100,0**	**100,0**

Fonte: SICM.
Elaboração: SICM/Coinc.
Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/12/2012.

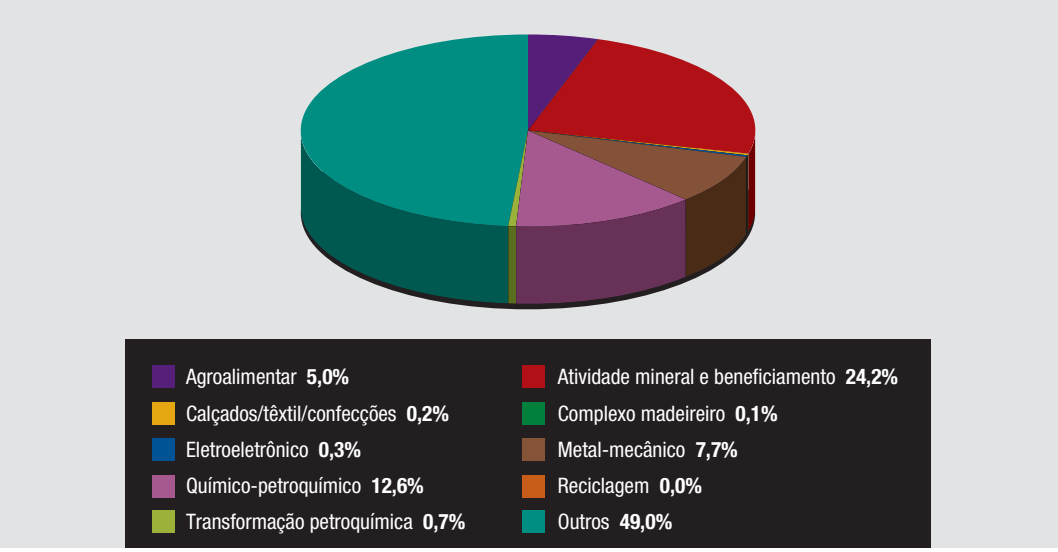


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2012-2015

Fonte: SICM.
Elaboração: SICM/Coinc.
Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/12/2012.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

O MAIOR PLANO DE SAÚDE DA BAHIA

Nos últimos anos, o Planserv mudou muito e para melhor. Hoje o plano cuida de 465 mil baianos e tem cada vez mais a confiança de médicos e hospitais em todo o estado.

0800 56 6066

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO | Bahia GOVERNO TERRA DE TODOS NÓS

WWW.PLANSERV.BA.GOV.BR

CONTABILIDADE DE CUSTOS – TEORIA, PRÁTICA, INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES (ERP)

O livro *Contabilidade de Custos, Teoria, Prática, Integração com Sistemas de Informações (ERP)* tem como objetivo apresentar um painel geral da contabilidade de custos, abrangendo tanto os aspectos contábeis quanto os gerenciais, a partir de uma abordagem metodológica que permite a compreensão dos conceitos básicos até sua aplicabilidade empresarial. Contemplando temas como Organização dos Sistemas de Custos no Enterprise Resource Planning (ERP), Introdução à Precificação (Pricing) e Política de Redução de Custos e Gestão do Lucro, apresenta novos modelos de análise de custos e rentabilidade.

CULTURA ORGANIZACIONAL – CONSTRUÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E MUDANÇAS

As fusões, incorporações e alianças estratégicas que ocorrem com frequência cada vez maior em organizações do mundo todo têm realçado cada vez mais a importância do estudo da cultura organizacional fundamental para o sucesso desses processos. Os bons resultados dependem da maneira como ocorre a integração de duas ou mais culturas, permitindo a formação saudável de uma nova cultura dominante. Este livro aprofunda os temas centrais tradicionais dos estudos de cultura organizacional como seu processo de formação, as subculturas, suas funções, os elementos configuradores, entre outros. Prioriza a análise da organização como uma microssociedade, que apresenta uma estrutura social própria, com valores específicos e que se mantém ao longo do tempo, mesmo com a troca de integrantes.

ESTRATÉGIA, OPERAÇÕES E INOVAÇÃO – PARADOXO DO CRESCIMENTO

O livro *Estratégia, Operações e Inovação – Paradoxo do Crescimento* tem como objetivo apresentar uma nova abordagem de negócios, relacionando a tomada de decisão estratégica aos modelos operacionais e à inovação. Partindo do pressuposto de que o contexto atual das organizações é complexo, dinâmico e competitivo, exigindo uma análise de cenários mais aprofundados, a obra oferece aos leitores uma nova forma de pensamento sistêmico para a tomada de decisão, com foco no crescimento sustentável e na longevidade dos negócios.

Escrito por professores com experiência acadêmica e executiva, o livro tem como diferencial a apresentação de estudos de caso de empresas brasileiras e internacionais, relacionando a teoria à prática empresarial e aos desafios de fazer negócios no Brasil.

CRIE SUA PRÓPRIA ECONOMIA

O livro *Crie sua Própria Economia – O Caminho para a Prosperidade num Mundo em Desordem*, de Tyler Cower, economista e analista comportamental, reflete sobre o mundo contemporâneo e sugere estratégias para o indivíduo se adequar ao fluxo e à velocidade das informações.

O autor analisa como as redes sociais e a internet vêm modificando, de forma radical, nossa maneira de ser e estar no mundo, com desejos cada vez mais específicos e particulares. Para Cower, as mudanças que estão se processando no mundo irão valorizar ainda mais o conhecimento, melhorar a educação e enriquecer campos do pensamento humano como a literatura, a filosofia e a política. O livro evidencia o poder que cada indivíduo tem de planejar e controlar sua vida, criando a sua própria economia, independentemente de as supostas forças econômicas estarem ou não ao seu lado.

GESTÃO EMPRESARIAL EM GOTAS

O livro *Gestão Empresarial em Gotas* destaca a importância de se gerir uma empresa focando em quatro temas: planejamento, processos, pessoas e projetos. Apresenta informações metodológicas e bibliográficas sobre esses quatro temas da gestão empresarial, considerados essenciais para o entendimento do adequado funcionamento tanto de grandes empresas como as transnacionais, como das médias, pequenas ou microempresas. De acordo com a obra, esse entendimento irá garantir prosperidade aos acionistas, clientes, fornecedores, funcionários e à sociedade em geral.

MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS – O PERFIL DA EMPRESA E DO COLABORADOR

No mundo atual, as transformações são constantes, exigindo das organizações estratégias de adaptação aos processos de mudança. No livro *Mudanças Organizacionais: O Perfil da Empresa e do Colaborador*, a complexidade da mudança organizacional é abordada através de temas como cultura nacional e organizacional, fatores que desencadeiam as mudanças, estruturas organizacionais, novas formatações de trabalho, criatividade e inovação, diversidade da força de trabalho, sustentabilidade empresarial, entre outros que provocam impactos e alterações no perfil da empresa e do colaborador. A obra reflete sobre a temática de maneira simples e didática, em linguagem acessível, com histórias e exemplos do cotidiano, apresentando sugestões e propostas de ações.

Conjuntura Econômica Baiana

Em 2012, quando comparado com o ano anterior, observando os principais indicadores da conjuntura econômica baiana, notou-se que todas as atividades econômicas assinalaram expansão, exceto no emprego industrial, que apresentou retração no período em questão. Vale destacar que, mesmo com a retração do registrado no emprego e no rendimento, o comércio varejista mantém a tendência expansionista.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), comparada com o mesmo período do ano anterior, a taxa da produção industrial baiana acumulou acréscimo de 4,2%. Dos oito segmentos da indústria de transformação (4,5%), sete apresentaram aumento no período, com destaque para *produtos químicos* (9,9%) e *refino de petróleo e produção de álcool* (5,2%), pressionados pela maior fabricação de etileno não saturado e polietileno de alta e baixa densidade e de gasolina e Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Os segmentos de *celulose e papel* (3,2%), *borracha e plástico* (10,8%), *alimentos e bebidas* (1,0%), *minerais não metálicos* (3,4%) e *veículos automotores* (1,2%) também influenciaram positivamente o indicador. Por sua vez, a única influência negativa veio de *metalurgia básica* (-10,0%).

Nessa mesma análise, a indústria extrativa mineral ficou relativamente estável no período.

O comportamento apresentado na atividade industrial foi totalmente oposto àquele observado no indicador do nível de pessoal ocupado da indústria baiana, que apresentou retração em 2012, tanto na indústria geral (-2,7%) como na indústria de transformação (-3,0%), enquanto que a indústria extrativa mineral apontou, no mesmo período, expansão no emprego (4,2%), conforme dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE. As principais contribuições negativas vieram dos segmentos de *fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-14,3%), *calçados e couro* (-11,7%), *madeira* (-9,1%), *têxtil* (-5,7%) e *alimentos e bebidas* (-3,6%).

A balança comercial baiana fechou o ano com expansão, tanto nas exportações (2,3%) como nas importações (0,2%). As exportações somaram US$ 11,3 bilhões, e as importações, US$ 7,8 bilhões, proporcionando superávit de US$ 3,5 bilhões, o que representa um aumento de 7,2% em relação ao mesmo período de 2011, de acordo os dados disponibilizados pelo Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações em 2012 decorreu principalmente do crescimento nas vendas de alguns segmentos, tais como: *petróleo e derivados* (9,0%), *algodão e seus subprodutos* (7,2%), *soja e derivados* (11,6%), *borrachas e suas obras* (7,2%) e *metais preciosos* (4,3%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 44,9% das receitas de exportação no período. Além disso, os segmentos que apresentaram as maiores valorizações foram: *soja* e *metais preciosos* com expansão de 13,4% e 100%, respectivamente.

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) demonstraram que o comércio varejista acumulou, no ano de 2012, taxa de 9,7% em relação ao mesmo período de 2011. Todos os segmentos apresentaram expansão na taxa, exceto o de *livros e jornais* (-0,2%) que ficou relativamente estável. As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de: *equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (32,1%), *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,6%), *móveis* e eletrodomésticos (11,7%), *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (*8,0%), *hipermercados e supermercados* (7,0%) e *combustíveis e lubrificantes* (6,5%). As vendas de *veículos, motos* e peças também apontaram crescimento, com variação de 15,1%, assim como o segmento *material para construção*, com variação positiva de 5,9% no mesmo período em análise.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI), acumulou, no ano de 2012, acréscimo de 6,56% em relação ao mesmo período de 2011, impulsionado pelos grupos *alimentos e bebidas* (10,2%) e *despesas pessoais* (9,8%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em dezembro de 2012 fechou em 16,6% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados caiu 4,4% no ano.

Evidenciando esse cenário é que se inicia a seção dos principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado dos últimos 12 meses referentes ao fechamento do ano de 2012.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em dezembro de 2012, retração de 2,1% na comparação com o mesmo mês de 2011. Ao longo do ano de 2012, o índice registrou variações tanto positivas como negativas para o indicador mensal, culminando em crescimento de 1,3% no acumulado dos últimos 12 meses.

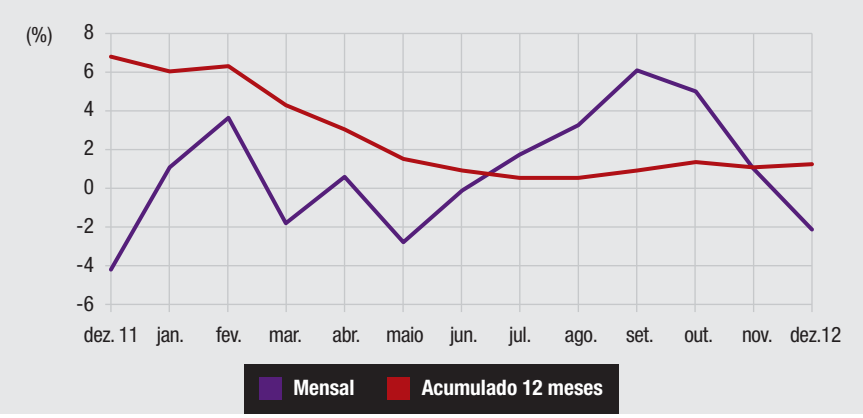


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

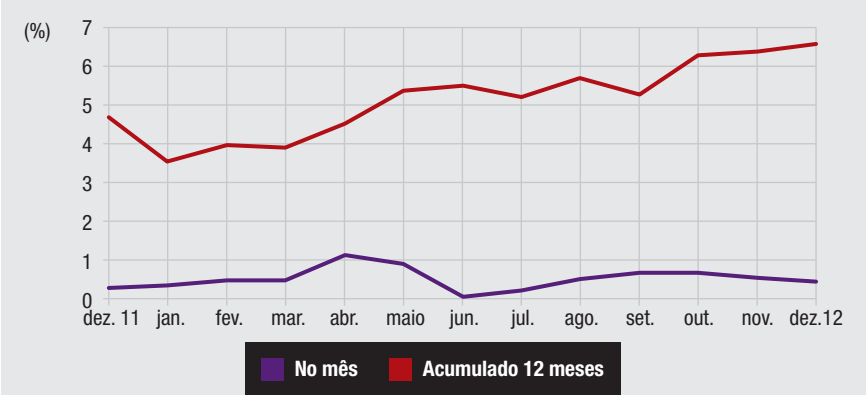


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,45% em dezembro de 2012. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 203 registraram alta nos preços, 84 não sofreram alterações e 88 apresentaram queda. Dentre aqueles que demonstraram maiores contribuições positivas para a formação do índice destacam-se: *passagem aérea* (30,39%), *pacote turístico* (3,36%), *mensalidade/matrícula curso formal* (0,93%), *passagem de ônibus interestadual* (4,16%), *telefone celular* (0,97%), *farinha de mandioca* (7,57%), *pão francês* (1,43%), *cruzeiro marítimo* (4,19%), *cerveja fora do domicílio* (1,14%) e *táxi* (9,16%). Em sentido oposto, os produtos que exerceram maiores contribuições negativas foram: *automóvel novo* (1,14%), *microcomputador e impressora* (5,98%), *laranja pera* (13,41%), *refrigerador* (2,96%), *calça comprida masculina* (0,84%), *sandália feminina* (2,05%), *seguro voluntário de veículos* (1,29%), *abacaxi* (16,67%), *camisa infantil* (2,78%) e *manga* (8,00%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 6,57%.

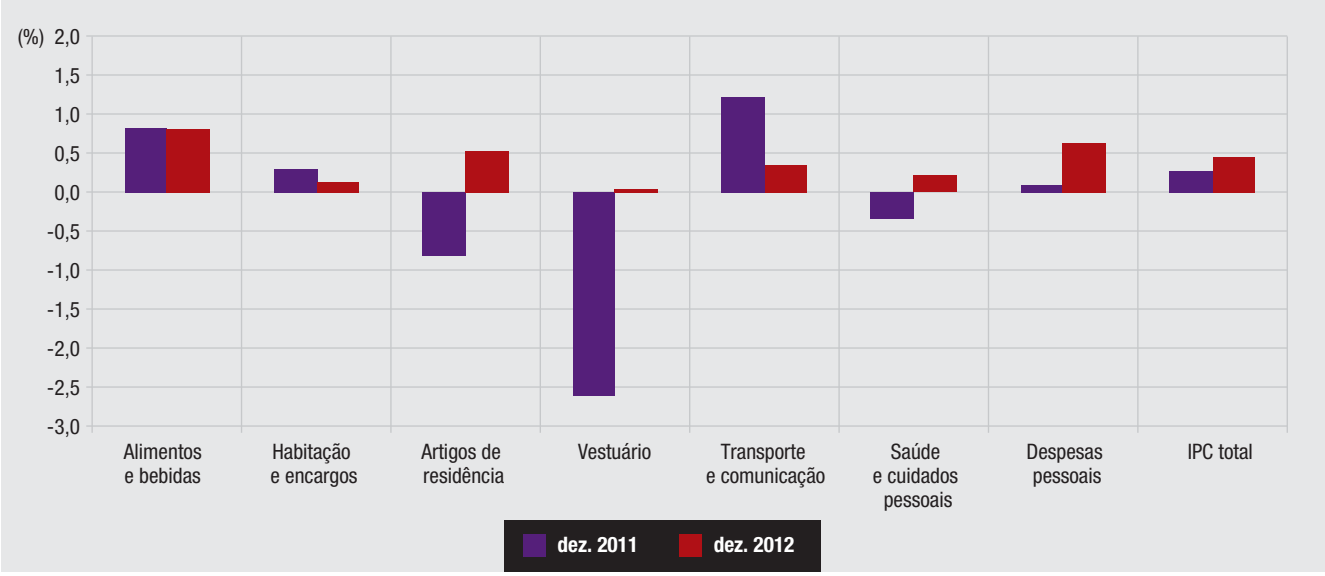


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC–SEI: grupos selecionados – Salvador – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Alimentos e bebidas (0,81%) e Despesas pessoais (0,62%) foram os grupos que apresentaram, no mês de dezembro, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Os subgrupos que evidenciaram as maiores pressões nos preços no período foram alimentação no domicílio (0,74%) e recreação e fumo (1,3%).

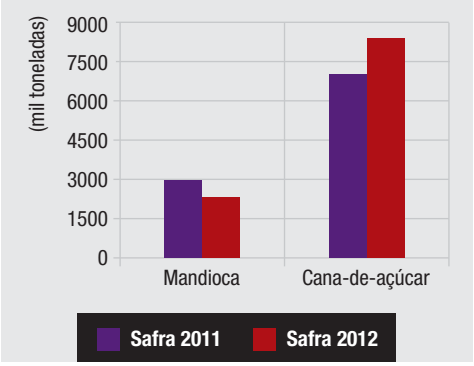


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açucar
Bahia – 2011/2012

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em dezembro de 2012, a colheita de cana-de-açúcar em andamento no estado cresceu 20,4%. Em sentido oposto, a produção de mandioca apontou retração de -22,7%. O bom comportamento registrado na cultura de cana-de-açúcar foi oriundo da expansão observada na área plantada (26,7%) e na área colhida (18,6%), que proporcionou ampliação de 1,5% nos rendimentos físicos em relação à safra de 2011. Já a cultura de mandioca apresentou ampliação na área plantada (35,9%), mas com redução na área colhida (-11,4%), culminando também em retração (-12,8%) no rendimento médio.

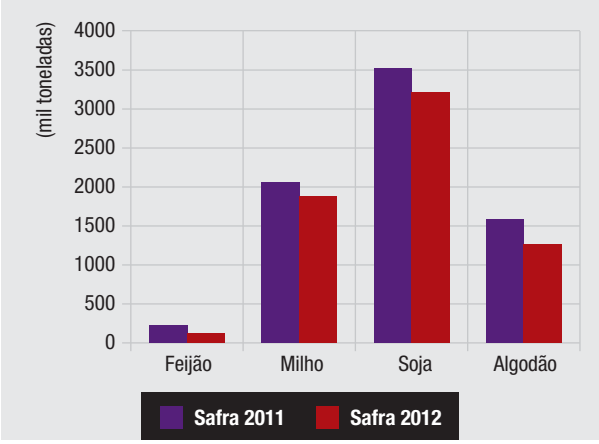


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2011/2012

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativas de retração na produção de todas as culturas em relação à safra de 2011, com taxas de 44,1%, 8,1%, 8,5% e 20,4%, respectivamente. As estimativas de área plantada e área colhida para o feijão decresceram 42,7% e 44,2%, respectivamente, porém o rendimento médio ficou relativamente estável. Já a cultura de milho apontou decréscimo na área plantada (-25,9%) e na área colhida (-35,0%), porém com forte expansão no rendimento médio de 41,4%. A soja apontou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (6,4%), com rendimento médio negativo de 14,1%. Já o algodão apontou incremento na área cultivada (4,1%) e retração na área colhida (-4,6%), culminando em redução do rendimento (-16,5%).

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram comportamentos opostos em 2012. Referente ao cacau, em fase de colheita, constatou-se acréscimo da produção de 2,5%. Verificou-se expansão na área plantada (1,7%) e na área colhida (0,1%), com ampliação no rendimento médio, que apontou variação positiva de 2,4%. Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontaram retração na produção do grão (-7,4%), em 2012, expansão na área plantada (9,7%), na área colhida (2,4%) e arrefecimento no rendimento médio (-9,6%).

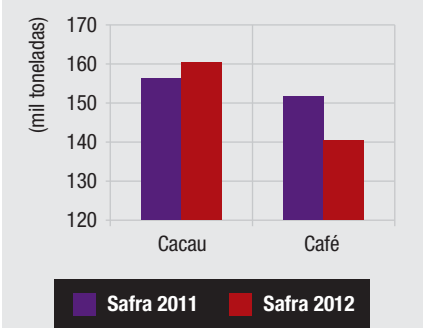


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2011/2012

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

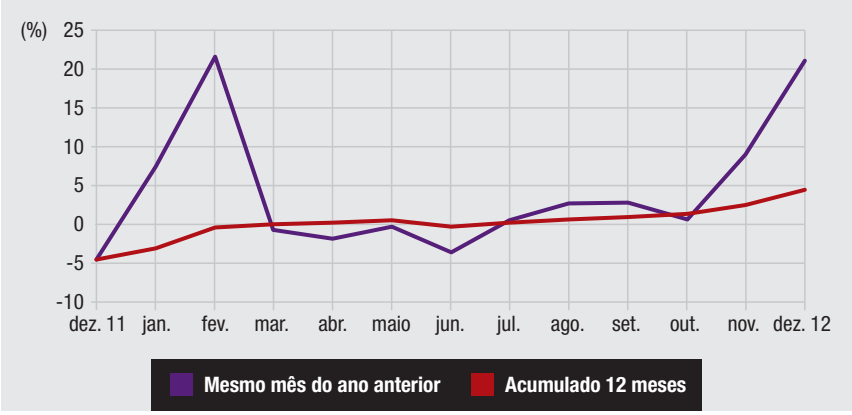


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE) referentes à indústria de transformação baiana apontaram, em dezembro de 2012, acréscimo de 21,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os segmentos que mais influenciaram positivamente o resultado mensal foram: *produtos químicos* (43,0%) e de *refino de petróleo e produção de álcool* (40,9%). Vale destacar a influência nos dois setores da baixa base de comparação em dezembro de 2011. Outros segmentos que apresentaram resultados positivos foram: *celulose e papel* (5,9%), *veículos automotores* (56,5%), *borracha e plástico* (13,8%) e *metalurgia básica* (3,4%). Em sentido oposto, as contribuições negativas vieram dos segmentos de *alimentos e bebidas* (-5,1%) e *minerais não metálicos* (-2,9%). No ano 2012, o indicador acumula alta de 4,5%.

A análise da indústria de transformação apontou, em dezembro de 2012, eliminando influências sazonais, variação positiva de 6,3% na comparação com o mês de novembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de 11,0% registrada no segmento de *produtos químicos*. Cabe destacar, também, as contribuições positivas observadas em *refino de petróleo* (6,5%) e *veículos automotores* (15,7%). A indústria geral e a extrativa mineral apontaram às seguintes variações: 4,7% e 4,8%, respectivamente.

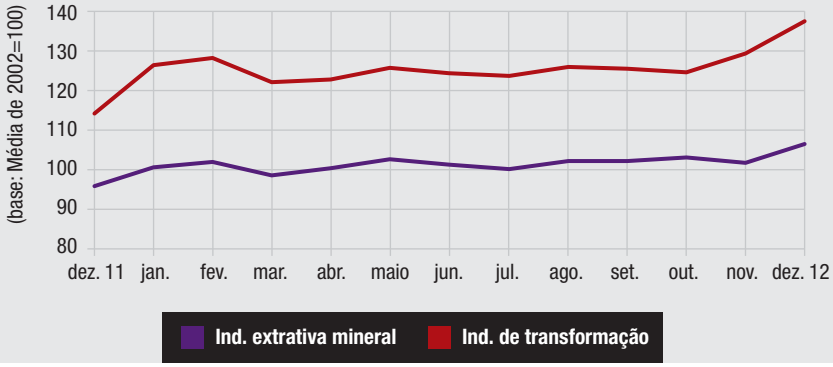


Gráfico 8
Índice Dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou retração de 3,5% no nível de emprego no mês de dezembro de 2012, quando comparado ao mesmo mês de 2011. Os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal foram: *coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (-20,7%), fabricação de outros produtos da indústria de transformação (-14,8%), calçados e couro (-18,9%), máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações (-13,0%) e fumo (-18,8%).* Por sua vez, entre os segmentos que apresentaram contribuições positivas no número de pessoas ocupadas nesse período destacam-se: *calçados e couro* (-16,6%), *máquinas e equipamentos* (-11,1%) *e produtos de metal* (-6,1%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice apresentou variação negativa de 3,0%.

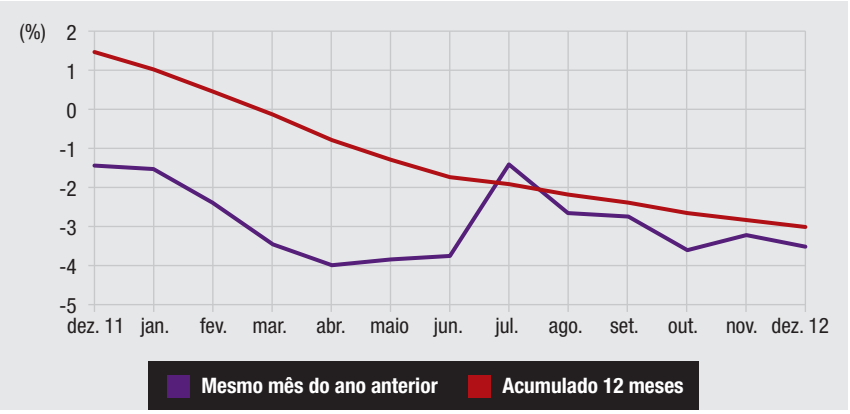


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

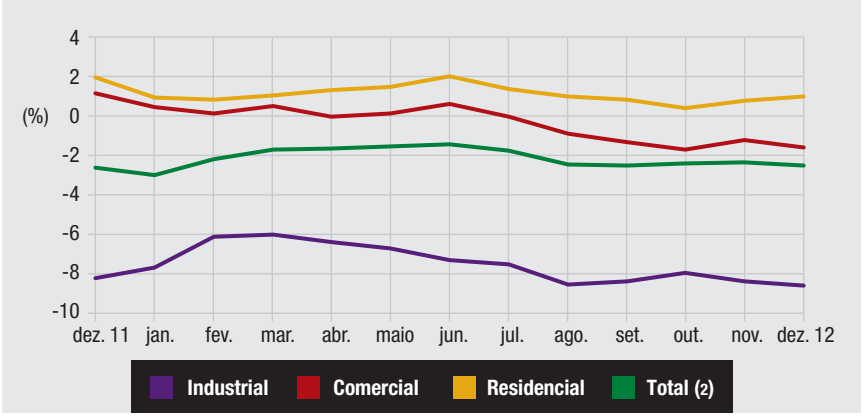


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1)
Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de dezembro de 2012, retração de 1,5% em relação ao mesmo mês de 2011, totalizando o consumo de 1,594 MWh. Em 2012, entre as classes de consumo *residencial e comercial*, notou-se, no acumulado do ano, o consumo de 4.703 MWh e 4.249 MWh, respectivamente, representando, para o consumo *residencia*l, acréscimo de 2,6% e, para o consumo *comercial,* gasto relativamente estável em relação ao mesmo período de 2011. Apenas o *setor industrial* (8,4%), ao longo de 2012, apresentou acentuadas retrações em suas variações.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de dezembro de 2012, o comércio varejista baiano amparou crescimento das vendas com taxa de 5,5%, considerando igual mês do ano anterior. O comportamento, verificado em todos os meses do ano, resultou em uma taxa acumulada de 9,7% nos últimos 12 meses. Na mesma análise, o segmento de *veículos, motos e peças* apontou elevação de 18,1%, acumulando 15,0% nos últimos 12 meses.

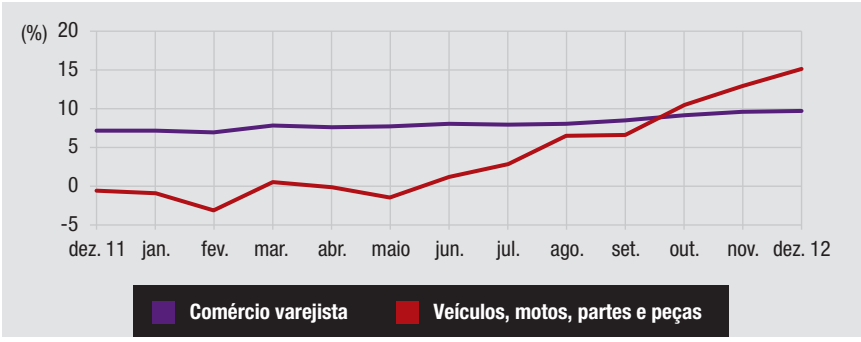


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – dez. 2011-dez 2012

Fonte: IBGE–PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

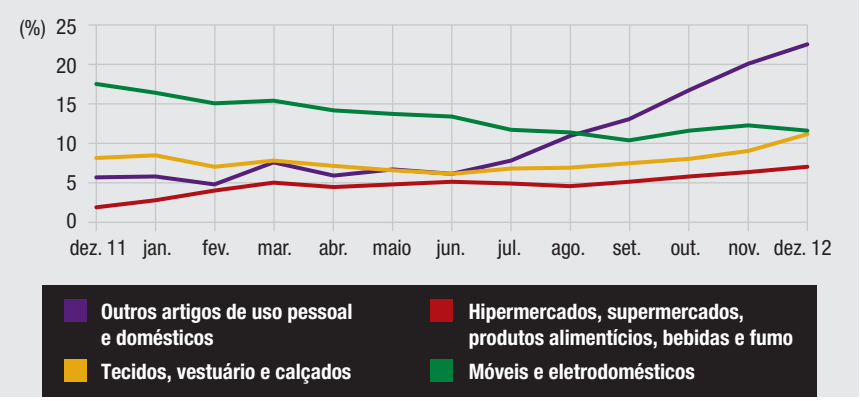


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: IBGE–PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no comércio varejista foram: *equipamentos e materiais para escritório* (32,1%), *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,6%), *móveis e eletrodomésticos* (11,7%), *tecidos e vestuários* (11,2%), *hipermercados e supermercados* (7,0%) e *combustíveis e lubrificantes* (6,5%). Dentre todos os segmentos, o de *livros, jornais, revistas e papelaria* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de -0,2%.

Segundo o Bacen, em dezembro de 2012 foram emitidos 176,1 mil cheques sem fundos na Bahia. Esse saldo resultou na retração de 15,6% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2010. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses apontou variação negativa de 13,5%.

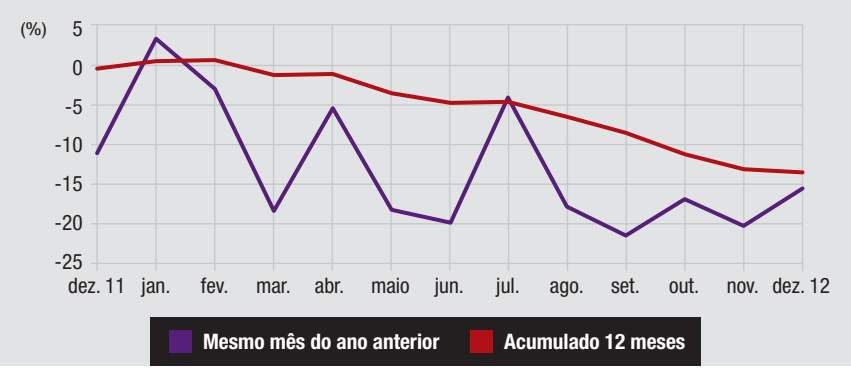


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

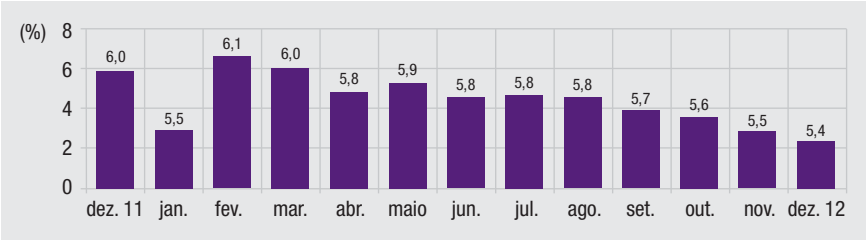


Gráfico 14
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em dezembro de 2012, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia apresentou expansão de 5,4%, ante os 6,0% em dezembro de 2011, seguindo uma trajetória média em torno de 5,7% ao longo do ano.

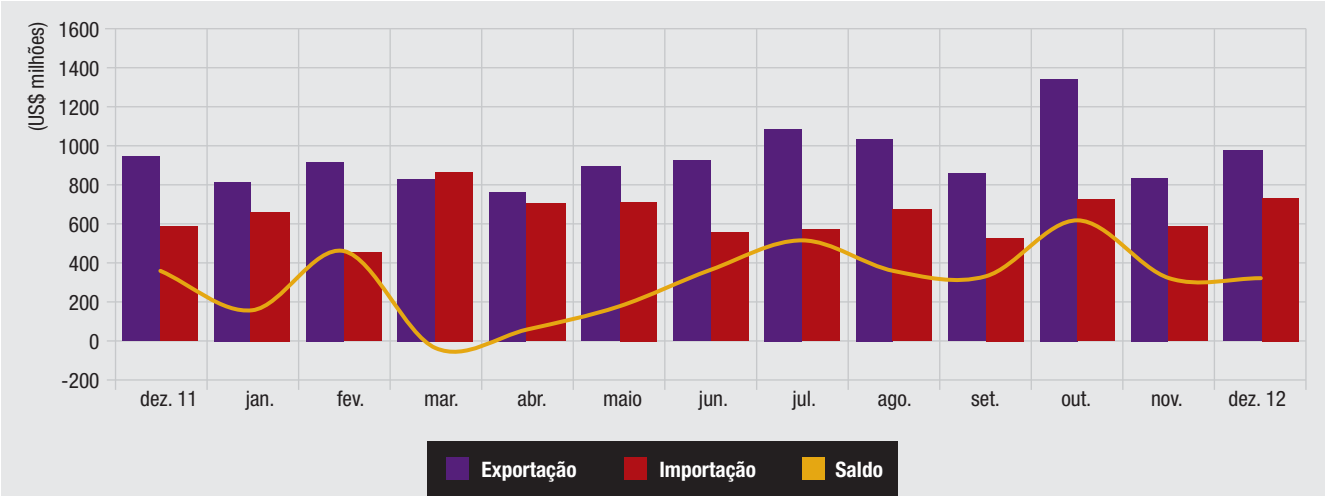


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em dezembro de 2012, as exportações baianas somaram US$ 976 milhões, e as importações, US$ 732 milhões, resultando em um superávit de US$ 244 milhões. Confrontando dezembro de 2012 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram expansão, com variação positiva de 2,9%, e as importações, no referido mês, registraram crescimento de 24,1% na mesma análise.

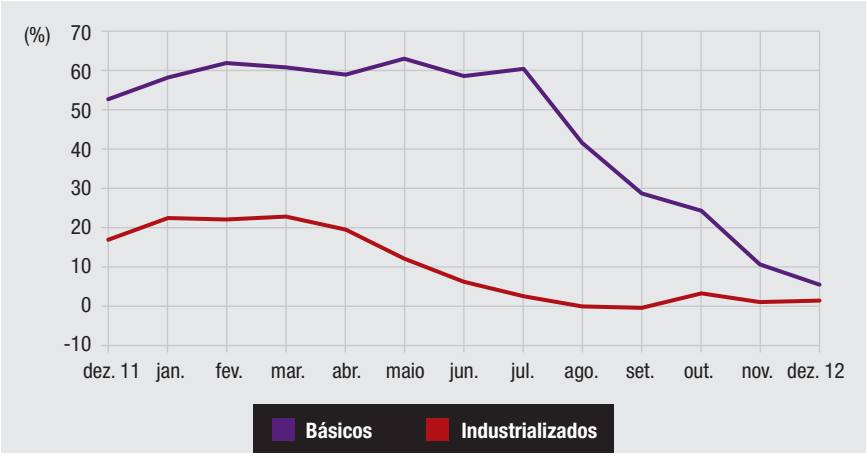


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, na comparação entre dezembro de 2012 e dezembro de 2011, registraram decréscimos nas vendas de produtos básicos (-19,5%) e elevação de produtos industrializados (8,3%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram expansão de 5,5% e 1,4%, respectivamente.

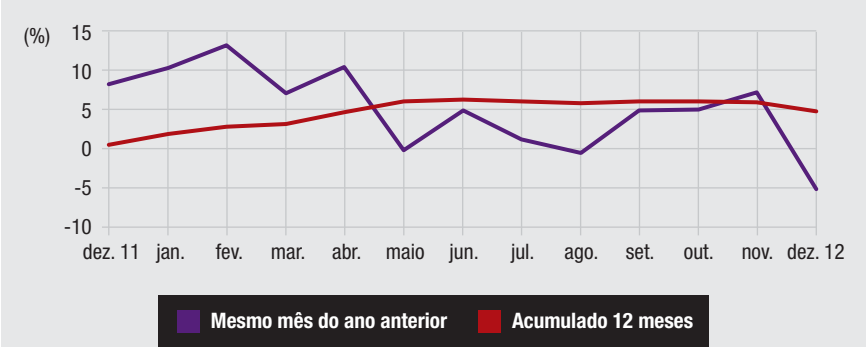


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em dezembro de 2012, retraiu 5,2% na comparação com o mesmo mês de 2011, acumulando, nos últimos 12 meses, expansão real de 4,7%, ou seja, 4,2 p.p. ante o registrado no mesmo período de 2011.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em dezembro de 2012, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou retração de 16.273 postos de trabalho. Esse resultado emanou, sobretudo, da redução de postos em todos os setores de atividade econômica, tais como: *indústria de transformação* (-5.945), *construção civil* (-4.387), *agropecuária* (-3.925) e *serviços* (-2.238), cujo saldo superou o aumento do *Comércio* (1.017). Em 2012, ocorreu a criação de 36.847 postos de trabalho, o que correspondeu ao acréscimo de 2,2% em relação ao estoque anterior.

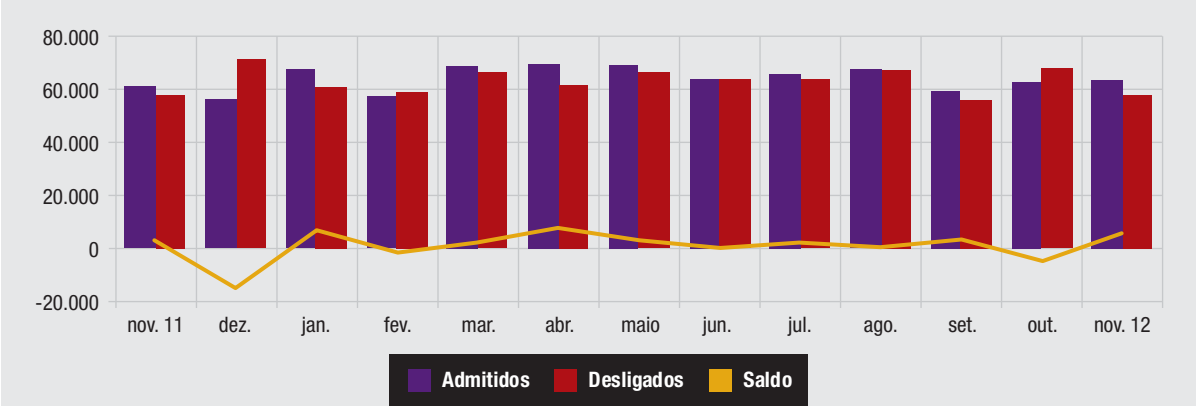


Gráfico 18
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – nov. 2011-nov. 2012

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).
Notas: Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Este saldo não levou em consideração a incorporação de 45.565 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a agosto de 2011. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), em dezembro de 2012, 310 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 16,6% da População Economicamente Ativa (PEA). Cotejando-se com novembro de 2012, houve redução de 4,6% e, com relação a dezembro de 2011, acréscimo de 27,6%. Conforme o total de ocupados, ocorreu aumento de 5,1% na comparação entre dezembro de 2012 e o mesmo mês de 2011. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, houve acréscimo nos quatro setores analisados: *serviços* (7,3%), *construção* (5,7%) e, com menor intensidade, *comércio* e *reparação de veículos automotores e motocicletas* (0,7%) e *indústria de transformação* (0,7%).

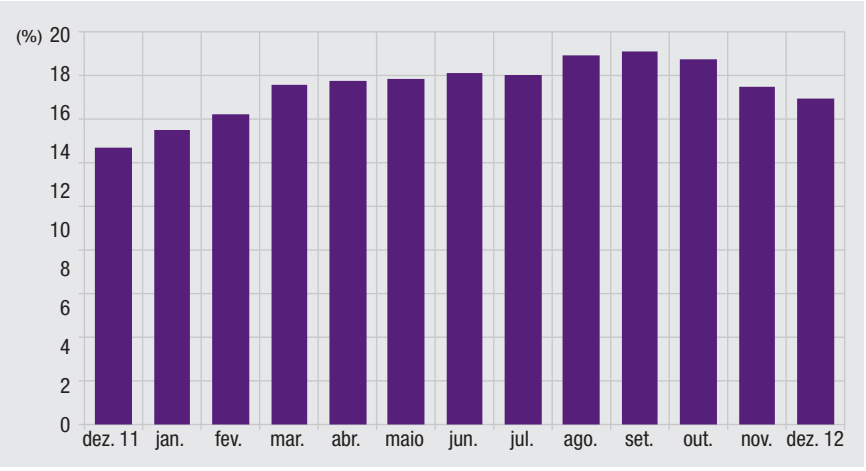


Gráfico 19
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

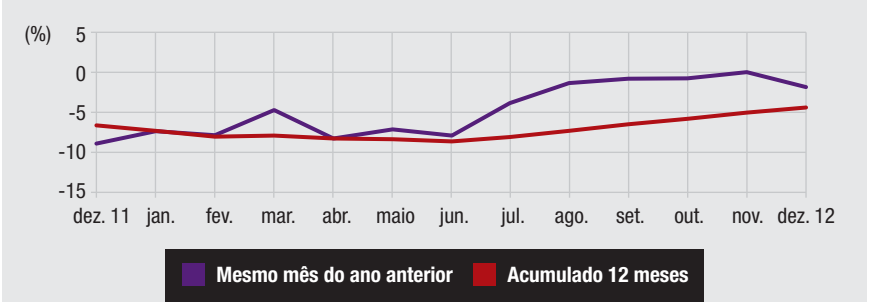
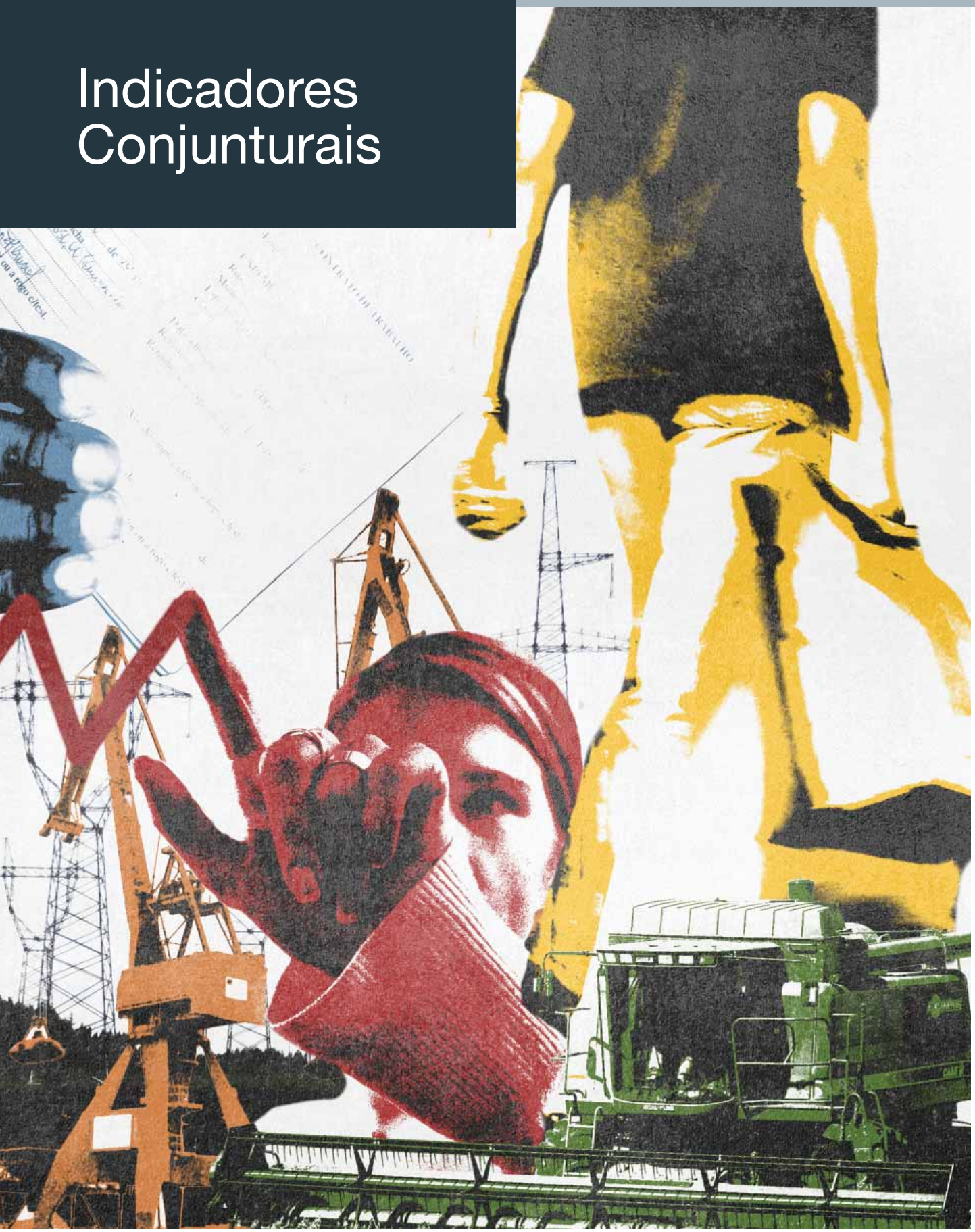


Gráfico 20
Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS
Bahia – dez. 2011-dez. 2012

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de dezembro de 2012 (R$ 1.086,00), em comparação ao mês de novembro de 2012 (R$ 1.093,00), apresentou retração de 0,6%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), já em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreu acréscimo de 0,3%. Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se decréscimo de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – dez. 2012

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%) no ano (2)	Índice acumulado	
	Dez. 2011	Dez. 2012		Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,82	0,81	10,23	151,09	369,96
Habitação e encargos	0,29	0,13	7,91	139,74	958,24
Artigos de residência	-0,81	0,53	0,82	91,32	210,17
Vestuário	-2,61	0,04	1,98	108,27	194,10
Transporte e comunicação	1,21	0,34	2,42	112,85	809,25
Saúde e cuidados pessoais	-0,35	0,22	7,58	132,42	443,80
Despesas pessoais	0,09	0,62	9,77	141,73	559,11
Geral	**0,27**	**0,45**	**6,56**	**129,28**	**434,66**

Fonte: SEI.
(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 – 40 salários mínimos.
(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – dez. 2012

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Aracaju	204,06	-0,76	11,99	35,66
Belém	271,58	0,50	11,42	47,46
Belo Horizonte	290,88	2,85	10,18	50,83
Brasília	275,95	3,41	11,32	48,22
Curitiba	271,31	0,17	9,12	47,41
Florianópolis	290,05	2,25	10,52	50,69
Fortaleza	252,78	3,37	17,46	44,17
Goiânia	263,17	10,61	6,68	45,99
João Pessoa	237,85	1,06	16,47	41,56
Manaus	290,27	1,90	13,48	50,73
Natal	239,65	-2,75	12,85	41,88
Porto Alegre	294,37	2,63	6,32	51,44
Recife	248,95	0,36	15,26	43,50
Salvador	227,12	3,01	8,76	39,69
São Paulo	304,90	1,88	9,96	53,28
Rio de Janeiro	281,83	3,58	7,20	49,25
Vitória	290,89	-1,50	5,63	50,83

Fonte: Dieese.
(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.
(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2011/2012

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2011	2012 (2)	Variação (%)	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	140.254	117.030	-16,6	5.841	8.222	40,8
Algodão herbáceo	1.579.841	1.257.864	-20,4	415.806	432.862	4,1
Alho	9.418	7.959	-15,5	892	635	-28,8
Amendoim	9.061	3.837	-57,7	8.744	3.487	-60,1
Arroz total	34.608	24.455	-29,3	17.729	14.970	-15,6
Batata-inglesa	341.778	51.145	-85,0	9.656	1.406	-85,4
Cana-de-açúcar	6.992.412	8.419.822	20,4	116.171	147.245	26,7
Cebola	190.278	217.352	14,2	8.885	7.494	-15,7
Feijão total	222.382	124.116	-44,2	551.237	315.703	-42,7
Feijão 1ª safra	115.431	58.447	-49,4	242.064	201.228	-16,9
Feijão 2ª safra	106.951	65.669	-38,6	309.173	114.475	-63,0
Fumo	3.971	3.021	-23,9	4.067	3.544	-12,9
Mamona	90.031	20.332	-77,4	143.354	74.567	-48,0
Mandioca	2.966.230	2.293.675	-22,7	254.610	345.789	35,8
Milho total	2.051.623	1.886.182	-8,1	799.428	591.998	-25,9
Milho 1ª safra	1.742.982	1.750.266	0,4	455.485	424.611	-6,8
Milho 2ª safra	308.641	135.916	-56,0	343.943	167.387	-51,3
Soja	3.512.568	3.212.789	-8,5	1.045.240	1.112.627	6,4
Sorgo granífero	163.227	32.163	-80,3	110.218	89.210	-19,1
Tomate	341.008	179.707	-47,3	8.109	4.447	-45,2
Permanentes						
Banana (4)	1.239.650	1.053.665	-15,0	74.965	75.203	0,3
Cacau	156.289	160.209	2,5	533.315	542.263	1,7
Café total	151.742	140.487	-7,4	153.804	168.756	9,7
Café arábica	110300	93.034	-15,7	120373	128376	6,6
Café cenephora	41.442	47.453	14,5	33.431	40.380	20,8
Castanha-de-cajú	1.756	6.469	268,4	25.727	27.791	8,0
Coco-da-baía (3)	529.464	577.519	9,1	76.795	80.999	5,5
Guaraná	3.026	2.676	-11,6	6.799	6.669	-1,9
Laranja (4)	1.030.763	1.055.455	2,4	63.303	78.203	23,5
Pimenta-do-reino	4.011	4.007	-0,1	1.814	1.797	-0,9
Sisal	275.008	164.165	-40,3	275.389	283.568	3,0
Uva	65.176	62.292	-4,4	2.718	2.624	-3,5

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Produção Agrícola Municipal 2011.
(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Dezembro de 2012 (dados sujeitos a retificação).
(3) Produção física em mil frutos.
(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2011/2012

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.841	5.267	-9,8	24.012	22.219	-7,5
Algodão herbáceo	415.700	396.600	-4,6	3.800	3.172	-16,5
Alho	892	635	-28,8	10.558	12.534	18,7
Amendoim	8.744	3.484	-60,2	1.036	1.101	6,3
Arroz total	17.729	14.418	-18,7	1.952	1.696	-13,1
Batata-inglesa	9.656	1.406	-85,4	35.395	36.376	2,8
Cana-de-açúcar	116.171	137.776	18,6	60.191	61.112	1,5
Cebola	8.885	7.494	-15,7	21.416	29.003	35,4
Feijão total	397.969	221.974	-44,2	559	559	0,1
Feijão 1ª safra	208.495	135.107	-35,2	554	433	-21,9
Feijão 2ª safra	189.474	86.867	-54,2	564	756	33,9
Fumo	4.067	3.482	-14,4	976	868	-11,1
Mamona	140.954	50.931	-63,9	639	399	-37,5
Mandioca	252.770	224.079	-11,4	11.735	10.236	-12,8
Milho total	625.363	406.677	-35,0	3.281	4.638	41,4
Milho 1ª safra	395.019	315.937	-20,0	4.412	5.540	25,6
Milho 2ª safra	230.344	90.740	-60,6	1.340	1.498	11,8
Soja	1.045.240	1.112.627	6,4	3.361	2.888	-14,1
Sorgo granífero	109.871	54.575	-50,3	1.486	589	-60,3
Tomate	8.109	4.405	-45,7	42.053	40.796	-3,0
Permanentes						
Banana (4)	74.965	71.646	-4,4	16.536	14.707	-11,1
Cacau	533.315	533.954	0,1	293	300	2,4
Café total	153.804	157.475	2,4	987	892	-9,6
Café arábica	120.373	123.126	2,3	916	756	-17,5
Café cenephora	33.431	34.349	2,7	1.240	1.381	11,4
Castanha-de-cajú	25.727	27.177	5,6	68	238	248,7
Coco-da-baía (3)	76.795	74.878	-2,5	6.895	7.713	11,9
Guaraná	6.799	6.669	-1,9	445	401	-9,8
Laranja (4)	63.303	63.996	1,1	16.283	16.493	1,3
Pimenta-do-reino	1.814	1.729	-4,7	2.211	2.318	4,8
Sisal	275.389	233.762	-15,1	999	702	-29,7
Uva	2.718	2.484	-8,6	23.979	25.077	4,6

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Produção Agrícola Municipal 2011.
(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Dezembro de 2012 (dados sujeitos a retificação).
(3) Rendimento médio em frutos por hectare.
(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – dez. 2012
(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)
Indústria Geral	**20,6**	**4,2**
Extrativa Mineral	10,8	0,2
Indústria de Transformação	21,1	4,5
Alimentos e bebidas	-5,1	1,0
Celulose, papel e produtos de papel	5,9	3,2
Refino de petróleo e álcool	40,9	5,2
Produtos químicos	43,0	9,9
Borracha e plástico	13,8	10,8
Minerais não metálicos	-2,9	3,4
Metalurgia básica	3,4	-10,0
Veículos automotores	56,5	1,2

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – dez. 2011-dez. 2012
(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)
Dezembro	-4,5	-4,5
Janeiro	7,4	7,4
Fevereiro	21,6	13,9
Março	-0,7	8,6
Abril	-1,8	5,9
Maio	-0,3	4,5
Junho	-3,6	3,1
Julho	0,6	2,7
Agosto	2,7	2,7
Setembro	2,8	2,7
Outubro	0,7	2,5
Novembro	9,0	3,1
Dezembro	21,1	4,5

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – dez. 2012
(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)
Rural/Irrigação	0,9	1,7	18,8
Residencial	1,7	-0,3	2,6
Industrial (1)	3,7	-6,0	-8,4
Comercial	2,6	-7,0	-0,4
Utilidades públicas (2)	-0,5	-1,8	0,9
Setor público	-0,7	-3,0	12,6
Concessionária	0,3	-3,4	3,5
Total	**1,9**	**-3,8**	**-1,5**

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.
(2) Corresponde a Iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica.
(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.
(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – dez. 2012
(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)
Comércio Varejista	5,5	9,7
Combustíveis e lubrificantes	-8,2	6,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,8	7,0
Hipermercados e supermercados	12,3	6,8
Tecidos, vestuário e calçados	16,7	11,2
Móveis e eletrodomésticos	4,0	11,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-1,8	8,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,6	-0,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	45,8	32,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	21,8	22,6
Veículos, motos e peças	18,1	15,1
Material de construção	-6,6	5,9

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Dados deflacionados pelo IPCA.
(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – dez. 2011-dez. 2012

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R$)	
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	Mensal (2)	Acum. ano (3)
Dezembro	**0,2**	**-15,7**	**-8,7**	**-8,0**	**1,9**
Janeiro	3,6	-6,7	-6,7	0,7	0,7
Fevereiro	-13,0	-13,6	-10,0	-8,9	-4,0
Março	7,1	-12,8	-11,0	-5,3	-4,4
Abril	-4,5	-7,2	-10,1	-2,4	-4,0
Maio	-5,2	-23,4	-12,9	-17,8	-6,9
Junho	-9,1	-21,4	-14,3	-16,3	-8,5
Julho	13,3	-9,7	-13,6	-5,2	-8,0
Agosto	-3,2	-24,6	-15,1	-17,0	-9,2
Setembro	-13,4	-27,0	-16,4	-20,6	-10,5
Outubro	21,6	-13,1	-16,1	-5,6	-10,0
Novembro	-11,8	-18,9	-16,3	-12,5	-10,2
Dezembro	**-1,3**	**-20,1**	**-16,6**	**-14,1**	**-10,5**

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.
(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.- dez. 2011/2012

Segmentos	Valores (US$ 1.000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2011	2012		
Petróleo e derivados	1.958.677	2.134.776	8,99	18,9
Químicos e petroquímicos	1.792.015	1.788.467	-0,20	15,87
Papel e celulose	1.802.770	1.678.618	-6,89	14,90
Soja e derivados	1.281.473	1.429.714	11,57	12,69
Algodão e seus subprodutos	669.968	718.045	7,18	6,37
Metalúrgicos	891.007	609.545	-31,59	5,41
Metais preciosos	412.396	430.297	4,34	3,82
Automotivo	481.805	426.071	-11,57	3,78
Embarcações e est. flutuantes	-	381.773	-	3,39
Borracha e suas obras	318.097	340.949	7,18	3,03
Cacau e derivados	284.571	242.851	-14,66	2,16
Café e especiarias	187.268	155.426	-17,00	1,38
Minerais	166.965	154.703	-7,34	1,37
Couros e peles	129.336	133.174	2,97	1,18
Frutas e suas preparações	140.391	132.800	-5,41	1,18
Sisal e derivados	85.470	85.412	-0,07	0,76
Calçados e suas partes	80.961	82.841	2,32	0,74
Máqs., apars. e mat. elétricos	81.183	67.657	-16,66	0,60
Milho e derivados	-	61.179	-	0,54
Fumo e derivados	31.554	38.943	23,42	0,35
Móveis e semelhantes	15.132	7.829	-48,26	0,07
Demais segmentos	205.261	166.700	-18,79	1,48
Total	**11.016.299**	**11.267.769**	**2,28**	**100,00**

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/01/2013.
Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 11
Exportações, princípais países – Bahia – jan.- dez. 2011/2012

Países	Peso (t)		Var. (%)	(US$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2010	2011		2010	2011		
China	1.766.977	1.928.799	9,16	1.454.478	1.527.710	5,03	13,56
Estados Unidos	1.226.210	1.256.768	2,49	1.455.674	1.380.866	-5,14	12,26
Paises Baixos (Holanda)	927.166	1.075.897	16,04	907.055	1.245.303	37,29	11,05
Antilhas Holandesas	1.218.530	1.847.263	51,60	744.358	1.216.908	63,48	10,80
Argentina	1.041.063	438.507	-57,88	1.460.200	1.039.974	-28,78	9,23
Alemanha	1.026.008	828.078	-19,29	645.562	536.409	-16,91	4,76
Bélgica	459.397	473.849	3,15	334.185	306.701	-8,22	2,72
Cingapura	589.260	430.377	-26,96	380.936	291.017	-23,60	2,58
Itália	355.637	392.230	10,29	437.956	280.864	-35,87	2,49
Coréia do Sul	102.875	120.572	17,20	238.846	233.435	-2,27	2,07
França	300.042	388.948	29,63	164.746	229.917	39,56	2,04
México	59.099	106.782	80,69	203.048	205.724	1,32	1,83
Canadá	10.190	10.305	1,13	65.886	185.604	181,71	1,65
Japão	291.052	213.283	-26,72	203.841	180.247	-11,57	1,60
Indonésia	76.395	95.073	24,45	127.774	176.908	38,45	1,57
Espanha	318.467	273.883	-14,00	218.071	161.814	-25,80	1,44
Colômbia	118.133	139.920	18,44	227.570	155.624	-31,62	1,38
Suíça	611	1.267	107,34	109.128	138.480	26,90	1,23
Finlândia	46.084	80.890	75,53	104.855	133.376	27,20	1,18
Venezuela	21.846	25.789	18,05	127.675	128.675	0,78	1,14
Chile	46.933	62.573	33,32	93.719	114.991	22,70	1,02
Tailândia	38.278	140.200	266,27	40.399	101.007	150,02	0,90
Romênia	234.714	239.669	2,11	85.905	99.201	15,48	0,88
Uruguai	67.915	78.026	14,89	74.605	96.767	29,71	0,86
Reino Unido	53.027	45.178	-14,80	135.027	87.627	-35,10	0,78
Vietnã	61.300	84.617	38,04	58.288	85.073	45,95	0,76
Taiwan (Formosa)	62.139	71.656	15,32	51.312	78.710	53,39	0,70
Costa Rica	5.026	10.130	101,54	28.939	66.734	130,60	0,59
Turquia	158.702	35.826	-77,43	132.271	59.589	-54,95	0,53
Peru	23.479	25.407	8,22	47.685	50.249	5,38	0,45
Demais países	515.235	740.314	43,68	656.305	672.265	2,43	5,97
Total	**11.221.788**	**11.662.077**	**3,92**	**11.016.299**	**11.267.769**	**2,28**	**100,00**

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/01/2013.
Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jan. 2013

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego (DES/PEA) total	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2011	**1.730**	**115,6**	**1.495**	**136,0**	**235**	**59,0**	**1.263**	**131,8**	**57,8**	**13,6**	**3.462**
Fevereiro	1.714	114,5	1.469	133,7	245	61,6	1.283	133,9	57,2	14,3	3.466
Março	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	1.315	137,3	56,2	15,7	3.470
Abril	1.675	111,9	1.412	128,5	263	66,1	1.332	139,0	55,7	15,7	3.474
Maio	1.674	111,8	1.413	128,6	261	65,6	1.337	139,6	55,6	15,6	3.478
Junho	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	1.333	139,1	55,8	15,5	3.482
Julho	1.700	113,6	1.435	130,6	265	66,6	1.320	137,8	56,3	15,6	3.486
Agosto	1.721	115,0	1.453	132,2	268	67,3	1.304	136,1	56,9	15,6	3.490
Setembro	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	1.302	135,9	57,0	15,8	3.494
Outubro	1.720	114,9	1.447	131,7	273	68,6	1.314	137,2	56,7	15,9	3.498
Novembro	1.710	114,2	1.445	131,5	265	66,6	1.328	138,6	56,3	15,5	3.501
Dezembro	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	1.320	137,8	56,6	14,1	3.505
Janeiro 2012	**1.761**	**117,6**	**1.497**	**136,2**	**264**	**66,3**	**1.286**	**134,2**	**57,8**	**15,0**	**3.509**
Fevereiro	1.788	119,4	1.505	136,9	283	71,1	1.263	131,8	58,6	15,8	3.513
Março	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517
Abril	1.778	118,8	1.467	133,5	311	78,1	1.283	133,9	58,1	17,5	3.521
Maio	1.803	120,4	1.486	135,2	317	79,6	1.263	131,8	58,8	17,6	3.525
Junho	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529
Julho	1.842	123,0	1.514	137,8	328	82,4	1.233	128,7	59,9	17,8	3.533
Agosto	1.854	123,8	1.505	136,9	349	87,7	1.226	128,0	60,2	18,8	3.537
Setembro	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541
Outubro	1.887	126,1	1.536	139,8	351	88,2	1.201	125,4	61,1	18,6	3.545
Novembro	1.887	126,1	1.562	142,1	325	81,7	1.206	125,9	61,0	17,2	3.549
Dezembro	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553
Janeiro 2013	**1.880**	**125,6**	**1.555**	**141,5**	**325**	**81,7**	**1.222**	**127,6**	**60,6**	**17,3**	**3.557**
Variação mensal (%) Jan. 2013/ dez. 2012		**0,8**		**0,0**		**4,8**		**-0,9**	**0,7**	**4,2**	
Variação no ano (%) Jan. 2013/dez. 2012		**0,8**		**0,0**		**4,8**		**-0,9**	**0,7**	**4,2**	
Variação anual (%) Jan. 2013/jan. 2012		**6,8**		**3,9**		**23,1**		**-5,0**	**4,8**	**15,3**	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.
(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13
Taxas de desemprego, por tipo de desemprego
Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador
Jan. 2011-jan. 2013

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo											
	Região Metropolitana de Salvador					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2011	**13,6**	**9,4**	**4,2**	**2,8**	**1,4**	**12,7**	**8,8**	**3,9**	**17,2**	**11,8**	**(1)**
Fevereiro	14,3	9,6	4,7	3,2	1,5	14,1	9,3	4,8	15,2	10,7	(1)
Março	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0	15,3	9,5	5,8	17,3	12,0	(1)
Abril	15,7	10,2	5,5	3,6	1,9	15,1	9,6	5,5	18,0	12,7	(1)
Maio	15,6	10,2	5,4	3,6	1,8	14,8	9,4	5,3	19,1	13,4	(1)
Junho	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5	14,6	9,7	5,0	18,9	13,2	(1)
Julho	15,6	10,6	5,0	3,5	1,5	14,8	10,0	4,7	18,9	13,0	(1)
Agosto	15,6	11,0	4,6	3,4	(1)	15,0	10,6	4,5	17,6	12,5	(1)
Setembro	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)	15,2	10,8	4,4	18,0	13,0	(1)
Outubro	15,9	11,2	4,8	3,6	(1)	15,3	10,5	4,8	18,2	13,5	(1)
Novembro	15,5	10,6	5,0	3,6	1,3	14,6	9,7	4,9	18,8	13,6	(1)
Dezembro	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)	13,4	9,1	4,3	16,8	12,3	(1)
Janeiro 2012	**15,0**	**10,3**	**4,7**	**3,4**	**1,3**	**14,5**	**9,9**	**4,7**	**17,0**	**12,1**	**(1)**
Fevereiro	15,8	10,9	4,9	3,6	1,3	15,3	10,5	4,9	17,5	12,5	(1)
Março	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3	17,2	11,3	5,9	17,6	13,1	(1)
Abril	17,5	11,8	5,7	4,4	1,3	17,1	11,1	6,1	18,7	14,4	(1)
Maio	17,6	12,0	5,6	4,2	1,4	17,1	11,3	5,9	19,1	14,5	(1)
Julho	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5	17,1	11,4	5,7	20,5	14,8	5,7
Julho	17,8	12,4	5,5	4,1	1,4	17,1	11,8	5,3	20,4	14,5	6,0
Agosto	18,8	13,0	5,9	4,5	1,4	18,2	12,2	6,0	21,0	15,5	5,5
Setembro	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3	17,9	12,2	5,7	22,6	16,3	6,3
Outubro	18,6	12,7	5,9	4,6	1,3	17,6	11,7	5,9	22,0	16,2	5,9
Novembro	17,2	11,7	5,5	4,4	(1)	16,3	11,0	5,3	20,5	14,5	6,0
Dezembro	16,6	11,4	5,2	4,3	(1)	16,0	10,7	5,3	18,8	13,8	(1)
Janeiro 2013	**17,3**	**11,6**	**5,7**	**4,8**	**(1)**	**16,2**	**10,7**	**5,5**	**21,1**	**14,4**	**6,7**
Variação mensal Jan. 2013/dez. 2012	**4,2**	**1,8**	**9,6**	**11,6**	**–**	**1,3**	**0,0**	**3,8**	**12,2**	**4,3**	**–**
Variação no ano Jan. 2013/dez. 2012	**4,2**	**1,8**	**9,6**	**11,6**	**–**	**1,3**	**0,0**	**3,8**	**12,2**	**4,3**	**–**
Variação anual Jan. 2013/jan. 2012	**15,3**	**12,6**	**21,3**	**41,2**	**–**	**11,7**	**8,1**	**17,0**	**24,1**	**19,0**	**–**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jan. 2013

(%)

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar							
					Serviços			
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (6)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (7)	Serviços domésticos (8)
Janeiro 2011	**100,0**	**9,0**	**8,7**	**18,8**	**60,5**	**20,6**	**12,9**	**7,0**
Fevereiro	100,0	8,8	9,1	18,9	60,6	20,5	13,4	7,7
Março	100,0	9,0	9,1	18,4	60,8	20,7	14,2	7,9
Abril	100,0	8,9	9,0	18,3	61,0	20,3	13,9	8,0
Maio	100,0	9,1	8,8	18,3	60,6	19,8	13,5	8,0
Junho	100,0	9,3	8,9	18,4	60,1	19,5	12,6	7,9
Julho	100,0	9,1	8,4	19,1	60,4	19,4	13,2	8,1
Agosto	100,0	9,1	8,6	19,3	60,1	18,7	13,3	8,2
Setembro	100,0	8,5	9,2	19,7	60,1	18,1	13,9	8,5
Outubro	100,0	8,7	9,3	20,0	59,5	17,6	13,5	8,6
Novembro	100,0	9,0	9,5	19,9	59,2	17,8	13,3	8,6
Dezembro	100,0	9,2	9,5	19,8	58,9	17,6	13,4	8,6
Janeiro 2012	**100,0**	**8,7**	**10,0**	**19,6**	**59,3**	**17,7**	**13,8**	**8,9**
Fevereiro	100,0	8,5	10,0	19,4	59,5	18,1	13,6	8,8
Março	100,0	8,3	9,9	19,1	59,8	18,4	13,4	8,7
Abril	100,0	8,7	10,0	18,9	59,4	18,6	13,2	8,5
Maio	100,0	8,8	9,7	19,2	59,7	17,9	13,8	8,4
Junho	100,0	9,0	9,8	19,2	59,3	17,7	14,0	8,5
Julho	100,0	8,7	9,7	19,2	59,6	17,4	14,2	8,6
Agosto	100,0	8,7	9,4	19,2	59,7	17,6	14,1	8,3
Setembro	100,0	8,6	8,8	19,1	60,7	17,9	14,2	8,2
Outubro	100,0	8,6	8,9	19,2	60,6	18,0	14,0	8,0
Novembro	100,0	8,4	9,5	18,9	60,8	17,9	14,3	8,1
Dezembro	100,0	8,8	9,6	19,0	60,1	17,8	14,0	7,9
Janeiro 2013	**100,0**	**8,9**	**9,3**	**19,4**	**59,9**	**17,5**	**13,9**	**7,8**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.
(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.
(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.
(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.
(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar), serviços de transporte, armazenagem e correio (Seção H da CNAE 2.0 domiciliar), informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar), atividades administrativas e serviços complementares (Seção N da CNAE 2.0 domiciliar).
(6) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.
(7) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.
(8) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.
Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-jan. 2013

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assinada	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2011	**67,5**	**45,2**	**8,6**	**13,5**	**20,9**	**18,5**	**2,3**	**2,9**	**7,0**	**1,7**
Fevereiro	66,9	45,3	8,2	13,3	21,1	18,9	2,2	2,6	7,7	1,7
Março	66,6	45,3	8,3	12,9	21,0	18,6	2,3	2,9	7,9	1,6
Abril	67,2	46,6	8,0	12,5	20,5	18,0	2,5	2,9	8,0	(3)
Maio	68,0	47,9	8,0	12,0	19,6	17,2	2,4	2,8	8,0	(3)
Junho	68,5	48,2	8,0	12,2	19,8	17,5	2,3	2,4	7,9	(3)
Julho	67,7	47,5	7,8	12,4	20,5	17,8	2,7	2,3	8,1	(3)
Agosto	66,8	47,0	7,9	11,9	21,1	18,4	2,7	2,4	8,2	(3)
Setembro	66,0	46,8	7,9	11,3	21,6	19,1	2,5	2,4	8,5	(3)
Outubro	66,1	47,5	8,1	10,5	21,2	19,2	2,0	2,5	8,6	1,6
Novembro	66,7	48,2	8,3	10,3	20,6	18,9	1,7	2,5	8,6	1,6
Dezembro	66,2	47,8	8,2	10,2	20,8	19,0	1,8	2,8	8,6	1,6
Janeiro 2012	**65,5**	**46,8**	**8,4**	**10,4**	**21,4**	**19,6**	**1,8**	**2,6**	**8,9**	**1,6**
Fevereiro	65,9	46,8	8,4	10,7	21,2	19,6	1,7	2,5	8,8	1,6
Março	67,0	48,1	8,3	10,4	20,6	19,1	1,5	2,4	8,7	1,3
Abril	67,9	49,6	8,2	10,1	20,0	18,4	1,7	2,3	8,5	(3)
Maio	68,3	50,5	8,0	9,7	19,7	18,0	1,7	2,2	8,4	1,4
Junho	67,7	50,1	8,0	9,5	20,3	18,5	1,9	2,1	8,5	1,4
Julho	67,3	49,3	8,1	9,9	20,5	18,8	1,7	2,2	8,6	1,4
Agosto	66,2	48,3	8,0	9,9	21,6	19,6	2,0	2,2	8,3	1,7
Setembro	66,6	48,0	8,5	10,1	21,3	19,3	1,9	2,3	8,2	1,6
Outubro	66,9	47,9	8,6	10,4	20,8	19,0	1,8	2,4	8,0	1,9
Novembro	67,8	48,7	8,6	10,6	20,3	18,7	1,5	2,5	8,1	1,3
Dezembro	68,4	49,8	8,1	10,6	19,7	18,4	(3)	2,6	7,9	1,4
Janeiro 2013	**68,4**	**50,6**	**7,8**	**9,9**	**19,9**	**18,5**	**1,4**	**2,7**	**7,8**	**(3)**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.
(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-dez. 2012

(R$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2011	**1.197**	**107,9**	**1.306**	**106,5**	**875**	**116,5**
Fevereiro	1.191	107,4	1.295	105,6	831	110,7
Março	1.133	102,1	1.238	100,9	818	109,0
Abril	1.156	104,2	1.265	103,1	823	109,7
Maio	1.139	102,6	1.246	101,6	818	109,0
Junho	1.143	103,1	1.256	102,3	845	112,5
Julho	1.110	100,0	1.212	98,8	866	115,3
Agosto	1.085	97,8	1.190	97,0	828	110,2
Setembro	1.071	96,6	1.184	96,5	788	105,0
Outubro	1.070	96,5	1.185	96,6	752	100,2
Novembro	1.070	96,5	1.197	97,5	772	102,8
Dezembro	1.083	97,7	1.208	98,5	788	104,9
Janeiro 2012	**1.091**	**98,4**	**1.210**	**98,6**	**793**	**105,6**
Fevereiro	1.086	97,9	1.193	97,3	794	105,8
Março	1.073	96,8	1.179	96,1	769	102,4
Abril	1.056	95,2	1.161	94,6	777	103,4
Maio	1.047	94,4	1.157	94,3	772	102,8
Junho	1.059	95,4	1.156	94,2	826	110,1
Julho	1.067	96,2	1.165	95,0	832	110,9
Agosto	1.080	97,4	1.174	95,7	834	111,0
Setembro	1.074	96,8	1.174	95,7	806	107,4
Outubro	1.075	96,9	1.176	95,9	792	105,4
Novembro	1.093	98,5	1.197	97,6	804	107,1
Dezembro 2012	**1.086**	**97,9**	**1.185**	**96,6**	**806**	**107,3**
Variação mensal (%) Dez. 2012/nov. 2012		**-0,6**		**-1,0**		**0,2**
Variação no ano (%) Dez. 2012/dez. 2011		**-0,6**		**-1,0**		**0,2**
Variação anual (%) Dez. 2012/dez. 2011		**0,3**		**-1,9**		**2,3**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)
(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.
(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Dezembro – 2012.
(4) Base: Média de 2000 = 100

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-dez. 2012

(R$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2011	**1.197**	**(3)**	**660**	**806**	**1.177**	**2.733**
Fevereiro	1.191	(3)	679	766	1.145	2.787
Março	1.133	(3)	674	767	1.092	2.664
Abril	1.156	(3)	696	760	1.103	2.747
Maio	1.139	(3)	670	775	1.102	2.853
Junho	1.143	(3)	662	745	1.109	2.930
Julho	1.110	(3)	689	772	1.078	2.846
Agosto	1.085	(3)	689	778	1.084	2.683
Setembro	1.071	(3)	683	774	1.079	2.615
Outubro	1.070	(3)	673	757	1.084	2.640
Novembro	1.070	(3)	683	756	1.066	2.617
Dezembro	1.083	(3)	690	766	1.084	2.681
Janeiro 2012	**1.091**	**(3)**	**685**	**773**	**1.106**	**2.655**
Fevereiro	1.086	(3)	698	791	1.110	2.593
Março	1.073	(3)	712	797	1.078	2.630
Abril	1.056	(3)	708	801	1.048	2.530
Maio	1.047	524,5	691	777	1.059	2.591
Junho	1.059	517,2	698	789	1.087	2.561
Julho	1.067	517,1	704	792	1.109	2.644
Agosto	1.080	558,1	718	798	1.089	2.618
Setembro	1.074	(3)	708	786	1.075	2.658
Outubro	1.075	(3)	694	780	1.075	2.632
Novembro	1.093	(3)	694	777	1.095	2.667
Dezembro 2012	**1.086**	**(3)**	**705**	**781**	**1.093**	**2.615**
Variação mensal (%) De. 2012/nov. 2012	**-0,6**	**–**	**1,6**	**0,6**	**-0,1**	**-1,9**
Variação no ano (%) Dez. 2012/dez. 2011	**-0,6**	**–**	**1,6**	**0,6**	**-0,1**	**-1,9**
Variação anual (%) Dez. 2012/dez. 2011	**0,3**	**–**	**2,1**	**2,1**	**0,8**	**-2,5**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Inflator utilizado: SEI-IPC; valores em reais de Dezembro – 2012.
(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18
Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan.2011-dez.2012

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2011	**1.306**	**1.122**	**1.514**	**887**	**1.080**	**1.198**	**685**	**2.066**
Fevereiro	1.295	1.117	1.411	905	1.089	1.191	692	2.072
Março	1.238	1.067	1.324	872	1.053	1.126	700	2.015
Abril	1.265	1.085	1.305	918	1.065	1.143	717	2.146
Maio	1.246	1.079	1.344	884	1.055	1.135	728	2.055
Junho	1.256	1.072	1.351	882	1.039	1.133	690	2.113
Julho	1.212	1.052	1.327	856	1.028	1.122	632	1.987
Agosto	1.190	1.050	1.275	886	1.027	1.115	640	1.913
Setembro	1.184	1.056	1.329	903	1.024	1.126	625	1.915
Outubro	1.185	1.058	1.380	905	1.022	1.124	646	1.949
Novembro	1.197	1.060	1.411	908	1.015	1.126	654	1.998
Dezembro	1.208	1.064	1.358	891	1.033	1.128	682	2.030
Janeiro 2012	**1.210**	**1.062**	**1.306**	**891**	**1.025**	**1.131**	**659**	**2.031**
Fevereiro	1.193	1.057	1.304	877	1.022	1.124	659	2.003
Março	1.179	1.059	1.358	876	1.006	1.119	691	1.939
Abril	1.161	1.052	1.353	885	1.016	1.111	693	1.889
Maio	1.157	1.046	1.462	883	993	1.109	664	1.923
Junho	1.156	1.041	1.423	901	995	1.110	627	1.926
Julho	1.165	1.051	1.426	912	988	1.122	626	1.898
Agosto	1.174	1.052	1.244	941	1.009	1.126	630	1.903
Setembro	1.174	1.037	1.228	923	999	1.111	615	1.971
Outubro	1.176	1.027	1.251	915	988	1.098	608	2.035
Novembro	1.197	1.050	1.439	881	1.009	1.116	630	2.038
Dezembro 2012	**1.185**	**1.058**	**1.484**	**878**	**1.017**	**1.119**	**657**	**1.970**
Variação mensal (%) Dez. 2012/nov. 2012	**-1,0**	**0,7**	**3,1**	**-0,3**	**0,7**	**0,3**	**4,3**	**-3,3**
Variação no ano (%) Dez. 2012/dez. 2011	**-1,0**	**0,7**	**3,1**	**-0,3**	**0,7**	**0,3**	**4,3**	**-3,3**
Variação anual (%) Dez. 2012/dez. 2011	**-1,9**	**-0,5**	**9,3**	**-1,4**	**-1,6**	**-0,8**	**-3,7**	**-3,0**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de dezembro de 2012.
(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.
(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.
(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-dez. 2012

(R$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2011	**334**	**569**	**770**	**1.338**	**2.439**	**569**	**594**	**880**	**1.435**	**2.578**
Fevereiro	330	568	769	1.318	2.365	568	599	879	1.428	2.544
Março	329	592	765	1.312	2.199	592	599	841	1.319	2.204
Abril	329	592	761	1.305	2.197	592	598	870	1.328	2.295
Maio	326	592	760	1.303	2.185	592	595	847	1.311	2.283
Junho	325	592	745	1.196	2.174	591	592	815	1.304	2.348
Julho	324	589	746	1.190	2.172	589	592	814	1.303	2.173
Agosto	324	589	757	1.179	2.162	589	591	827	1.297	2.162
Setembro	324	583	749	1.177	2.162	583	589	827	1.297	2.162
Outubro	322	585	742	1.166	2.146	583	589	826	1.288	2.161
Novembro	321	582	740	1.166	2.139	582	588	833	1.283	2.304
Dezembro	320	581	740	1.169	2.137	581	597	837	1.282	2.251
Janeiro 2012	**320**	**582**	**743**	**1.168**	**2.130**	**580**	**661**	**833**	**1.279**	**2.306**
Fevereiro	318	617	740	1.172	2.123	580	659	824	1.278	2.131
Março	318	654	739	1.162	2.113	654	659	824	1.274	2.124
Abril	326	647	739	1.162	2.080	647	657	832	1.262	2.104
Maio	320	641	736	1.134	2.062	641	654	825	1.247	2.080
Junho	311	641	742	1.144	2.061	641	646	824	1.236	2.080
Jullho	308	639	740	1.133	2.060	639	641	824	1.236	2.061
Agosto	309	636	757	1.228	2.055	636	640	822	1.236	2.055
Setembro	308	632	750	1.220	2.046	632	639	818	1.233	2.048
Outubro	306	627	746	1.212	2.033	627	636	813	1.227	2.046
Novembro	319	625	756	1.211	2.032	625	632	813	1.230	2.210
Dezembro 2012	**321**	**622**	**753**	**1.205**	**2.019**	**622**	**628**	**807**	**1.244**	**2.100**
Variação Mensal (%) Dez-2012/Nov-2012	**0,6**	**-0,4**	**-0,4**	**-0,5**	**-0,6**	**-0,4**	**-0,6**	**-0,7**	**1,2**	**-5,0**
Variação no Ano (%) Dez-2012 / Dez-2011	**0,6**	**-0,4**	**-0,4**	**-0,5**	**-0,6**	**-0,4**	**-0,6**	**-0,7**	**1,2**	**-5,0**
Variação Anual (%) Dez-2012/Dez-2011	**0,4**	**7,0**	**1,8**	**3,1**	**-5,5**	**7,1**	**5,2**	**-3,5**	**-3,0**	**-6,7**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Dezembro – 2012.
(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(3) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego
Bahia – jan. 2011-dez. 2012

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2011 (2)	**77.650**	**5.777**	**8.823**	**17.131**	**37.395**
Janeiro	7.438	995	820	671	2.852
Fevereiro	3.127	4	-445	160	2.733
Março	2.758	510	1.222	-1.518	684
Abril	10.623	1.065	2.831	882	4.065
Maio	11.710	1.314	2.751	1.484	2.021
Junho	11.767	1.764	1.586	716	2.644
Julho	2.033	1.449	-3.833	381	2.088
Agosto	7.143	1.559	771	1.335	3.921
Setembro	3.025	455	-481	1.792	3.163
Outubro	481	845	-563	1.630	1.034
Novembro	3.157	-1.841	2.371	2.851	3.082
Dezembro	-15.069	-4.667	-5.068	-296	-1.342
2012 (3)	**9.310**	**-5.658**	**-100**	**8.184**	**12.176**
Janeiro	6.861	1.375	1.477	-546	3.363
Fevereiro	-1.619	-908	-1.758	-678	1.457
Março	2.243	-911	2.647	-1.194	2.299
Abril	7.847	1.571	1.153	785	1.843
Maio	3.071	1.111	-174	226	-1.652
Junho	241	597	-952	269	-499
Julho	2.209	1.410	1.213	31	661
Agosto	442	-314	-1.109	1.053	2.757
Setembro	3.479	-251	1.004	1.683	1.793
Outubro	-4.886	-1.974	-870	1.482	-1.097
Novembro	5.695	-1.419	1.656	4.056	3.489
Dezembro	-16.273	-5.945	-4.387	1.017	-2.238
jan.-dez. 20122	**37.990**	**-3.152**	**5.519**	**15.776**	**22.997**

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.
(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

Tabela 21
Flutuação mensal do emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-dez. 2012

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. tranformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2011 (2)	**40.002**	**2.282**	**6.381**	**4.309**	**24.687**
Janeiro	2.964	492	973	-458	1.806
Fevereiro	-583	-757	-1.736	36	1.896
Março	350	-137	396	-1.114	1.084
Abril	5.782	13	1.921	449	3.224
Maio	2.758	158	1.254	535	854
Junho	3.294	523	712	479	1.582
Julho	1.988	416	241	-313	1.311
Agosto	4.513	622	1.042	-66	2.532
Setembro	1.714	67	-504	489	1.399
Outubro	849	158	-94	362	376
Novembro	6.255	543	1.929	1.557	2.112
Dezembro	-4.900	-685	-3.335	-204	-675
2012 (3)	**1.586**	**36**	**-2.983**	**2.613**	**3.120**
Janeiro	2.068	255	536	-752	2.172
Fevereiro	-1.661	-403	-1.928	-539	1.209
Março	2.622	281	1.705	-1.041	1.500
Abril	2.327	158	748	268	1.161
Maio	-2.550	22	-522	412	-2.202
Junho	-1.810	174	-704	-172	-1.002
Julho	954	503	713	-151	-54
Agosto	-80	-137	-1.234	135	1.229
Setembro	1.308	31	510	505	229
Outubro	-1.017	316	-776	978	-1.263
Novembro	5.164	290	771	2.352	1.990
Dezembro	-5.739	-1.454	-2.802	618	-1.849
jan.-dez. 20122	**14.382**	**1.198**	**-308**	**5.585**	**8.865**

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.
(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1.000)

Receita realizada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	**247.456.698**	**231.311.193**	**1.554.623.015**	**191.154.993**	**200.993.033**	**1.213.655.485**
Receitas correntes	**180.314.956**	**204.766.550**	**1.134.717.311**	**172.800.736**	**183.713.763**	**1.029.613.467**
Receita tributária	**54.239.854**	**61.284.399**	**347.752.023**	**56.763.043**	**57.630.293**	**338.648.827**
Impostos	53.474.452	60.630.335	340.901.477	55.919.600	56.778.376	331.500.737
Taxas	765.402	654.064	6.850.547	843.443	851.917	7.148.091
Receita de contribuições	**97.181.220**	**107.998.262**	**590.425.207**	**91.673.318**	**102.471.608**	**545.486.601**
Contribuições sociais	95.765.849	106.660.664	578.861.382	88.720.009	100.136.147	529.788.992
Contribuições econômicas	1.415.371	1.337.597	11.563.824	2.953.309	2.335.460	15.697.608
Receita patrimonial	**14.541.776**	**14.612.435**	**81.046.659**	**12.069.439**	**10.206.074**	**65.708.555**
Receitas imobiliárias	217.136	175.706	1.214.330	173.642	159.910	965.452
Receitas de valores mobiliários	6.040.017	10.808.278	41.734.464	5.628.183	4.771.552	31.270.843
Receita de concessões e permissões	1.109.062	49.618	2.059.631	56.890	2.105.309	3.823.522
Compensações financeiras	7.098.037	3.524.751	35.720.856	6.182.754	3.126.229	29.568.875
Receita de cessão de direitos	47.653	50.448	276.753	28.887	39.643	68.530
Outras receitas patrimoniais	29.870	3.632	40.623	(917)	3.430	11.333
Receita agropecuária	5.828	3.506	24.734	3.433	3.429	21.014
Receita da produção vegetal	3.858	2.253	14.596	1.826	1.646	11.166
Receita da produção animal e derivados	1.969	1.247	10.121	1.603	1.785	9.844
Outras receitas agropecuárias	2	6	16	4	(2)	6
Receita industrial	**154.337**	**77.685**	**756.043**	**92.915**	**78.942**	**562.501**
Receita da indústria de transformação	154.337	77.685	756.043	92.915	78.942	562.501
Receita de serviços	**7.490.847**	**6.311.749**	**47.919.702**	**7.561.117**	**7.888.676**	**47.975.846**
Transferências correntes	**92.868**	**196.932**	**844.445**	**298.738**	**176.527**	**619.312**
Transferências intergovernamentais	329	110	589	-	-	-
Transferências de instituições privadas	36.301	29.421	68.920	232	20.294	24.324
Transferências do exterior	1.073	1.939	9.679	362	6.866	13.705
Transferências de pessoas	81	98	542	94	98	509
Transferências de convênios	55.066	165.335	764.048	98.016	149.239	411.900
Transferências para o combate à fome	17	30	665	35	29	241
Receitas correntes a classificar	**488**	**(3.139)**	**-**	**4.996**	**(8.758)**	**-**
Outras receitas correntes	**6.607.736**	**14.284.721**	**65.948.498**	**4.533.736**	**5.266.974**	**30.759.445**
Multas e juros de mora	3.182.288	3.819.032	28.599.776	1.865.820	2.401.553	14.250.143
Indenizações e restituições	610.223	778.014	4.214.059	466.529	1.077.245	4.083.697
Receita da dívida ativa	1.049.096	3.066.998	14.647.534	87.244	872.668	3.800.923
Receitas diversas	1.766.130	6.620.676	18.487.129	1.328.948	915.509	7.839.487
Receitas de capital	**67.141.743**	**26.544.644**	**419.905.705**	**18.354.257**	**17.279.270**	**184.042.018**
Operações de crédito	**6.950.365**	**(1.778.943)**	**174.699.179**	**7.044.339**	**3.297.379**	**94.201.986**
Operações de crédito internas	4.946.897	(2.280.990)	169.696.488	6.885.464	2.668.776	91.610.172
Operações de crédito externas	2.003.468	502.047	5.002.691	158.875	628.603	2.591.813
Alienação de bens	**308.719**	**12.633.157**	**14.217.901**	**145.380**	**225.210**	**1.936.461**
Alienação de bens móveis	278.436	12.612.885	14.006.479	128.488	150.173	1.734.483
Alienação de bens imóveis	30.283	20.272	211.422	16.892	75.037	201.976
Amortizações de empréstimos	**6.531.278**	**6.269.338**	**34.287.203**	**3.740.758**	**5.897.578**	**28.945.140**
Transferências de capital	**13.905**	**120.335**	**219.864**	**12.206**	**20.885**	**111.586**
Transferências do exterior						
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferência de outras instituições públicas	251	-	5.103	(81)	-	4.519
Transferências de convênios	13.653	120.335	214.760	12	20.885	68.835
Outras receitas de capital	**53.337.476**	**9.300.757**	**196.481.557**	**7.411.575**	**7.838.218**	**58.846.846**
Resultado do Banco Central do Brasil	45.283.172	-	148.767.263	-	-	17.483.488
Remuneração das disponibilidades	8.045.429	9.300.576	47.645.592	7.305.615	7.837.927	41.255.160
Proveniente da Execução de Garantias	107	155	887	15	55	140
Receita dívida ativa alienação estoques de café	147	26	717	29	237	2.141

(Conclusão)

Tabela 22
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1.000)

Receita realizada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	15	-	58.492	105.915	-	105.915
Receitas de capital diversas[2]	8.605	-	8.605	-	-	-
Receita (intraorçamentária) (II)	**2.362.645**	**5.652.646**	**17.929.772**	**2.255.467**	**3.789.315**	**15.001.903**
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	**249.819.343**	**236.963.839**	**1.572.552.787**	**193.410.460**	**204.782.348**	**1.228.657.387**
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	**54.142.436**	**80.816.521**	**376.744.177**	**63.374.572**	**92.426.027**	**472.339.493**
Operações de crédito internas	**52.648.680**	**80.816.521**	**372.030.365**	**63.374.572**	**90.171.658**	**469.156.545**
Mobiliária	52.648.680	80.816.521	372.030.365	63.374.572	90.171.658	469.156.545
Operações de crédito externas	**1.493.756**	**-**	**4.713.813**	**-**	**2.254.369**	**3.182.948**
Mobiliária	1.493.756	-	4.713.813	-	2.254.369	3.182.948
Subtotal com refinanciamento (V) = (III +IV)	**303.961.779**	**317.780.361**	**1.949.296.965**	**256.785.032**	**297.208.375**	**1.700.996.879**
Déficit (VI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (VII) = (V + VI)	**303.961.779**	**317.780.361**	**1.949.296.965**	**256.785.032**	**297.208.375**	**1.700.996.879**
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Receita realizada intraorçamentária	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receita (intraorçamentária) (II)	**2.362.645**	**5.652.646**	**17.929.772**	**2.255.467**	**3.789.315**	**15.001.903**
Receitas correntes	2.128.510	4.996.614	15.536.153	2.070.925	3.217.759	13.527.939
Receita tributária	**54**	**52**	**446**	**(2.701)**	**82**	**467**
Impostos	2	10	(1)	(2.799)	36	27
Taxas	52	42	447	97	46	439
Receita de contribuições	**2.083.094**	**3.137.192**	**13.477.073**	**2.022.475**	**3.126.492**	**13.272.650**
Contribuições Sociais	2.083.095	3.137.198	13.476.991	2.022.475	3.126.492	13.272.619
Contribuições Econômicas	(2)	(7)	80	-	-	32
Receita patrimonial	614	567	14.491	3.223	174	5.339
Receitas Imobiliárias	574	515	2.842	511	123	2.378
Receitas de Valores Mobiliários	27	-	11.359	2.694	(1)	2.784
Receita de Concessões e Permissões	12	52	288	17	52	176
Receita industrial	**23.415**	**44.884**	**161.664**	**43.709**	**42.667**	**156.268**
Receita da Indústria de Transformação	23.415	44.884	161.664	43.709	42.667	156.268
Receita de serviços	**8.352**	**17.938**	**55.057**	**3.696**	**13.361**	**40.208**
Outras receitas correntes	**12.982**	**1.795.981**	**1.827.424**	**524**	**34.983**	**40.699**
Multas e Juros de Mora	43	71	319	62	(757)	(440)
Indenizações e Restituições	12.846	5.859	36.385	324	35.606	40.642
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos p/ Comp. Ao RGPS	-	1.790.000	1.790.000	-	-	-
Receitas Diversas	93	51	720	137	134	497
Receitas de Capital	**234.135**	**656.032**	**2.393.621**	**184.542**	**571.555**	**1.473.961**
Operações de Crédito	**234.135**	**656.032**	**2.383.620**	**182.364**	**571.555**	**1.450.636**
Operações de Crédito Internas	234.135	656.032	2.383.620	182.364	571.555	1.450.636
Alienação de bens	**-**	**-**	**-**	**2.178**	**-**	**23.326**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	2.178	-	23.326
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	**-**	**-**	**10.000**	**-**	**-**	**-**
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	10.000	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-
Proveniente da Execução de Garantias	-	-	-	-	-	-
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN.
Elaboração: SEI/Coref.
RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).
(...) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

Despesa executada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	**199.716.520**	**250.814.100**	**1.413.340.607**	**176.643.395**	**212.164.393**	**1.095.024.405**
Despesas correntes	**147.437.694**	**192.429.841**	**1.032.074.038**	**135.011.666**	**182.180.020**	**948.736.270**
Pessoal e encargos sociais	28.619.899	38.266.819	188.771.336	27.653.702	36.469.289	181.833.614
Juros e encargos da dívida	7.331.830	14.352.018	134.079.856	5.556.687	19.910.774	131.036.556
Outras despesas correntes	111.485.965	139.811.004	709.222.845	101.801.277	125.799.957	635.866.100
Transferência a estados, DF e municípios	33.612.440	52.317.385	234.665.691	34.286.838	46.544.752	211.495.614
Benefícios previdenciários	48.853.463	55.365.914	283.179.936	42.739.647	50.374.592	273.616.256
Demais despesas correntes	29.020.063	32.127.705	191.377.219	24.774.791	28.880.613	150.754.229
Despesas de capital	**52.278.826**	**58.384.259**	**381.266.570**	**41.631.729**	**29.984.373**	**146.288.135**
Investimentos	4.674.695	7.822.942	21.998.436	3.102.042	7.921.680	17.071.403
Inversões financeiras	5.903.089	7.605.269	39.230.650	4.531.017	7.967.991	31.588.385
Amortização da dívida	41.701.042	42.956.048	319.952.229	33.998.670	14.094.702	97.628.347
Reserva de contingência	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	**2.469.221**	**6.139.351**	**18.886.825**	**2.576.453**	**4.220.514**	**16.530.186**
Despesas correntes	**2.418.917**	**5.490.556**	**17.413.015**	**2.391.298**	**3.730.500**	**15.314.142**
Pessoal e encargos sociais	2.307.156	3.500.148	14.971.467	2.278.919	3.507.864	14.699.566
Outras despesas correntes	111.761	1.990.409	2.441.549	112.379	222.636	614.577
Demais despesas correntes	111.761	1.990.409	2.441.549	112.379	222.636	614.577
Despesas de capital	**50.304**	**648.794**	**1.473.808**	**185.154**	**490.014**	**1.216.044**
Investimentos	3.577	8.711	32.317	6.424	17.758	42.429
Inversões financeiras	46.727	640.084	1.441.494	178.730	472.255	1.173.613
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	**202.185.741**	**256.953.450**	**1.432.227.431**	**179.219.847**	**216.384.907**	**1.111.554.591**
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	**19.615.650**	**-13.217.660**	**298.989.692**	**17.929.855**	**63.571.713**	**479.367.849**
Amortização da dívida interna	**17.516.094**	**-12.333.777**	**292.886.262**	**12.915.376**	**63.375.972**	**460.942.733**
Dívida mobiliária	17.511.804	-12.333.777	292.875.235	12.915.376	63.375.972	460.942.733
Outras dívidas	4.290	0	11.027	0	0	0
Amortização da dívida externa	**2.099.556**	**-883.883**	**6.103.430**	**5.014.479**	**19.574**	**18.248.949**
Dívida mobiliária	1.744.704	-1.415.399	4.289.763	107.931	-13.794	6.871.017
Outras dívidas	354.852	531.516	1.813.667	4.906.549	209.534	11.554.100
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	**221.801.391**	**243.735.791**	**1.731.217.124**	**197.149.703**	**279.956.619**	**1.590.922.439**
Superávit (XIII)	0	0	0	-	-	0
Total (XIV) = (XII + XIII)	**221.801.391**	**243.735.791**	**1.731.217.124**	**197.149.703**	**279.956.619**	**1.590.922.439**

Fonte: STN.
Elaboração: SEI/Coref.
RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).
(...) Não disponível até Dezembro
Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanço orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	**4.518.106.827**	**6.838.646.133**	**29.944.971.811**	**3.932.990.193**	**4.999.851.368**	**25.298.872.994**
Receitas correntes	**4.350.558.652**	**5.111.258.115**	**27.279.457.509**	**3.874.630.460**	**4.538.909.303**	**24.386.224.028**
Receita tributária	**2.743.361.622**	**2.835.477.775**	**15.864.323.802**	**2.409.461.721**	**2.583.178.688**	**14.183.218.585**
Impostos	2.616.678.719	2.709.007.935	15.199.307.124	2.300.523.980	2.476.982.659	13.612.102.648
Taxas	126.682.903	126.469.840	665.016.679	108.937.741	106.196.029	571.115.938
Contribuição de melhoria	0	0	0	0	0	0
Receita de contribuições	**289.424.162**	**377.802.053**	**1.809.252.132**	**268.340.920**	**355.475.717**	**1.599.077.129**
Contribuições sociais	289.424.162	377.802.053	1.809.252.132	268.340.920	355.475.717	1.599.077.129
Contribuições econômicas	0	0	0	0	0	0
Receita patrimonial	**108.737.468**	**78.145.555**	**909.100.576**	**64.496.842**	**84.882.142**	**416.363.848**
Receitas imobiliárias	5.203.628	11.057.707	38.952.302	5.070.212	12.446.669	36.889.410
Receitas de valores mobiliários	39.272.402	42.597.718	309.804.366	42.017.049	55.761.669	322.357.844
Receitas de concessões e permissões	201.249	4.691.883	7.325.856	204.080	9.023.139	11.220.026
Outras receitas patrimoniais	64.060.189	19.798.247	553.018.052	17.205.501	7.650.665	45.896.569
Receita agropecuária	**80.081**	**24.808**	**221.485**	**36.643**	**85.131**	**286.112**
Receita da produção vegetal	826	812	4.299	3.769	1.516	7.456
Receita da produção animal e derivados	75.496	18.866	192.187	32.071	78.723	259.370
Outras receitas agropecuárias	3.759	5.130	25.000	803	4.892	19.287
Receita industrial	**12.399**	**21.798**	**91.145**	**10.759**	**22.752**	**71.073**
Receita da indústria de transformação	12.399	21.798	91.145	10.759	22.752	71.073
Receita da indústria de construção	0	0	0	0	0	0
Outras receitas industriais	0	0	0	0	0	0
Receita de serviços	**17.035.454**	**36.721.765**	**114.855.660**	**9.689.739**	**12.952.659**	**87.100.081**
Transferências correntes	**1.545.024.034**	**2.215.840.731**	**11.028.725.653**	**1.479.370.128**	**1.864.189.059**	**10.139.368.702**
Transferências intergovernamentais	1.526.034.461	2.178.534.265	10.845.662.623	1.445.339.751	1.846.063.496	9.997.246.007
Transferências de instituições privadas	8.000	8.000	32.560	366	30.294	48.005
Transferências do exterior	23	84	895.333	0	120	226.370
Transferências de pessoas	0	0	0	0	0	0
Transferências de convênios	18.981.551	37.298.382	182.135.136	34.030.011	18.095.149	141.848.320
Transferências para o combate à fome	0	0	0	0	0	0
Outras receitas correntes	**162.096.414**	**165.152.472**	**830.701.342**	**130.233.796**	**200.814.292**	**1.014.923.299**
Multas e juros de mora	38.538.247	39.151.806	215.690.836	31.313.081	83.589.325	232.500.110
Indenizações e restituições	9.259.475	8.825.222	44.413.050	8.784.693	7.068.568	40.693.801
Receita da dívida ativa	7.533.031	7.878.250	41.460.690	4.058.474	31.913.017	46.596.200
Receitas diversas	106.765.662	109.297.196	529.136.767	86.077.547	78.243.382	695.133.189
Conta retificadora da receita orçamentária	**-515.212.983**	**-597.928.841**	**-3.277.814.285**	**-487.010.088**	**-562.691.137**	**-3.054.184.802**
Receitas de capital	**167.548.175**	**1.727.388.018**	**2.665.514.302**	**58.359.732**	**460.942.065**	**912.648.966**
Operações de crédito	**95.972.018**	**1.569.971.633**	**1.854.663.547**	**19.930.383**	**325.889.218**	**448.565.185**
Operações de crédito internas	80.991.758	16.146.052	245.613.194	2.529.616	302.858.670	376.101.371
Operações de crédito externas	14.980.260	1.553.825.581	1.609.050.353	17.400.767	23.030.548	72.463.814
Alienação de bens	**3.656.304**	**5.500.043**	**14.435.070**	**833.638**	**3.624.105**	**8.339.188**
Alienação de bens móveis	1.181.273	3.607.943	7.623.713	516.385	2.863.146	5.064.867
Alienação de bens imóveis	2.475.031	1.892.100	6.811.357	317.253	760.959	3.274.321
Amortização de empréstimos	**17.180.093**	**18.034.327**	**99.204.607**	**18.083.835**	**16.238.858**	**93.369.452**
Amortização de empréstimos	17.180.093	18.034.327	99.204.607	18.083.835	16.238.858	93.369.452

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Transferências de capital	**50.739.761**	**133.518.611**	**696.847.675**	**19.511.876**	**115.189.884**	**362.375.141**
Transferências intergovernamentais	1.954.098	6.122.464	79.947.072	217.801	7.254.110	8.841.870
Transferências de instituições privadas	0	0	0	0	0	0
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0
Transferências de pessoas	0	0	0	0	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0	0	0	0
Transferências de convênios	48.785.662	127.396.147	616.900.603	19.294.075	107.935.774	353.533.271
Transferências para o combate à fome	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	**0**	**363.404**	**363.404**	**0**	**0**	**0**
Integralização do capital social	0	0	0	0	0	0
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	0	0	0	0	0	0
Restituições			0	0	0	0
Outras receitas	0.	363.404	363.404	0	0	0
Receitas (intraorçamentárias) (II)	**324.867.119**	**466.179.196**	**2.041.200.936**	**281.910.524**	**437.820.805**	**1.524.728.032**
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	**4.842.973.946**	**7.304.825.330**	**31.986.172.747**	**4.214.900.717**	**5.437.672.173**	**22.776.763.016**
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Operações de crédito internas	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	0	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	0	0	0	0
Operações de crédito externas	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	0	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	0	0	0	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	**4.842.973.946**	**7.304.825.330**	**31.986.172.747**	**4.214.900.717**	**5.437.672.173**	**27.074.535.472**
Déficit (VI)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Total (VII) = (V + VI)	**4.842.973.946**	**7.304.825.330**	**31.986.172.747**	**4.214.900.717**	**5.437.672.173**	**27.074.535.472**
Saldos de exercícios anteriores	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Receita realizada intraorçamentária	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	**324.867.119**	**466.179.196**	**2.041.200.936**	**281.910.524**	**437.820.805**	**1.775.662.478**
Receita de contribuições	**315.912.277**	**444.524.607**	**1.991.193.034**	**268.866.906**	**416.100.193**	**1.734.447.556**
Contribuições sociais	315.912.277	444.524.607	1.991.193.034	268.866.906	416.100.193	1.734.447.556
Receita de serviços	**8.954.842**	**21.654.590**	**50.007.902**	**13.043.617**	**21.720.612**	**41.214.922**
Total	**324.867.119**	**466.179.196**	**1.747.820.069**	**281.910.524**	**437.820.805**	**1.775.662.478**

Fonte: Sefaz-BA.
Elaboração: SEI/Coref.
RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 25
Balanço orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1,00)

Despesa executada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	**4.540.930.755,49**	**6.699.883.457,92**	**16.680.487.441**	**3.844.020.286**	**6.106.024.465**	**25.099.462.892**
Despesas correntes	**3.965.217.679,48**	**5.707.299.256,41**	**15.028.419.844**	**3.490.514.684**	**5.164.287.674**	**22.061.457.200**
Pessoal e encargos sociais	1.979.703.376,35	2.737.912.956,97	8.111.758.642	1.691.403.996	2.608.370.222	11.368.204.548
Juros e encargos da dívida	87.984.417,48	106.806.831,45	321.170.019	86.461.155	104.280.645	503.486.354
Outras despesas correntes	1.897.529.885,65	2.862.579.467,99	6.595.491.182	1.712.649.533	2.451.636.806	10.189.766.298
Transferências a municípios	665.348.824,07	646.060.396,28	2.538.915.850	595.298.321	617.104.461	3.567.638.147
Demais despesas correntes	1.232.181.061,58	2.216.519.071,71	4.056.575.332	1.117.351.212	1.834.532.345	6.622.128.151
Despesas de capital	**575.713.076,01**	**992.584.201,51**	**1.652.067.597**	**353.505.602**	**941.736.791**	**3.038.005.692**
Investimentos	296.395.452,00	687.313.684,18	768.039.831	191.849.133	673.041.213	1.721.802.003
Inversões financeiras	123.607.564,29	105.370.604,98	207.542.528	24.006.983	95.026.599	404.295.425
Amortização da dívida	155.710.059,72	199.899.912,35	676.485.239	137.649.486	173.668.980	911.908.264
Reserva de contingência	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Reserva do rpps	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Despesas (intraorçamentárias) (II)	**315.482.536,16**	**488.425.863,68**	**1.248.906.343**	**242.105.648**	**466.154.908**	**1.774.655.213**
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	**4.856.413.291,65**	**7.188.309.321,60**	**17.929.393.784**	**4.086.125.933**	**6.572.179.373**	**26.874.118.104**
Amortização da dívida / refinanciamento(IV)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Amortização da dívida interna	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Dívida mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras dívidas	0	0	0	0	0	0
Amortização da dívida externa	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Dívida mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras dívidas	0	0	0	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	**4.856.413.291,65**	**7.188.309.322**	**25.117.703.106**	**4.086.125.933**	**6.572.179.373**	**26.874.118.104**
Superávit (VI)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Total (VII) = (V + VI)	**4.856.413.291,65**	**7.188.309.322**	**25.117.703.106**	**4.086.125.933**	**6.572.179.373**	**26.874.118.104**

Despesa intra orçamentária	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	**315.482.536,16**	**488.425.463,62**	**1.248.906.343**	**242.105.648**	**466.154.908**	**1.774.655.213**
Pessoal e encargos sociais	253.609.209,97	389.563.442,55	995.965.436	202.946.069	368.821.768	1.451.294.316
Outras despesas correntes	61.873.326,19	98.862.021,07	252.940.907	39.159.578	97.333.139	323.360.896
Despesas de capital	**0**	**400,06**	**0**	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	400,06	0	0	0	0
Total	**315.482.536,16**	**488.425.863,68**	**1.248.906.343**	**242.105.648**	**466.154.908**	**1.774.655.213**

Fonte: Sefaz-BA.
Elaboração: SEI/Coref.
Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas
RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2011 - dez. 2012

(R$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Janeiro	1.029.013.833	1.183.096.821	97.463.830	125.184.502	1.126.477.663	1.308.281.323
Fevereiro	940.325.954	1.099.973.808	165.355.204	167.877.483	1.105.681.158	1.267.851.291
Março	934.341.084	1.033.766.974	152.836.788	172.859.622	1.087.177.872	1.206.626.597
Abril	1.006.064.457	1.153.973.735	144.776.483	192.994.993	1.150.840.940	1.346.968.728
Maio	1.004.076.963	1.050.663.513	197.447.130	204.764.846	1.201.524.093	1.255.428.360
Junho	1.000.724.637	1.108.464.624	208.698.427	232.549.821	1.209.423.065	1.341.014.446
Julho	959.639.410	1.041.560.210	182.009.226	240.070.969	1.141.648.636	1.281.631.179
Agosto	966.809.829	1.038.936.964	200.994.920	238.745.517	1.167.804.750	1.277.682.482
Setembro	1.043.965.024	1.183.824.035	189.274.307	205.697.846	1.233.239.332	1.389.521.881
Outubro	1.047.448.960	1.180.653.380	128.773.429	173.186.361	1.176.222.389	1.353.839.741
Novembro	1.091.533.215	1.254.966.120	145.277.748	155.165.522	1.236.810.963	1.410.131.642
Dezembro	1.137.153.760	1.165.413.298	209.213.966	259.932.835	1.346.367.726	1.425.346.133
Total	**12.161.097.127**	**13.495.293.484**	**2.022.121.459**	**2.369.030.318**	**14.183.218.586**	**15.864.323.802**

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.
Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação
Brasil – jan.-dez. 2011/2012

Unidade da Federação	2012												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado jan.-dez.
Norte	**1566998**	**1414049**	**1447141**	**1563050**	**1.543.909**	**1.581.826**	**1.573.924**	**1.575.277**	**1.593.718**	**1.625.300**	**1.066.427**	**1.480.111**	**18.031.728**
Acre	42018	44902	64228	73270	68.968	0	0	0	70.018	0	67.835	67.505	498.744
Amazonas	483157	482678	457490	533646	517.471	592.309	549.554	563.232	669.593	555.368	556.125	540.298	6.500.920
Pará	574994	485217	533668	557469	549.004	554.218	583.721	567.553	623.576	606.340	0	630.361	6.266.122
Rondônia	237773	212118	193556	189852	207.807	208.664	215.768	217.363	0	233.225	245.289	0	2.161.414
Amapá	59213	48789	50933	51794	49.187	61.317	64.170	59.835	59.422	63.413	61.942	65.962	695.976
Roraima	41191	36157	34994	39607	36.112	38.952	36.642	36.715	36.916	38.316	42	41.505	417.149
Tocantins	128652	104188	112272	117412	115.360	126.365	124.068	130.580	134.193	128.638	135.193	134.479	1.491.402
Nordeste	**4374184**	**3877364**	**3932707**	**4147302**	**3.895.562**	**4.163.897**	**4.067.512**	**4.094.513**	**4.301.182**	**4.373.538**	**4.678.272**	**3.460.727**	**49.366.762**
Maranhão	331270	290084	309324	289695	293.428	309.806	324.834	317.086	340.891	334.945	369.258	348.308	3.858.928
Piauí	195666	191856	176929	182741	184.765	190.834	199.140	203.440	181.359	210.844	219.261	258.482	2.395.316
Ceará	653003	573046	589179	597947	584.894	629.804	619.269	648.392	656.136	666.259	717.961	710.520	7.646.410
Rio Grande do Norte	320476	266746	298287	284438	285.389	305.933	292.245	308.934	304.508	315.248	341.944	366.370	3.690.518
Paraíba	272083	254632	254442	252115	259.076	265.979	268.875	264.921	266.930	282.202	295.415	312.076	3.248.745
Pernambuco	970523	797335	824672	855314	813.174	871.307	848.419	846.143	903.191	892.086	968.895	1.010.718	10.601.777
Alagoas	231106	197379	205942	196604	187.343	198.258	195.040	188.697	184.758	208.298	221.992	238.339	2.453.754
Sergipe	196361	168541	171620	233380	176.819	191.107	183.541	179.282	187.027	191.433	206.402	215.915	2.301.428
Bahia	1203696	1137745	1102312	1255068	1.110.674	1.200.870	1.136.150	1.137.618	1.276.383	1.272.223	1.337.145	0	13.169.884
Sudeste	**14581385**	**12992754**	**14260433**	**14957308**	**14.305.576**	**14.614.502**	**14.599.878**	**12.697.625**	**15.203.157**	**15.557.945**	**14.597.250**	**16.697.166**	**175.064.978**
Minas Gerais	2663415	2286808	2519050	2673853	2.525.834	2.677.056	2.678.343	2.716.834	2.771.210	2.769.361	2.799.859	3.018.410	32.100.033
Espírito Santo	874506	691718	750309	721844	698.637	782.674	753.393	718.941	814.207	766.606	0	821.771	8.394.604
Rio de Janeiro	2425515	2019639	2157601	2373355	2.260.965	2.266.558	2.306.525	0	2.378.093	2.317.816	2.501.316	2.459.419	25.466.802
São Paulo	8617949	7994589	8833473	9188256	8.820.140	8.888.215	8.861.617	9.261.849	9.239.647	9.704.163	9.296.075	10.397.566	109.103.539
Sul	**4477567**	**3578750**	**4237368**	**4302551**	**4.178.457**	**4.133.533**	**4.332.127**	**4.114.869**	**4.452.105**	**4.486.641**	**4.902.352**	**2.766.278**	**49.962.599**
Paraná	1491988	1244345	1434815	1428905	1.477.560	1.423.047	1.584.488	1.460.682	1.585.655	1.530.298	1.596.520	1.601.438	17.859.740
Santa Catarina	1133414	924784	1037523	1087371	992.127	1.025.075	961.342	1.054.090	1.125.835	1.066.869	1.146.119	1.164.840	12.719.389
Rio Grande do Sul	1852165	1409620	1765030	1786275	1.708.771	1.685.412	1.786.297	1.600.097	1.740.615	1.889.474	2.159.713	0	19.383.469
Centro-Oeste	**2380207**	**1957017**	**2168333**	**2284471**	**2.666.000**	**1.786.505**	**2.369.752**	**2.440.284**	**2.457.126**	**2.466.702**	**2.877.491**	**2.889.951**	**28.743.838**
Mato Grosso	534855	453647	521296	563834	556.662	548.347	550.729	557.951	580.035	596.508	649.662	595.303	6.708.830
Mato Grosso do Sul	483827	412794	452090	502738	482.548	0	485.686	502.516	516.557	521.855	583.405	554.047	5.498.063
Goiás	855756	686966	745102	739877	1.198.474	771.999	877.393	909.759	871.893	895.394	1.111.686	1.178.690	10.842.989
Distrito Federal	505769	403611	449845	478023	428.317	466.159	455.943	470.057	488.642	452.944	532.738	561.911	5.693.957
Brasil	**27380341**	**23819933**	**26045982**	**27254682**	**26.589.504**	**26.280.263**	**26.943.192**	**24.922.568**	**28.007.288**	**28.510.126**	**28.121.792**	**27.294.232**	**321.169.904**

(Conclusão)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação
Brasil – jan.-dez. 2011/2012

Unidade da Federação	2011												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado jan.-dez.
Norte	**1.405.084**	**1.294.119**	**1.273.094**	**1.295.485**	**1.323.264**	**1.369.412**	**1.457.302**	**1.548.527**	**1.489.411**	**1.502.590**	**1.520.287**	**2.657.816**	**18.136.390**
Acre	49.509	55.925	53.909	48.861	45.574	46.098	48.113	46.924	50.259	45.830	45.472	49.361	585.837
Amazonas	469.235	452.890	457.396	454.000	481.523	461.413	494.512	532.814	507.948	503.806	549.611	554.734	5.919.879
Pará	475.572	442.085	421.472	439.113	421.532	464.799	513.490	514.681	513.442	481.998	514.660	1.630.891	6.833.735
Rondônia	227.274	182.429	180.561	185817	204060	212851	223513	258.513	222.491	271.721	207.930	217.329	2.594.488
Amapá	42.548	37.410	34.828	36.879	34.930	41.357	37.583	45.119	46.570	49.893	52.600	50.895	510.612
Roraima	34.988	32.139	33.261	34.343	35.769	36.154	33.300	36.090	35.688	36.604	36.903	36.253	421.493
Tocantins	105.958	91.241	91.667	96.471	99.877	106.739	106.791	114.386	113.013	112.737	113.112	118.353	1.270.345
Nordeste	**3.854.590**	**3.595.639**	**3.436.240**	**3.606.712**	**3.685.716**	**3.696.540**	**3.766.104**	**3.932.898**	**3.944.474**	**3.943.399**	**4.049.315**	**2.959.350**	**44.470.979**
Maranhão	279.147	250.500	255.084	268.331	254.378	272.346	277.188	296.849	315.600	305.896	312.121	324.928	3.412.368
Piauí	180.784	176.710	148.230	165.151	160.353	157.504	189.514	186.740	180.245	181.039	179.628	182.326	2.088.225
Ceará	569.613	503.253	507.648	517.117	521.613	552.248	563.076	590.169	606.385	616.394	623.699	623.609	6.794.824
Rio Grande do Norte	241.446	243.854	238.150	246.963	306.689	250.304	266.971	275.028	278.585	277.275	255.058	298.130	3.178.453
Paraíba	250.930	238.269	221.736	225.461	228.618	235.638	239.816	239.664	239.694	229.196	234.452	241.150	2.824.625
Pernambuco	865.272	830.231	739.348	769.969	763.600	805.881	846.155	817.891	853.146	868.194	871.992	894.195	9.925.874
Alagoas	205.950	195.555	176.772	191.035	196.403	169.637	167.983	189.831	176.947	174.041	219.795	208.881	2.272.831
Sergipe	183.638	152.931	150.019	151.056	152.345	157.697	156.859	156.502	164.322	168.129	214.092	186.132	1.993.722
Bahia	1.077.809	1.004.337	999.252	1.071.629	1.101.716	1.095.286	1.058.541	1.180.223	1.129.548	1.123.236	1.138.479	1.228.235	13.208.291
Sudeste	**13.076.777**	**12.568.474**	**12.992.153**	**13.556.979**	**13.443.308**	**13.776.850**	**13.382.584**	**13.933.476**	**14.417.554**	**14.169.313**	**14.157.295**	**14.786.320**	**164.261.084**
Minas Gerais	2.356.876	2.133.220	2.233.889	2.461.272	2.148.502	2.482.334	2.441.145	2.488.538	2.589.990	2.549.456	2.545.423	2.788.468	29.219.113
Espírito Santo	683.838	650.773	642.345	746.463	645.963	775.542	687.940	726.236	756.450	715.794	717.134	0	7.748.478
Rio de Janeiro	2.214.239	1.894.126	2.018.745	1.996.916	2.159.657	2.135.001	1.925.069	2.095.246	2.129.816	2.096.364	2.217.101	2.272.286	25.154.567
São Paulo	7.821.823	7.890.355	8.097.174	8.352.328	8.489.187	8.383.973	8.328.430	8.623.455	8.941.298	8.807.699	8.677.637	9.725.566	102.138.925
Sul	**3.970.838**	**3.452.618**	**3.541.157**	**3.882.229**	**3.762.733**	**3.757.516**	**3.781.063**	**4.059.542**	**4.089.186**	**4.481.317**	**4.495.418**	**4.705.518**	**47.979.135**
Paraná	1.291.415	1.112.139	1.162.393	1.263.936	1.268.690	1.276.696	1.267.566	1.304.967	1.411.287	1.514.062	1.457.754	1.630.891	15.961.798
Santa Catarina	1.014.916	906.199	923.633	975.752	954.360	955.935	931.177	1.069.035	1.040.982	1.246.362	1.244.435	1.251.620	12.514.406
Rio Grande do Sul	1.664.506	1.434.280	1.455.132	1.642.541	1.539.683	1.524.884	1.582.319	1.685.540	1.636.917	1.720.893	1.793.228	1.823.006	19.502.930
Centro-Oeste	**2.152.181**	**1.953.429**	**2.057.234**	**2.059.814**	**2.021.698**	**2.196.761**	**2.109.775**	**2.198.406**	**2.260.853**	**2.196.714**	**2.248.081**	**2.844.025**	**26.298.971**
Mato Grosso	454.904	368.294	451.669	521.864	471.882	492.904	484.729	506.327	534.936	510.074	527.616	489.473	5.814.671
Mato Grosso do Sul	422.774	383.334	422.255	431.581	426.201	441421	435.110	465.155	484.410	469.865	557.107	474.668	5.413.880
Goiás	832.029	826.922	791.519	702.220	713.097	787.892	763.499	797.577	800.664	780.905	766.573	1.312.281	9.875.178
Distrito Federal	442.474	374.879	391.791	404.149	410.518	474.543	426.437	429.348	440.844	435.871	396.785	567.603	5.195.242
Brasil	**24.459.471**	**22.864.278**	**23.299.878**	**24.401.219**	**24.236.719**	**24.797.079**	**24.496.829**	**25.672.850**	**26.201.478**	**26.293.334**	**26.470.395**	**27.953.029**	**301.146.559**

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepe-ICMS.
Elaboração: SEI/Coref.
(...) Dado indisponível.
(*) Dado sujeito a retificação.

Município

(Continua)

Tabela 28
Balanço orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	**553.298.855**	**673.671.262**	**4.323.025.918**	**546.381.049**	**656.240.181**	**3.563.426.030**
Receitas correntes	**587.796.237**	**705.106.960**	**4.562.374.750**	**536.614.313**	**692.011.142**	**3.716.080.537**
Receita tributária	**212.132.225**	**248.853.514**	**1.759.257.377**	**189.927**	**246.577.167**	**1.106.836.215**
Impostos	192.274.907	220.762.488	1.489.418.999	171.783.927	217.064.753	1.111.927.111
Taxas	19.478.831	27.754.065	268.174.440	17.896.853	28.253.625	182.166.674
Outras receitas tributárias	380.487	336.961	1.665.938	245.873	1.258.789	2.279.156
Receita de contribuições	**27.513.516**	**30.670.612**	**194.589.614**	**20.169.452**	**28.201.995**	**109.376.127**
Contribuições sociais	15.295.211	18.757.476	108.293.648	10.178.283	16.171.828	66.294.860
Contribuições econômicas	12.218.304	11.913.136	86.295.966	9.991.169	12.030.167	66.863.249
Receita patrimonial	**5.747.524**	**5.988.010**	**48.973.924**	**10.339.985**	**10.234.493**	**56.733.831**
Receitas imobiliárias	148.758	606.402	2.243.730	687.469	852.244	2.230.845
Receitas de valores mobiliários	3.117.109	3.227.938	26.190.704	5.673.790	5.770.150	34.882.563
Receitas de concessões e permissões	2.480.839	2.153.533	17.074.522	3.978.726	3.612.100	216.322.406
Outras receitas patrimoniais	817	137	8.968	-	-	-
Receita industrial	**27.566**	**178.888**	**983.152**	**134.279**	**192.329**	**1.054.502**
Receita da indústria de construção	27.566	178.888	983.152	134.279	192.329	6.405.586
Receita de serviços	**448.868**	**461.876**	**3.746.431**	**2.510.947**	**7.766.958**	**17.593.449**
Transferências correntes	**309.549.384**	**393.626.171**	**2.394.103.858**	**294.501.267**	**354.319.920**	**2.005.578.543**
Transferências intergovernamentais	307.663.382	384.830.737	2.366.128.910	291.504.970	348.755.672	1.984.102.423
Transferências de instituições privadas	400	5.095.164	9.473.751	400	1.888.993	1.957.855
Transferências do exterior	-	-	5.615	29.193	-	458.300
Transferências de pessoas	700	76.187	141.575	2.086	98.365	120.651
Transferências de convênios	1.884.902	3.624.083	18.354.007	2.964.618	3.576.891	18.939.314
Outras receitas correntes	**32.377.155**	**25.327.889**	**160.720.394**	**19.031.730**	**45.624.880**	**206.295.762**
Multas e juros de mora	10.171.439	10.291.273	68.009.810	10.071.639	8.011.298	81.755.080
Indenizações e restituições	379.303	587.075	2.652.929	510.961	1.631.434	25.545.125
Receita da dívida ativa	20.481.852	14.099.014	80.201.507	6.852.107	34.887.934	89.527.216
Receitas diversas	1.344.832	350.526	9.806.418	1.596.824	1.094.215	8.060.447
Receitas de capital	**1.690.000**	**9.843.429**	**40.696.709**	**42.906.011**	**1.714.722**	**72.504.098**
Operações de crédito	**-**	**-**	**6.027.970**	**-**	**-**	**-**
Operações de crédito internas	-	-	6.027.970	-	-	-
Alienação de bens	**-**	**16.502**	**48.102**	**-**	**1.246.350**	**1.246.350**
Alienação de bens móveis	-	16.502	48.102	-	1.246.350	1.246.350
Transferências de capital	**1.690.000**	**9.826.927**	**34.620.637**	**42.906.011**	**468.372**	**71.257.748**
Transferências intergovernamentais	1.690.000	80.000	3.908.336	40.000	53.333	1.633.333
Transferências de convênios	-	9.746.927	30.712.301	42.866.011	415.039	65.922.817
Outras receitas de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da COSIP	**-365.867**	**-11.352**	**-377.219**	**-**	**-**	**-**
Dedução da receita corrente	**-35.821.515**	**-41.267.775**	**-4.355.716.510**	**-33.139.275**	**-38.383.982**	**-226.052.843**

(Conclusão)

Tabela 28
Balanço orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (intraorçamentárias) (II)	**26.248.530**	**42.910.747**	**234.779.552**	**19.966.049**	**24.614.540**	**97.076.718**
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	**579.547.384**	**716.582.009**	**4.557.725.470**	**566.347.098**	**680.863.022**	**3.660.515.109**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**		**0**
Total (V) = (III + IV)	**579.547.384**	**716.582.009**	**4.557.805.470**	**566.347.098**	**680.863.022**	**3.660.515.109**

Receita intraorçamentária	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	**26.248.530**	**42.910.747**	**199.077.195**	**19.966.049**	**24.614.540**	**97.076.718**
Receita de contribuições	26.248.530	42.910.747	196.833.427	19.004.433	23.673.463	92.886.876
Receita de serviços	-	-	2.243.768	961.615	941.077	4.189.843
Receita de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	**26.248.530**	**42.910.747**	**199.077.195**	**19.966.049**	**24.614.540**	**97.076.718**

Fonte: Sefaz-BA.
Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 29
Balanço orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-dez. 2011/2012

(R$ 1,00)

Despesa executada	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	**510.867.193**	**741.945.002**	**3.503.846.257**	**565.789.629**	**729.633.028**	**3.254.570.575**
Despesas correntes	**484.193.780**	**678.322.517**	**3.204.261.651**	**520.590.434**	**674.326.541**	**3.020.833.348**
Pessoal e encargos sociais	242.147.636	327.363.456	1.499.808.400	210.516.008	279.805.769	1.256.238.967
Juros e encargos da dívida	11.567.294	11.634.586	68.832.224	6.703.657	16.609.368	70.048.149
Outras despesas correntes	230.478.851	339.324.476	1.635.421.027	303.370.568	377.911.405	1.694.546.032
Despesas de capital	**26.673.412**	**63.622.484**	**299.584.607**	**45.199.195**	**55.306.487**	**233.737.227**
Investimentos	8.339.380	45.410.214	156.106.953	26.692.326	27.490.594	90.510.562
Inversões financeiras	500.000	1.578.000	6.600.000	2.093.000	1.104.616	16.104.000
Amortização da dívida	17.834.032	16.634.271	136.877.654	16.413.870	26.711.277	127.122.665
Reserva de contingência	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Despesas (intraorçamentárias) (II)	**27.311.939**	**41.782.753**	**161.929.281**	**21.499.847**	**48.474.819**	**133.727.422**
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	**538.179.131**	**783.727.755**	**3.665.775.539**	**587.289.476**	**778.107.847**	**3.388.297.997**
Superávit(IV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (V) = (III + IV)	**538.179.131**	**783.727.755**	**3.665.775.539**	**587.289.476**	**778.107.847**	**3.388.297.997**

Despesa intraorçamentária	2012			2011		
	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.	Set.-out.	Nov.-dez.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	**27.304.077**	**41.782.753**	**161.921.419**	**21.499.847**	**48.474.819**	**133.727.422**
Pessoal e encargos sociais	27.298.779	41.782.753	161.916.122	20.534.811	43.821.832	127.357.583
Outras despesas correntes	5.297	-	5.297	965.036	4.652.987	6.369.838
Despesas de capital	**7.863**	**-**	**7.863**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	7.863	-	7.863	-	-	-
Total	**27.311.939**	**41.782.753**	**161.929.281**	**21.499.847**	**48.474.819**	**133.727.422**

Fonte: Sefaz-BA.
Elaboração: SEI/Coref.
Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique seu artigo

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS
c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Rosangela Conceição
Elissandra Britto

INFORMAÇÕES
55 71 3115-4771
e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br

@eu_sei

imprensa.sei

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO | Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu "Publicações".

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "Publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS

ISSN 1413-1536